

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCIANA FERREIRA BENTO

“Não existe irmandade entre Homem e Mulher na Política”: vivências do ser
mulher militante em movimentos sociais na Paraíba, um estudo de caso

Campina Grande - PB

2022

MARCIANA FERREIRA BENTO

“Não existe irmandade entre Homem e Mulher na Política”: vivências dos
mulher militante em movimentos sociais na Paraíba, um estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa Dra. Ramonildes Alves Gomes.

Campina Grande – PB

2022

B478e

Bento, Marciana Ferreira.

"Não existe irmandade entre homem e mulher na política": vivências do ser mulher militante em movimentos sociais na Paraíba, um estudo de caso / Marciana Ferreira Bento. - Campina Grande, 2022.

115 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonilde Alves Gomes." Referências.

1. Mulheres Lideranças. 2. Vivência Política. 3. Movimentos Sociais.

I. Gomes, Ramonilde Alves. II. Título.

CDU 32-055.2(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

MARCIANA FERREIRA BENTO

NÃO EXISTE IRMANDADE ENTRE
HOMEM E MULHER NA POLÍTICA:
VIVÊNCIAS DO SER MULHER
MILITANTE EM MOVIMENTOS SOCIAIS
NA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais como pré-
requisito para obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais.

Aprovada em: 31/03/2022

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFCG

Orientadora

Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista - PPGCS/UFCG

Examinadora Interna

Profa. Dra. Maria da Conceição Mariano Cardoso van Oosterhout - UACS/UFCG

Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 01/04/2022, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **MERCIA REJANE RANGEL BATISTA, PROFESSOR**,



em 01/04/2022, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEICAO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/04/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2218780** e o código CRC **DBE06A5C**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022

CANDIDATA: Marciana Ferreira Bento. COMISSÃO EXAMINADORA: Ramonildes Alves Gomes, Doutora, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientadora; Mércia Rejane Rangel Batista, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Maria da Conceição Mariano Cardoso van Oosterhout, Doutora, UACS/UFCG, Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "NÃO EXISTE IRMANDADE ENTRE HOMEM E MULHER NA POLÍTICA: vivências do ser mulher militante em movimentos sociais na Paraíba, um estudo de caso". ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 15h00 – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do coronavírus. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara a presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo à Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 31 de março de 2022.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

RAMONILDES ALVES GOMES, Doutora, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientadora

MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA, Doutora, PPGCS/UFCCG
Examinadora Interna

MARIA DA CONCEIÇÃO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, Doutora, UACS/UFCCG
Examinadora Externa

MARCIANA FERREIRA BENTO

Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata MARCIANA FERREIRA BENTO, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa de dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por Marciana Ferreira Bento, Usuário Externo, em 01/04/2022, às 03:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR, em 01/04/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por MERCIA REJANE RANGEL BATISTA, PROFESSOR, em 01/04/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A), em 01/04/2022, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por MARIA DA CONCEICAO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, em 01/04/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

À minha mãe, Maria da Penha (in memóriam) que em vida me apresentou o poder da educação e a força da mulher do agreste.

Agradecimentos

Concluir este trabalho passou por caminhos diversos. Dificilmente terei sucesso nesta tentativa de agradecer a tudo e a todos aqueles e aquelas indispensáveis para essa conquista. De fato, não há nada que o braço da coletividade não alcance. Tento, agora, recordar o começo. Falho no mesmo instante: é impossível delimitar quando, quem e o que me fizeram chegar aqui. No entanto, cabem algumas palavras para Recordar (no sentido dado por Eduardo Galeano: “Do latim "re-cordis", voltar a passar pelo coração”).

Deixando passar pelo coração, a primeira a quem me dirijo é a minha mãe, dona Maria da Penha Bento Ferreira (in memoriam), ou simplesmente Tia Penha, como carinhosamente era, e é, conhecida por seus educandos e educandas, por suas colegas de profissão, e pelas amizades que construiu em sua vida. Ela dedicou mais de 35 anos à educação, alfabetizando crianças, jovens e adultos em Massaranduba, Paraíba. Dona Penha! A ti, ofereço essa dissertação. A senhora, assim como Paulo Freire, sabia que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Infelizmente te perdemos para o descaso do Governo Federal em relação à Pandemia da Covid-19. E na defesa do trabalho, vai me fazer falta poder compartilhar essa felicidade, mas sei que estarás acompanhando "cá, dentro de nós".

Com carinho e admiração especial quero agradecer ao meu povo do Levante Popular da Juventude da Paraíba, por me ensinar que sem povo não há vitória, e que não existem conquistas individuais, nem sucesso individual, sem o avanço coletivo. Sem o conhecimento e luta junto aos movimentos sociais nenhuma palavra, nem mesmo a ideia inicial deste trabalho seria possível.

Ao corpo docente e discente da Universidade Federal de Campina Grande, por todas as experiências, conversas, e debates teóricos, metodológicos, mas principalmente pelas conversas paralelas enquanto esperávamos o café do Sr. Olavo. Em especial a minha orientadora Ramonildes, que nunca soltou a minha mão.

À minha terra natal, Massaranduba, Paraíba, onde nasci gente e de onde me veio esse ar/ser interiorano.

Aos amigos e amigas, encontros e experiências vividas em Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, em especial: Bianca, Ana, Daiane, Matheus, Luciana, João Miguel, Gustavo, Felipe, Juliana, Dorinha, Deyse, Glorinha, Tayse, Zélio, Ana Paula, Larissa e Lara.

Aos amigos e amigas que encontrei em terras mineiras: Milene, Ranuzia, Nara, Iasmin, Iverson, Nara, Géssica, Gabriela, Domitila, Bruna, Jaque, Ana Paula, Germana, Lilian, Claudinha, Dona Lúcia, Rose, e tanto outros encontros que foram possíveis a partir da experiência de trabalho junto às comunidades atingidas pela mineração em Brumadinho e, atualmente, em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Obrigada a todos e todas por serem exemplo de humanidade, trabalho, afeto e compromisso com o povo.

Ao amor da minha mãe de coração, Lucimar Pereira, pelas orações, preces e palavras sinceras.

À Poly e Arthur por serem matéria de salvação, pelo amor e pela amizade sincera e fraterna.

À minha namorada, Luanna, com quem compartilho diariamente a delicadeza, a força, e a coragem do amor. E aos nossos filhos de pelo Lola e Caju, por toda fofura e peripécias.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo apoio financeiro; e à Câmara Superior de Ensino da UFCG pela sensibilidade ao considerar o meu pedido de liberação para defesa.

RESUMO

Esta dissertação visa analisar como mulheres lideranças e referências em movimentos sociais na Paraíba percebem e narram suas atuações políticas. Para tanto, pretendemos, então, refletir a partir das tensões que envolvem a relação entre o ser mulher e o ser uma liderança nos espaços de atuação política. Esses espaços serão pensados a partir das relações de poder entendidas sob o foco analítico dos conceitos de espaço social e poder simbólico, empreendidos por Pierre Bourdieu (1989; 1996). Apoiamo-nos em instrumentos de pesquisa como, entrevistas individuais, baseadas em trajetórias de vida, observação participante e relatos orais. Foram entrevistadas três mulheres lideranças, sendo uma do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), outra da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e outra ainda, do Levante Popular da Juventude (LPJ). As análises apontam para a existência de conflitos entre as relações de gênero e poder vivenciadas nos espaços políticos de direção, levantando questões sobre o tensionamento e as disputas percebidas por elas. As narrativas apresentavam as 'nuances' da violência simbólica vivenciada e os desafios que a atuação política de mulheres enfrenta para a efetivação da liderança e referência política que exercem. Com isto, suas vivências políticas colocam questões importantes para o avanço da teoria e prática político-organizativa dos movimentos sociais dos quais fazem parte.

Palavras-chave: Mulheres lideranças; Vivência, Política; Movimentos Sociais;

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how women leaders and references in social movements in Paraíba perceive and narrate their political actions. Therefore, we intend, then, to reflect from the tensions that involve the relationship between being a woman and being a leader in the spaces of political action. These spaces will be thought from the power relations understood under the analytical focus of the concepts of social space and symbolic power, undertaken by Pierre Bourdieu (1989; 1996). We rely on research instruments such as individual interviews, based on life trajectories, participant observation and oral reports. Three women leaders were interviewed, one from the Landless Rural Workers Movement (MST), another from the World March of Women (MMM) and another from the Levante Popular da Juventude (LPJ). The analyzes point to the existence of conflicts between gender and power relations experienced in political leadership spaces, raising questions about the tension and disputes perceived by them. The narratives presented the 'nuances' of the symbolic violence experienced and the challenges that women's political action faces for the effectiveness of the leadership and political reference they exercise. With this, their political experiences raise important questions for the advancement of the political-organizational theory and practice of the social movements they are part of.

Keywords: Women leaders; Experience; Political; Social Movements

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CA - Centro Acadêmico

CUT - Central única dos Trabalhadores

DCE - Diretório Central dos Estudantes

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LPJ - Levante Popular da Juventude

MAB - Movimento dos Atingidos por

Barragens MMM - Marcha Mundial das

Mulheres

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do

Nordeste MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Percurso Metodológico.....	24
Capítulo I	
Mulheres e Militância: Para começo de conversa	28
1.1. “Pois sem mulher a luta vai pela metade...”: O processo de emergência das mulheres enquanto sujeitos políticos	40
1.2. Mulheres que se movimentam: um resgate de momentos históricos importantes	50
Capítulo II	
“O poder e suas dinâmicas: sempre ali, circulando na mão e na voz dos homens”.....	64
2.1 O Sujeito e a construção da subjetividade.....	67
Capítulo III	
“Nós chegamos aqui e o nosso objetivo é avançar”: trajetória das entrevistadas ...	76
3.1 Entrevista com R do Levante Popular da Juventude (LPJ).....	77
3.2. Entrevista com H da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e.....	86
3.3. Entrevista com B do Levante Popular da Juventude (LPJ).....	96
3.4. Mulheres lideranças de movimentos sociais: vivências compartilhadas	101
3.5. A vida pública e a vida privada.....	104
3.6. Desconsideração da fala e o processo de silenciamento político	105
3.7. Desafios para o debate da agenda feminista dentro das organizações	106
Considerações finais.....	108
Referências Bibliográficas	111
Anexo I - Roteiro de entrevistas - Questões norteadoras	115

Você ser dirigente de um movimento é inevitável que toma muito tempo das coisas, e você não vai ter mais o mesmo comportamento que tinha. Rolou muito comigo de chegar muito tarde em casa, pq eu estava fazendo algumas tarefas, e o meu pai reclamar porque eu não estava fazendo as coisas, as tarefas domésticas, e isso entra em vários pontos da vida das mulheres.

R

Se cada homem dá sua energia e dá o seu gás, as mulheres dão energia e dão o gás que esse cara dá, e um gás a mais, que é por toda essa sobrecarga que se coloca na nas costas das mulheres e também para superar toda essa torcida pelo fracasso. Então, ela sempre se doa mais, se dá mais nesses processos e sempre tem que enfrentar muitas forças contrárias ao que ela defende.

H

“Nós não queremos compactuar com esse modo de fazer política masculino, que é agressivo, desrespeitoso e violento. Nós fazemos diferente!”

B

Introdução

Nesta dissertação, objetiva-se compreender como mulheres, lideranças de movimentos sociais, na Paraíba, significam as suas vivências enquanto dirigentes nas suas organizações e nas relações traçadas com outros sujeitos e grupos políticos. Busca-se problematizar não só o dizível dessas trajetórias, mas como elas são significadas pelo sujeito, ou seja, como essas mulheres percebem a sua atuação nos espaços coletivos, refletindo acerca das especificidades das questões de gênero que engloba tais vivências. Caminhamos sob uma perspectiva que parte da experiência das suas trajetórias enquanto mulheres, filhas, irmãs, estudantes, buscando investigar como se constitui, se sente e se vive a prática militante de liderança no que toca a realidade das mulheres.

O interesse sobre a temática das mulheres e da política se desenvolve desde o início da graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no ano de 2013. Desde lá, tenho-me voltado para temas e discussões que permeiam a presença das mulheres na sociedade, sobretudo das questões que envolvem as dinâmicas das relações de poder a partir das questões de gênero. E antes da graduação, quando desde que fui “me entendendo por gente”, recordo das vezes em que ficava descontente e intrigada ao perceber as limitações impostas para o viver das mulheres, sobretudo no que diz respeito a nossa presença nos espaços e/ou situações públicas.

A aproximação com o Levante Popular da Juventude, em 2016, foi sem dúvida o divisor de águas para o meu acesso a esse mundo da política na perspectiva da organização e luta popular, onde vivenciei os meus primeiros encontros junto a outras organizações populares de esquerda na Paraíba. Esta trajetória iniciou-se na cidade de Campina Grande e migrou, em 2018, para João Pessoa, onde aprofundei as relações com outras mulheres militantes e tive a oportunidade de iniciar a construção do escopo das entrevistas. Foi neste momento inicial de relação com os universos de atuação política dos movimentos populares e o cotidiano da luta organizada, sobretudo na partilha da luta política junto a outras mulheres, que emergiram as inquietações sobre a especialidade da atuação das mulheres na política e se formou o núcleo desta pesquisa.

Foi, assim, na atenção às vivências políticas das mulheres, possível e vivenciada nos anos de atuação política e no compartilhamento do cotidiano enquanto militante: nas reuniões, na organização e operacionalização dos atos de rua, nos encontros locais, estaduais e nacionais, em formações políticas sobre a

realidade brasileira e os seus desafios políticos, entre tantos outros momentos, fundamentam o nascimento e consolidação do objeto de estudo desta dissertação. Ao visualizar o campo da política a partir da perspectiva dos movimentos sociais, experienciei a capacidade organizativa, propositiva e política da atuação das mulheres: em quantidade e qualidade, nos mostramos articuladas, fortes, destemidas e resistentes.

Ao passo que fui partilhando a atuação política ao lado de outras mulheres, e neste processo de vir a ser militante e liderança, aos poucos percebi estarmos em todos os espaços. De forma organizada e articulada a diversos outros sujeitos e grupos políticos em nível estadual, conduzindo e articulando as nossas ideias e direcionando-as à prática dentro das nossas organizações: nas reuniões, na organização de encontros, na formulação de estratégias de mobilização e agitação popular, na organização e manejo político dos atos de rua, na linha de frente das manifestações locais e nacionais, enfim, ocupamos o espaço da política e desempenhamos a nossa atuação de forma articulada e massivamente.

Até então, o ser mulher para mim era apenas um objeto de rebeldia e sobretudo de insatisfação, mas não havia percebido a força política a partir da organização num coletivo de mulheres que atuavam em prol de pautas políticas comuns. A partir da vivência junto aos movimentos sociais, a rebeldia e crítica social, e mesmo aquela insatisfação que vem muito antes da academia, se converteu e encontrou pouso na organização política e na luta pela transformação da sociedade.

A escolha por dialogar com mulheres do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Levante Popular da Juventude (LPJ) simultaneamente, surgiu a partir da observação de que estas organizações traçam relações conjuntas na Paraíba. A escolha e recorte nos proporciona visualizar a emergência de reflexões da vivência política dessas mulheres a partir de uma dimensão que envolve o processo de percepção e significação dessas vivências, por isso percorremos as suas experiências políticas, através das entrevistas, compreendendo as percepções na relação da experiência pessoal e coletiva.

Assim, essa dissertação é fruto de relações e experiências construídas no âmbito da luta por uma transformação das estruturas desiguais da nossa sociedade. As interlocutoras desta pesquisa são mulheres com quem partilhei o cotidiano da militância, de forma mais ou menos aproximada, seja durante a minha atuação direta no LPJ, ou na articulação política junto às outras organizações populares que

ocupam as lutas políticas na Paraíba: MST, Consulta Popular (CP), Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Marcha de Mulheres Camponesas (MMC) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Foi a partir desta mesma aproximação com o objeto de estudo, e principalmente por compartilhar e vivenciar aspectos da percepção das mulheres que desempenham papel de liderança em movimentos sociais; os seus anseios, o seu cotidiano na luta, entre outras experiências das quais eu sou e faço parte, que se desenhou o interesse desta pesquisa.

Enquanto assumi os espaços e tarefas de direção dentro do LPJ - no planejamento, acompanhamento e execução de atividades a nível estadual - outras questões também foram se tornando mais sensíveis. Fui, aos poucos, tendo a atenção provocada para as especificidades que envolvem a atuação das mulheres em espaços de liderança. A liderança aqui tratada é entendida enquanto uma referência política constituída, é resultado de um processo resultante de relações compartilhadas na atuação política cotidiana entre sujeitos e grupos organizados.

Em termos conceituais, esta liderança associa-se à perspectiva de liderança carismática formulada por Weber (2009). Neste sentido, a mulher liderança e dirigente de um movimento social é a que desenvolve um papel político-pedagógico junto aos outros sujeitos com quem compartilha o cotidiano de luta. Sobretudo, é uma liderança-referência, pois, se conforma no e pelo reconhecimento de uma referência política, na percepção de uma responsabilidade da ação política e dirigente junto a sujeitos e grupos determinados.

Assentaremos a reflexão da vivência política dessas mulheres na compreensão do espaço político enquanto um campo de relações de poder, na perspectiva do poder simbólico desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989). Entendemos, também, que este espaço social se caracteriza pelas relações de gênero enquanto dimensões estruturantes das relações sociais, da relação entre o público e o privado, e da estruturação do campo da política enquanto um espaço historicamente legitimado para a atuação masculina (GONÇALVES, 2007)

Como dito, foi na experiência política compartilhada com as nossas interlocutoras que emergiu as questões desta pesquisa. A inquietação particular deu-se numa tarde, quando retornei para casa com outra companheira de organização, após passarmos em atividades do movimento estudantil na Universidade Federal da Paraíba. Ao conversarmos sobre alguns acontecimentos, num dado momento, quando atravessamos uma rodovia, ela começou a falar sobre

a sua insatisfação numa situação em que estava responsável pela condução de uma atividade, e notou a dificuldade de se fazer ouvida entre os companheiros que estavam responsáveis pela articulação de uma determinada demanda.

Num tom de desabafo, relatou perceber que quando as orientações partem das mulheres, elas são realizadas sob alguma resistência. Quando estamos articulando e conduzindo alguma demanda ou atividade, os homens tendem a questionar e mostram resistência para executar orientações dadas por nós, fazendo com que o nosso exercício de liderança passe por etapas/camadas de provações, questionamentos e/ou avaliações. Lembro dela desabafando:

Velho, eu não aguento mais. Eu tenho que falar três vezes a mesma coisa. E eu sei que eles me escutam porque, quando pergunto sobre o que pedi, eles têm feito errado, que no caso é do jeito que eles achavam que tinham que fazer.

Foi a partir desse momento que passei a prestar mais atenção às minúcias do exercício da militância política para as mulheres e comecei a formular questões acerca da dimensão das percepções que envolvem a participação e atuação política de mulheres lideranças. Assim, a minha inquietação era em refletir sobre como essas mulheres dirigentes se percebem nas relações e situações nas quais estão a desempenhar um papel de referência e direção política. Ou, também: quais as especificidades o campo da atuação política configura para as mulheres?

Na situação descrita anteriormente, temos uma mulher/liderança que estava na coordenação de uma atividade, nos limites de uma universidade, e necessitava que algumas ações prévias fossem feitas para que, no conjunto, tudo caminhasse de acordo, a tempo e dentro dos prazos. Ao fim de todo o processo, ela relata que acabou tendo que fazer todas as tarefas que deveriam ser realizadas coletivamente. No final das contas, afirmou que se sentiu desgastada, pois todo o tempo dedicado ao planejamento e orientação para condução de atividades de repasses ainda precisava passar por uma espécie de validação política.

O desgaste relatado também se dá fora da esfera da militância, na medida em que, quando ela adentra o ambiente doméstico, outras demandas a esperavam, tais como os cuidados com a casa, mãe idosa e as demandas de estudo. Findado o dia, estava sobrecarregada em diversos sentidos, mas ainda teria que enfrentar a esfera familiar, do cuidado da casa, do cuidado com uma mãe que é idosa. E entre afazeres domésticos, intercalam-se ligações, o acompanhamento contínuo de mensagens no WhatsApp, que não cessam de colocar demandas de articulação política, sempre urgentes e que precisam ser operacionalizadas rapidamente.

Conforme Miguel e Biroli (2014) o público e o privado se estabelecem

enquanto dimensões conectadas, e configuram realidades que se entre cortam não podendo ser compreendidas separadamente. Assim, ao pensar nas características da atuação política dessas mulheres, se fez necessário considerar que as cobranças e regras se estabelecem nesses dois polos aparentemente excludentes: a vida doméstica e a vida política. Essa forma de organização social delimita a atuação política e estabelece cobranças conforme o espaço social ocupado. Assim, enquanto em casa a mulher é cobrada pela falta de atenção à família, sendo muitas vezes classificada como insensível e ausente; na sua atuação política é vista como autoritária e impaciente.

Como ela se sente ao desempenhar tantas funções? É sabido do caráter triplo da jornada de trabalho das mulheres, principalmente após a inserção no mercado de trabalho (Saffioti, 1976), mais a frente faremos essa discussão. Mas como é percebido e narrado por elas essas pequenas e cumulativas situações, demandas que envolvem sua atuação política? Quais os anseios de ser essa mulher? Como elas negociam a necessidade de lidar e ocupar dois lugares e papéis?

No momento em que a companheira desabafou comigo eu me senti, primeiro, representada em sua fala; depois, comecei a pensar sobre essa dimensão dos conflitos internos vivenciados por nós, na relação desse sujeito mulher-liderança-dirigente. Assim como ela afirma, em outros contextos eu também havia percebido a não legitimidade das nossas orientações quando comparadas às dos homens. No nosso caso, nossas falas passavam por questionamentos, por dúvidas. Então eu pensei sobre essas situações e como se opera a não escuta e, por consequência, a desconsideração (ou consideração com resistência) da nossa voz e influência política. Sobretudo, pensei sobre os crivos que nossas orientações necessitam passar para se efetuar em prática, das diversas e contínuas avaliações e reavaliações de seus “comandos” e diretivas.

Neste meio, a relação pesquisador-objeto aqui é entendida a partir da propositura de Maria Glória Gohn (2014a, p.90) a respeito da relação política entre a consciência do cientista e o seu empreendimento intelectual. Eu também sou uma dessas mulheres que busca compreender, através da instrumentalização teórica e metodológica que detalharemos mais adiante, a dinâmica de suas atuações políticas e, mais especificamente, pensar a respeito de sua condição militante, a partir da

autopercepção de sua vivência enquanto mulher e liderança de um movimento social. Para tanto, nesta dissertação nos indagamos sobre: quais são as percepções dessas mulheres sobre as suas constituições e vivências como mulher e liderança de um movimento social?

Para compreender este universo, apresentaremos nos capítulos I e II, alguns aportes teóricos e metodológicos que servirão como ferramentas de reflexão tanto da constituição da problemática, quanto da análise das entrevistas que têm permitido instrumentalizar a dinâmica e complexidade do lócus investigativo. Em diversos momentos dessa caminhada de escrita, fomos adequando e reavaliando quais seriam os instrumentos teórico-metodológicos que dariam conta de focar nas questões que se fizeram pertinentes, buscamos desmistificar o olhar sociológico do pesquisador.

A escolha por analisar casos de vivência da atuação política de mulheres lideranças de movimentos sociais na Paraíba me atravessou de uma forma transversal: o pessoal, o intelectual e o militante/político precisavam manter constantes diálogos. Assim, não foram raros os momentos de inanição; seja por medo de falar demais, seja pelo receio de falar de menos e decepcionar uma luta que é maior; ou de falar o que não deveria.

Não obstante, a relação pesquisadora-objeto aqui existente é vista na dimensão da aproximação epistemológica que promove, diversifica e torna complexa a produção de conhecimento que leva em consideração a dimensão da experiência, conforme aponta Boaventura (2000) ao apresentar a crítica à razão indolente, em especial quando trata de importância das ciências sociais se voltar para a sociologia das emergências em detrimento da sociologia das ausências. Assim, as vivências da minha atuação política, compartilhada junto às interlocutoras, também serão refletidas neste trabalho, enquanto possibilitam o aprofundamento e complexidade de compreensão acerca das histórias narradas.

Por parecerem questões sensíveis à atuação das mulheres, foi preciso refletir sobre a forma de falar sobre determinadas situações, processo que, por vezes, causou morosidade à escrita. No entanto, o imperativo de falar sobre a vivência política das mulheres lideranças de movimentos sociais se fez mais forte, e se consolidou com o objetivo de apontar não só o lado que facilmente é romantizado nos debates políticos mais inflamados, nas rodas de conversas em universidades, mas também trazendo à tona situação não ditas, um cotidiano de um ser liderança que é somente vivenciado por estas mulheres e que pela ausência de espaço, ou de

não serem consideradas como questões importantes, acabam sendo invisibilizadas.

O cuidado sensível ao refletir sobre a atuação política de mulheres vem da cautela com as críticas metodológicas que aqui serão, vez ou outra, colocadas ao modo vigente da política masculina ou masculinizada, aspecto que coloca para a atuação dessas mulheres lideranças um cotidiano específico e desafiador para as suas lutas. Ao refletir sobre as situações que estas mulheres nos trazem, direciono minha crítica para algo mais geral e que supera o comportamento individual de silenciamento, desconsideração da fala, ou mesmo de violências. A reflexão refere-se a uma estrutura de organização social da sociedade fundamentada na assimetria de gênero, conforme detalharemos nos capítulos seguintes. A nós, interessa investigar estas questões a partir das vivências das mulheres enquanto lideranças, exatamente por considerar que a singularidade da sua condição e o lugar de fala guiam os seus percursos e trajetórias individuais - que também são coletivas/coletivizadas.

Partimos da compreensão de que este universo sensível da condição de dirigente política de movimentos sociais pode suscitar questões acerca das situações experienciadas por esses sujeitos, a partir da investigação guiada pela história oral e/ou história de vida por ela possibilitar refletir sobre “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o coletivo” (QUEIROZ, 1988, P 36) nos guiando, assim, pelas vivências específicas do cotidiano, como no relato das dificuldades que as nossas interlocutoras encontram ao se tornarem lideranças; dos anseios, das inseguranças mas, também, do crescimento político, da força de sua auto organização e/ou daquilo que se configura entre as situações-limites e os inéditos-viáveis, ou seja, o futuro a ser construído (FREIRE, 2016) pelas vivências.

Assim, no capítulo I “Mulheres e Militância: para começo de conversa”, fazemos um exercício de apresentar algumas autoras e autores que se dedicaram ao debate acerca da presença da mulher na política, a participação e atuação das mulheres em movimentos sociais, apresentando recortes importantes sobre iniciativas de organização das mulheres, especialmente a partir das décadas e 1980/90 do século XX, o surgimento e o tensionamento sobre as questões de gênero, os processos que convergiram para as reformulações teóricas-organizativas dos movimentos sociais em especial acerca da ascensão do debate feminista.

No capítulo II “O poder e suas dinâmicas: sempre ali, circulando na mão e na voz dos homens” apresentamos o recorte teórico que contribuiu para o

desenvolvimento da problemática desta pesquisa. Assim, apresentamos as contribuições de Pierre Bourdieu (1989; 1996) em relação aos conceitos de espaço social e poder simbólico. Nesta empreitada, buscamos refletir sobre as relações sociais entre os sujeitos e como, através de mecanismos sociais e simbólicos, se operam espaços constituintes e constituídos de relações de poder. Assim, apontamos o processo de conformação do campo político enquanto um espaço social simbólico que privilegia a atuação dos homens e coloca desafios para a liderança e referência política exercida pelas mulheres. Ainda, buscamos refletir sobre as formas de ações coletivas e assentamos algumas considerações a partir dos processos de estabelecimento de regras, de emergências dos conflitos desenvolvidas por Howard S. Becker (1977).

No terceiro capítulo, faremos a contextualização das entrevistas e a apresentação das nossas interlocutoras, buscamos destacar os momentos em que fizeram menção à atuação política, o percurso até se tornarem liderança, as percepções e questões vividas por elas em distintos momentos. O objetivo deste capítulo é, também, descrever aspectos de suas trajetórias de vida ao passo que refletimos sobre suas vivências enquanto liderança e, ao final, propomos algumas reflexões. Como o leitor poderá contatar, foi possível identificar e construir unidades nas vivências dessas três mulheres. Foi a partir dessas conexões que concentramos as reflexões: na interligação de três dimensões presentes na trajetória dessas mulheres: a vida pessoal, as atividades desenvolvidas junto ao movimento social e a vida intersubjetiva (as percepções do ser mulher militante).

Percurso Metodológico

Nossa pesquisa possui um caráter qualitativo. Neste sentido, o levantamento de dados foi realizado, inicialmente, por meio de entrevistas semiestruturadas e, concomitante a isto, através de observação participante em espaços de formação interna, reuniões de articulação, organização de atos públicos nos quais identificamos a atuação dessas mulheres. No nosso estudo utilizamos variáveis como idade, nível de instrução e estado civil, visto que estes fatores inscrevem as mulheres em situações e condições específicas no cotidiano rural e nos espaços de atuação política (SCOTT, 2010; PAULILO e SILVA, 2010).

Como sujeitos da nossa pesquisa escolhemos três mulheres que são dirigentes políticas atuantes em movimentos sociais no estado da Paraíba, uma ex-dirigente do MST, uma do Levante Popular da Juventude e uma da Marcha

Mundial das Mulheres. Estas mulheres, embora participem de movimentos sociais diferentes, compõem o mesmo campo político e articulam-se, assim, em esferas de atuação conjuntas. Na maioria das vezes, realizam atividades em conjunto. (atos públicos, reuniões, formação política, entre outras).

Neste sentido, acreditamos que seja possível intercalá-las, compreender suas vivências políticas específicas, identificando os pontos e universos de encontro. Estas atuações conjuntas promovem formas e momentos de entrelaçamento de suas vidas no cotidiano nos movimentos sociais que fazem parte, revelando outro(s) universo(s), dentro dos quais coabitam e partilham vivências individuais e coletivas.

Desta forma, analisamos as entrevistas a partir da história oral, buscando compreender as formas do dito e do não dito, assim como os espaços e/ou situações que se colocam enquanto lugares seguros para que as mulheres externem suas questões. A história oral, aqui, opera como um instrumento de análise importante, pois, como salienta Queiroz (1988, p. 19):

“História oral” é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. (...) A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de história, poetas, cantadores, inventam num momento dado. Na verdade, tudo que se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo (...).

Ainda, compreendemos que as vivências dos sujeitos sociais estão interligadas aos contextos sociais dos quais fazem parte, estes contribuindo para a constituição das diversas formas de percepções de mundo, valores, normas, crenças, ideologias, tradições e contribuem, cada qual, com a configuração das motivações de suas ações e formas de perceber e sentir o mundo e as relações nele traçadas. (WEBER, 1994). Neste sentido, parte-se da compreensão de que essas mulheres dirigentes possuem distintas percepções de mundo e de si, e este trabalho, ao levar em consideração essas nuances, e identificando seus pontos de encontros.

Um dos primeiros passos metodológicos foi fazer uma enquete, a partir de um formulário com questões exploratórias com o objetivo de adentrar ao campo e selecionar, de modo mais assertivo, as mulheres/lideranças que seriam entrevistadas. O formulário foi preenchido com dados de 8 (oito) mulheres, dessas escolhemos três para realizar as entrevistas. Além dos formulários e das entrevistas,

também utilizamos a técnica de observação participante que se desenvolveu em atividades do 8 de março¹ (2018/2019) e no acompanhamento da Marcha das Margaridas² realizada em Brasília (2019), os registros foram sistematizados em caderno de campo.

Cabe ressaltar que os formulários foram preenchidos por quatro mulheres/lideranças do Levante, com o objetivo de selecionarmos, entre essas quatro, uma para ser interlocutora em nossa pesquisa, identificada aqui enquanto R. Entre os critérios dessa escolha, privilegiamos: a) o tempo de militância e liderança em suas organizações; b) a abertura e a flexibilidade do diálogo entre pesquisadora e interlocutora; e c) a concentração, em sua narrativa, de experiências e situações vivenciadas pelas demais, mas que apareceram com maior riqueza de detalhes e de nitidez dos contextos vivenciados.

O objetivo de tal escolha se deu, também, pela possibilidade de se manter o diálogo metodológico da investigação na medida em que pretendemos enveredar pela trajetória individual, investigando desde os momentos iniciais até o vivenciado hoje. Os mesmos critérios foram utilizados para a escolha de uma mulher/liderança do MST (H) e uma mulher/liderança da MMM (M), no entanto, para a escolha destas últimas não adotamos o requisito do preenchimento dos formulários, a escolha de ambas se deu por serem referências políticas centrais em suas organizações, também pela possibilidade do diálogo a partir da construção de uma relação de confiança que perpassa a minha atuação enquanto militante junto às estas organizações.

Esta relação de confiança se tornou importante durante as entrevistas por permitir uma abertura para o diálogo de questões mais sensíveis e/ou polêmicas como, por exemplo, as situações de violências (verbal, física, emocional, moral) vivenciadas em alguns momentos de suas trajetórias.

O roteiro utilizado nas entrevistas priorizou os seguintes temas: a) trajetória de vida pessoal; b) empatia e a motivação para a militância; c) cotidiano de atuação

¹ O ato político do 8 de março é dedicado à luta em alusão ao dia internacional da mulher. Em Campina Grande e João Pessoa, diversos coletivos, sindicatos, associações e movimentos feministas estiveram à frente da organização das ações políticas que, nestes dois anos, tiveram como eixo central a defesa dos direitos, a soberania nacional e a defesa da democracia.

² A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica organizada por mulheres de diferentes territórios, do campo e da floresta. Se caracteriza por uma agenda contínua do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), articulado aos movimentos feministas e de mulheres. Em 2019, a marcha aconteceu em Brasília e teve como lema: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

política dentro e fora da organização; e d) desafios e dilemas referentes aos espaços privado e público. Ao fim, concretizamos a realização de três entrevistas enredadas a partir da história oral de cada entrevistada.

Ainda, como nossa pesquisa visa enveredar pela análise da vivência dessas mulheres, a partir das suas trajetórias individuais desde os primeiros contatos com a militância até virem a ser lideranças e se constituírem enquanto referências dentro das suas organizações, optamos por reduzir o número de entrevistas, e estratificar a escolha das interlocutoras a partir do tempo de organização de cada uma delas, buscando dar prioridade àquelas que tinham mais experiência no exercício da liderança.

Capítulo I: Mulheres e Militância: Para começo de conversa

Façamos agora um exercício de resgatar a história de luta das mulheres, assim como algumas reflexões sobre o movimento feminista brasileiro, suas características e momentos marcantes, sob o ponto de vista da bibliografia mobilizada. Duarte (2019) afirma, categoricamente, que: “Se a história do feminismo é pouco conhecida, deve ser porque é pouco contada”. Concordamos com ela, embora o movimento feminista brasileiro e seus ideais tenham ganhado espaço nas universidades e na sociedade civil na totalidade, ainda se faz necessário olharmos para o passado para compreender como cada momento se conecta ao contexto histórico, político e social. Sobretudo para pensarmos, e repensarmos, os desafios atuais para a luta das mulheres e das formulações teóricas feministas.

É neste sentido, que no início deste trabalho, nos voltamos para lembrar este passado, sempre necessário, resgatar e caminhar pelos momentos históricos do feminismo brasileiro, que nos revelam momentos importantes da luta das mulheres em defesa de seus ideais, pela igualdade de direitos e, enfim, pelas sínteses práticas no reivindicar a transformação da sociedade e a erradicação das desigualdades sociais.

Vamos percorrer algumas bandeiras levanta período da história de luta das mulheres brasileiras, por um recorte que parte das chamadas “ondas” na história de luta do feminismo, assim a primeira onda do feminismo, entendida a partir de 1820, com a forte influência do feminismo europeu até o período mais recente considerado por uns, a terceira, por outros a quarta onda. Todavia, destacamos que a partir da década de 1970 em diante, acentua-se um processo de enraizamento e conformação dos movimentos sociais e as redes de mobilização coletiva, sejam estes movimentos auto organizados, como a Marcha Mundial de Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas; ou mistos, como no caso das mulheres do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra.

O exercício de percorrer as “ondas” do feminismo brasileiro se constituiu em um esforço hercúleo de revisitar a história, proporcionando uma reflexão acerca dos processos de organização das mulheres, a partir do enfoque em teorias, estudos, sínteses e práticas sobre as diferentes formas organizativas, a questão de gênero e do feminismo, considerando a particularidade do contexto brasileiro. Além disso, por considerarmos ser elemento fundamental, para complexificação necessária compreender a relação entre feminismo e política (MIGUEL, BIROLI, 2014):

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas - ou o “patriarcado”, como preferem algumas - abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as teorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que neste sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero. Mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise.

Duarte (2019) apresenta uma compreensão do feminismo que a toma num sentido amplo, entendido então, “como todo o gesto ou ação que resulte enquanto protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação dos seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (2019, p. 26). A partir deste recorte conceitual, espelhamos sobre as ações de teor feminista que marcaram e foram relevantes no processo de decidir e construir formas de transformação da sociedade brasileira visando, nesta transformação, um mundo em que as mulheres pudessem ser livres e tivessem suas potencialidades impulsionadas.

Por este viés, a autora nos faz refletir desde os primeiros atos feministas no Brasil até os movimentos feministas atuais, compreendendo quatro momentos áureos desse processo. Duarte (2019) compreende que a definição das ondas do feminismo traz em sua terminologia a ideia de movimento e de interconexão, enquanto cada onda do movimento feminista no Brasil influenciou, e/ou foi influenciada, por ideias e ações precedentes, também pelo seu respectivo momento histórico.

É importante salientar que não há, na perspectiva de Duarte (2019) uma compreensão das ondas do feminismo brasileiro enquanto um fenômeno que guarda uma essência de evolução e superação das demandas e lutas encabeçadas pelas mulheres em diferentes períodos na história. O intuito aqui é demonstrar as lutas características de cada momento e como, as mulheres, enquanto agentes políticos organizados, se colocaram em cada contexto,

refletindo sobre quais as suas principais bandeiras políticas e formas de enfrentamento, social e política, empreendidas. Deste modo, revisitar esses momentos, caracterizados enquanto “ondas” pretende apresentar as ideias feministas, debates das relações de gênero e refletir sobre a capacidade organizativa e política das mulheres em distintos períodos históricos do Brasil.

A caracterização da primeira onda do feminismo brasileiro apresenta as reivindicações pelo direito à Educação no ano de 1820. Nesse período, sugerido por Duarte (2019) como o “as letras iniciais”, abriu caminhos para construção de um feminismo brasileiro, pois foi quando se começou a formular as possibilidades educacionais e sociais em tempos em que aprender a ler e a escrever era algo impensável para as mulheres, possibilidade ainda mais distante para as mulheres pobres e negras. Isso demarca a necessidade histórica de considerar os recortes da classe e da raça/etnia como fatores relevantes da exclusão dessas mulheres em diversos espaços, e como marca do contexto brasileiro. Por isso, não podemos pensar o feminismo brasileiro sem levar em consideração o processo de colonização e escravidão vivenciados.

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções para educação de mulheres se restringiam a alguns poucos conventos que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares na casa das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas da prenda doméstica. Foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres, que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de entender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente de que mulher não necessita ler e nem escrever. (DUARTE, 2019, p. 27).

A busca pelo direito de aprender a ler e escrever apresentava, então, a gênese do feminismo no país. Neste momento, temos mulheres que desafiavam as limitações do lar, do isolamento da vida doméstica e reivindicavam o pensar como uma faculdade importante e necessária. Estas primeiras mulheres, poucas, como afirma Constância Lima Duarte (2019) propunham algo subversivo e contraditório para a época, que era a possibilidade das mulheres poderem estudar.

Um dos nomes que se destacam no meio editorial neste período é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885) com a publicação, em 1832, do livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos homens*, onde encontramos denúncias

sobre desigualdades entre homens e mulheres como fruto de um processo de socialização desigual, processo este que potencializa o mundo dos homens para os homens, com a liberdade do acesso à rua, ao público de modo geral; a restrição e subalternização das mulheres, destinadas ao recanto do lar ou do privado.

O direito à educação era, neste momento, um meio pelo qual as mulheres acessam o processo de construção de conhecimento e, através dele, poderiam perceber sua condição inferiorizada, Branca Moreira Alves (2019) destaca a importância de Nísia para as lutas das mulheres e o pensamento feminista brasileiro (__, p. 54):

Em séculos de silêncio, uma mulher se destaca no Brasil com admirável exceção: Nísia Floresta Augusta, nascida Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), referência incontestável para todos os que estudam a história dos direitos femininos no país. O fato de haver vivido muitos anos na Europa foi certamente decisivo em sua formação. Nísia adotou as ideias avançadas da época e era abolicionista, republicana e feminista. Traduziu e custeou a tradução do livro da escritora inglesa Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the rights of Women*, sob título de *Direito das mulheres e direito dos homens*, incluindo suas opiniões sobre o direito da mulher à educação e ao trabalho. Foi jornalista, escritora, poeta, e pedagoga, tendo fundado e dirigido colégios femininos, nos quais punha em prática suas ideias de emancipação.

O pensamento de Nísia vem de fora, como aponta Duarte (2019). No entanto, ao trazer para o Brasil as reflexões do pensamento feminista Europeu, Nísia faz mais que apenas reproduzir e aplicar aquele em terras brasileiras, mas o reatualiza e o contextualiza, destacando as marcas da formação social brasileira e o contexto vivenciado por nossas mulheres. Duarte comenta este movimento de reflexão crítica exercido por Nísia:

No último capítulo de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, encontra-se o desvio mais acentuado em relação aos originais europeus. Após longa argumentação a respeito da capacidade e da superioridade femininas, Nísia termina dizendo que não tinha intenção de “revoltar pessoa alguma contra os homens”, e muito menos, “transformar a ordem presente das coisas”. Ou seja, não endossa a revolução proposta pelas pensadoras estrangeiras, e sentia-se satisfeita em provar que seu sexo “não é tão desprezível” (...) Esse recuo (...) merece ser analisado como estratégia e consciência da realidade. Afinal, o momento brasileiro impunha não o clamor por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino em relação à mulher. A autora revela (...) ter consciência da defasagem cultural, social e política existente entre a Europa e o Brasil. Enquanto lá as reivindicações se faziam sob a forma de crítica a uma educação já existente, aqui as solicitações eram ainda as primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda sorte de preconceitos. Nossas mulheres precisavam, primeiramente, ser consideradas seres pensantes, para então pleitearem a emancipação política (Duarte, 2019, p. 29).

É neste sentido que a luta pela educação das mulheres brasileiras é vista como um momento marcante e se caracteriza como a primeira onda feminista do

Brasil. Neste período do início do século XIX, ainda eram poucas as mulheres que

sabiam ler, e este número era ainda menor no cenário das mulheres escritoras.

Mas assim como Nísia, houve outras mulheres, tais como: Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779 – 1860), Delfina Benigna da Cunha (1791–1857), Clariça da Costa Siqueira (1818 – 1867) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, entre outras. Esta última publica um texto que apresenta forte influência de Nísia Floresta, pois apontava a ideia da capacidade da mulher para participar da vida pública e política, destacava sua capacidade para o comando e de construir opiniões acerca do acontecimento políticos do País (contexto da Revolução Farroupilha).

A segunda onda do movimento feminista brasileiro surge por volta de 1870, é marcado pela consolidação de um número expressivo de jornais e revistas com conteúdo expressamente feminista, apresentando uma característica mais jornalística que literária. Este segundo momento de expressão das mulheres é marcado então, pelo enraizamento da construção de um campo ou da disputa das ideias feministas no meio jornalístico de todo país, foi o caso dos jornais: O Sexo Feminino (1873 – 1875), Echo das Damas/ O quinze de novembro do sexo feminino (1875 – 1890), O domingo (1873), A Família (1888 – 1897), entre outros. Segundo Duarte (2019, p. 32):

Além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, essas publicações traziam artigos sobre o ensino superior e o trabalho remunerado. Divulgavam ideias novíssimas com as de que “a dependência econômica determina a subjugação” e que “o progresso do País depende de suas mulheres”, apregoadas por incansáveis jornalistas que queriam convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional.

O alinhamento político das publicações guiava-se pela denúncia da má educação dirigida às mulheres, a divulgação das realizações femininas pelo país, como as primeiras mulheres formadas médicas ou advogadas. No entanto, cabe ressaltar que este momento jornalístico das mulheres não passava sem a reação da imprensa masculina, que defendia a reclusão das mulheres no lar e na família.

Movida por uma e um mesmo idealismo, essa imprensa terminou de criar -

concretamente - uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função, “conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” (Duarte, 2019, p. 35).

Além disso, é importante ressaltar a distinção com a realidade das mulheres pobres e negras, a quem se era forçada/ permitida a trabalhar nas fábricas e no ambiente doméstico, o que mais uma vez destaca as peculiaridades de pensar a condição de classe e de raça ao situar a história de formação do pensamento feminista brasileiro — no que toca a esta questão vale destacar as contribuições de Lélia Gonzalez acerca da defesa de um feminismo afro latino americano onde se pensa a relação da luta de mulheres negras num contexto brasileiro, em que temos o desenvolvimento de um capitalismo desigual e combinado, voltaremos a esta questão mais a frente, no contexto do feminismo dos anos 70/80.

Assim, pode-se situar a imprensa feminista do séc XX, enquanto um lócus germinais de disseminação de ideias feministas no Brasil, se apresentando enquanto um importante instrumento de conscientização. Como uma rede de disseminação de ideias revolucionárias para a época, os jornais feministas brasileiros transmitiam o sonho da transformação das relações sociais, o sonho feminista da construção de uma realidade onde as mulheres pudessem exercer as suas potencialidades.

E é neste momento em que o sonho pelo voto começa a ser gestado, a luta pelo direito ao voto, no entanto, se consolida na conformação da segunda onda. A busca pelo direito ao voto não era apenas a busca da representatividade, mas já se apresentava enquanto um processo de construção de uma nova forma de fazer política que, embora precisasse, e ainda hoje pode-se dizer que precisa, assumir a política da ordem, ou seja, a política dos homens; disputava, mesmo dentro desta suposta ordem e esfera política majoritariamente masculina, uma nova visão de mundo e, sobretudo, uma nova concepção de país, dentro do qual se propunha uma nova configuração da organização social, com a vez das mulheres opinarem no público.

Na terceira onda, no início do séc XX, a luta das mulheres em torno da cidadania ganha contornos mais definidos, é neste contexto que são registradas as primeiras movimentações de organizações pelo direito ao voto, pela ampliação do acesso à educação do ensino superior e do mercado de trabalho, às mulheres não satisfazia apenas o acesso aos postos de trabalho considerados aptos para

as suas pretensas capacidades, ou incapacidades, biológicas, por entenderem sua condição de opressão enquanto uma organização social desigual entre os sexos, desta vez lutavam pelo direito a postos de trabalho reservados apenas para os homens, como o comércio e a indústria, por exemplo.

É neste contexto da terceira onda que os esforços são canalizados na criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que se consolidou em vários Estados brasileiros, e resistiu por 50 anos. Um dos nomes que impulsionaram as ideias a organização deste período é o de Bertha Lutz (1894 – 1976) e Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945).

Esse período se destaca pelo acirramento da luta pelo direito ao voto, que encontrava forte resistência da ala antifeminista do poder político, materializando-se em um movimento de ridicularização que a maioria dos homens do senado e da câmara destinavam às ideias e às ações das mulheres (DUARTE,2019 p, 35):

Muitos nomes se destacam nesse momento, entre eles o de Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, em Paris, que vai se tornar uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Durante anos, Bertha foi incansável nos discursos, nas audiências com parlamentares, e na redação de textos inflamados, como o que publicou na revista semanal, em 1918, denunciando a opressão de mulheres e propondo a criação de uma associação para "canalizar todos os esforços isolados". Com outras companheiras, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os estados e resistiu por quase cinquenta anos.

Foi sob esse clima de pressão, em 1927, o governador do Rio Grande Norte, Juvenal Lamartine, aprova o direito ao voto feminino, o que abriu um precedente político importante para ecoar a voz das mulheres que, nacionalmente, cobravam o posicionamento federal em consonância com o Rio Grande do Norte.

Este clima de tensão e anseio pela aprovação do voto feminino, pode ser percebido no manifesto feminista assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, em que apontam a relação de igualdade entres os sexos, e questionam os fundamentos antifeministas, colocando em questão a luta pela

igualdade dos direitos políticos para mulheres e homens. Abaixo, reproduzimos o texto do manifesto na íntegra (citado por Duarte, 2019, p. 36):

“As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais. Os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, conseqüentemente, para a nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social. A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto. A recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral. As noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça. Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor.

As ações de rua também caracterizam este momento, ampliando a dimensão do feminismo que antes se caracterizava mais pela presença das mulheres de classe média nos meios literários e jornalísticos nacionais. Este é um momento de grande clamor nacional das mulheres pelo direito ao voto, de movimentação nas ruas e de grande pressão popular. Ao citar, no manifesto feminista acima exposto, a contradição entre a imposição de deveres com a ausência dos direitos civis, as feministas chamam atenção para a seguinte problemática: se as mulheres podem trabalhar como os homens, se respondem às mesmas leis, então, porque não lhes é garantido o direito de escolha da representação política, por que não lhes é possível opinar e participar da esfera política e de poder?

O Manifesto Feminista aponta para um movimento importante de questionamento da ordem e da proposição da união entre os sexos, neste período, as mulheres já apontavam enquanto sujeitos participantes do processo de reorganização da sociedade, questionando o modo como esta organizava as esferas do poder, de decisão; O manifesto feminista, como as publicações jornalísticas e literárias do período, nos aponta uma ascensão da questão da disputa pelo poder como um elemento estratégico de emancipação feminina. Mas, apesar de toda a efervescência em torno da questão do sufrágio pairar pelo

horizonte do pensamento feminista brasileiro, fortemente demarcado no contexto de 1927, esta caminhada ainda seria longa e tumultuada.

Somente em 1932, após sucessivas passeatas e conferências públicas que, respondendo ao clima de pressão crescente, Getúlio Vargas incorporou ao código eleitoral o direito de voto à mulher. Mas as mulheres não comemoraram esta vitória por muito tempo, pois, logo após, é instaurada a Ditadura Vargas, postergando a participação das mulheres no processo eleitoral para as eleições de 1945.

Mesmo diante de tais entraves conjunturais, a luta alavancada nesse período, sobretudo a centralidade do debate voltado para os direitos políticos, alimenta e abre espaço, em diversas bandeiras existentes na luta das mulheres, para as questões políticas em especial, no sentido de proporcionar, ao debate feminista brasileiro, o acúmulo político e organizativo de suas reivindicações.

Com o aumento da participação, ou, pelo menos, da representatividade desta representação na esfera pública, como no caso das eleições das primeiras mulheres vereadoras, prefeitas, deputadas e senadoras no país: conformam-se às questões em torno não mais da simples participação da vida política, mas da disputa e do questionamento do poder, dá ordens das coisas. As mulheres estão se constituindo enquanto sujeitos políticos relevantes e de força social organizada importante nacionalmente.

E é neste cenário que se vê nascer os indícios da quarta onda do feminismo brasileiro a partir de 1970, como resultado, como o foram os outros, da movimentação das ideias e das ações feministas no país, pois aquelas, segundo Duarte, são (2019, p. 26);

(...) momentos áureos do feminismo brasileiro “conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax - o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar”.

Neste processo de acúmulo e confluência para o clímax temos que, da primeira onda feminista até a quarta, à qual entraremos em instantes, muitas questões se atualizaram e outras novas surgiram. No campo da educação, por exemplo, também foram incluídos o surgimento das disciplinas, grupos e linhas de pesquisa que se voltaram para analisar cientificamente as questões e pautas das mulheres brasileiras. O que se gestou na luta pelo direito a ler e escrever consolidou um campo de disputas ideológicas e políticas nos espaços de produção do saber (RAGO, 2019, p. 373):

O feminismo tem produzido não apenas uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nessa esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca por uma nova linguagem, ou na produção de um contra-discurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando também na produção do conhecimento científico.

Nas universidades emergem os debates em torno das epistemologias feministas, da vivência feminina e/ou das mulheres, não mais apenas como objeto de estudo, mas como produtor e lócus de conhecimento (ARRUDA, 2019; RAGO, 2019).

Como dizíamos, muitas questões novas surgiram — seja no campo das ações mobilizadoras ou do pensamento feminista — consolidando que tais momentos se retroalimentam, surgem como coisas novas, mas resguardam todo o processo de gestação. Os acúmulos em cada contexto são verdadeiras ondas dialéticas dos momentos de luta das mulheres brasileiras, em suas diversas dimensões, e do pensamento feminista brasileiro em sua complexidade.

É a partir deste movimento dialético que dos anos de 1970 em diante, o surgimento das mulheres protagonizando lutas em diversas frentes de movimentos sociais, tanto os de caráter misto, quanto em coletivos auto-organizados. Neste período, estamos em número cada vez mais expressivo nas ruas, participando de passeatas, organizadas em coletivos nos bairros de periferia, nas escolas e universidades, e em diversos outros setores onde passamos a nos fazer presentes e atuantes. É neste cenário, também, que temos a presença das mulheres ocupando e se fazendo presente na dimensão das disputas político-partidárias e em organizações populares, como associações,

sindicatos, coletivos de bairro, movimentos sociais diversos, entre outras formas associativas.

É importante destacar que para pensar o movimento feminista e o movimento de mulheres brasileiras, principalmente no que se refere a quarta onda, se faz necessário situar o terreno do contexto político em que este surge, enquanto as condições políticas conjunturais imprimiram nas ações feministas, de modo geral, a necessidade de pensar, paralelamente à questão da mulher, a luta pelo fim da ditadura militar, o que confere ao pensamento feminista da época a necessidade de dialogar com a questão de classe. Ou melhor dizendo, queremos falar da estreita relação e, em diversas formas, do difícil diálogo entre as perspectivas de classe, alinhadas ao Marxismo tradicional — assim como outros campos teóricos, tais como o do Liberalismo, Psiquiatria - e os debates insurgentes acerca da questão de mulher ou do gênero, enquanto uma categoria histórica para pensar a realidade social, suas contradições e as possibilidades de transformação das desigualdades e opressões vivenciadas por uma contingência que não pode ser reduzida a análise da classe, mas reclama uma atenção especial às suas especificidades, inclusive. Sobre essa questão, Duarte (2019, p. 42) ressalta:

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas pela discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Contudo, ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto.

No âmbito da sexualidade, o anticoncepcional se coloca como o divisor de águas ao possibilitar a desvinculação do sexo à maternidade compulsória, possibilitando, às mulheres, exercer uma sexualidade “mais” livre — considerando-se, sempre, as limitações desta em meio a uma cultura fortemente machista. Temos, neste período, um momento importante que aponta para uma mudança nas questões que envolvem a sexualidade feminina. No âmbito da imprensa feminista, os temas considerados polêmicos se destacam (DUARTE, 2019, p. 42):

mudança nas questões que envolvem a sexualidade feminina. No âmbito da imprensa feminista, os temas considerados polêmicos se destacam (DUARTE, 2019, p. 42):

Em 1975, foi fundado o Jornal Brasil Mulher, porta voz do recém-criado movimento feminista pela anistia; e, em 1976, surgiu o periódico Nós Mulheres, que logo se assumiu feminista e circulou por três anos. Os dois Jornais enfrentaram as questões polêmicas daqueles tempos atribulados, como a anistia, o aborto, a moralidade interna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo muitas matérias sobre o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema. (...). Alguns anos depois era a vez do Mulherio, criado em 1981, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. A publicação alcançou rapidamente enorme prestígio nos meios universitários, e no seu terceiro número contava com mais de 3 mil assinaturas. Em suas variadas seções havia desde denúncia de violência, da discriminação contra a mulher negra, aos temas da política do corpo, amamentação, trabalho feminino e da vida das operárias e da periferia das grandes cidades, além de matérias sobre a produção cultural de escritoras e artistas e os endereços de grupos feministas em todo país.

No campo da política eleitoral, as poucas mulheres que se destacavam no cenário ganham destaque como "pioneiras" no campo da política. É neste cenário, também, que grupos feministas se aliam às 26 deputadas federais constituintes, identificado como o lobby do batom, na tentativa de garantir direitos e avanços na constituinte. Ainda no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, feministas universitárias criam grupos, disciplinas e temáticas de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras, e logo este fenômeno começa a se espalhar no planejamento, criação e execução de congressos, colóquios, encontros e seminários nos quais os direitos das mulheres, e suas lutas, foram debatidos. Isto desenvolve a institucionalização dos então denominados estudos da mulher em diversos campos universitários do país. (Duarte, 2019).

Como se vê, a luta das mulheres vem atravessando questões específicas em momentos distintos e, em cada momento, uma questão característica se sobressai: luta por educação, luta pelo direito ao voto, luta pela igualdade de direitos, luta por avanços na constituinte, pelo divórcio, por trabalho, entre outros. Estes momentos confluem-se, e configuram nos anos de 1980, o crescimento da coletivização das mulheres enquanto atores políticos importantes, conforme afirma (Gohn, 2010; 2014)

Educação, sufrágio, saúde reprodutiva e liberdade sexual, política, etc,

foram e são esferas importantes para entender a formação do pensamento feminista brasileiro e, assim, entender suas especificidades. Estes caminhos percorridos apontam que diversas questões ainda permanecem presentes. Sobretudo, se considerarmos a influência dos contextos históricos e sociais, temos, no Brasil, elementos que apontam para uma piora das condições de vida (aumento do desemprego, inflação crescente, volta do Brasil ao mapa da fome, retração do Estado em diversos setores, aumento da violência de diferentes formas) de diversos sujeitos, entre eles as mulheres. O desmonte das políticas públicas aliado à crise política brasileira, dão formas às lutas e resistências atuais, trazendo para as mulheres novos desafios para pensar o enfrentamento a essas questões e, também, colocando para a plataforma feminista o desafio para pensar as alternativas de enfrentamentos atuais. (DUARTE, 2019, p. 45):

Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Para corroborar essa posição, basta que nos lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso de força física.

1.1. “Pois sem mulher a luta vai pela metade...”: O processo de emergência das mulheres enquanto sujeitos políticos



Ato Ele não, em Campina Grande, Paraíba.

(Fonte: Arquivo do Levante Popular da Juventude da Paraíba)

O movimento de mulheres e o movimento feminista se fazem cada vez mais presentes no cotidiano e na agenda dos movimentos sociais, sendo caracterizados por Gohn (2010, p. 89) enquanto movimentos sociais indenitários e culturais porque “conferem a seus participantes uma identidade centrada em fatores biológicos, étnicos/raciais, ou geracionais” e mobilizam uma diversidade de questões voltadas para a transformação social conferindo aos sujeitos coletivizados processos indenitários comuns.

As características identitárias e culturais também são atribuídas à emergência, a partir dos anos 2000, da organização política da população negra, dos LGBTQI+, dos jovens, dos idosos, entre outros. No caso específico da juventude e das mulheres, se encontra a conformação de um movimento social que faz parte de um novo paradigma, enquanto em seus elementos organizativos mobilizam uma participação integral de sujeitos coletivizados, agregando-os como assinala Gohn (2010, p. 203):

(...) para uma ação diretamente relacionada com um interesse de uma categoria ou de uma classe. No novo paradigma, mobilizar as pessoas deve ser uma tarefa integral, mobiliar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma a provocar mudanças nos hábitos e nos comportamentos dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação social, inserindo-o na comunidade próxima, colaborando para desenvolver um espírito comunitário”

O Levante mobiliza, frequentemente, em seu trabalho de organização de jovens a categoria emoção/afeto no processo que vai desde o momento de cativação dos sujeitos em torno de pautas como da transformação social, organizando jovens através da conquista de “corações e mentes” para a atuação em torno da defesa dos direitos da juventude da classe trabalhadora. Esse processo se dá, no novo paradigma, na articulação da afetividade tomada enquanto uma dimensão revolucionária, como modo de fazer sentir, nestes jovens coletivizados, o compromisso com a luta de classe e com o sujeito transformador,

a classe trabalhadora, esta, não mais enquanto uma categoria generalizada, mas orientada a considerar a diversidade de sua composição, a partir do debate das opressões em torno da luta contra o machismo, contra a LGBTfobia e contra o racismo (Ruskowski, 2010).

Destaca-se o uso de repertórios e referências, advindas da cultura popular, a utilização da realização de místicas nas formações, em encontros, no planejamento e execução de suas atividades externas, assim como a mobilização da categoria lúdica na sua participação em atos de rua e em demais intervenções públicas através da mobilização de ações centradas em aspectos de agitação e propaganda.

Para Ruskowski (2010), ainda, se sobressai ao processo organizativo do Levante Popular da Juventude, o destaque em relação ao reconhecimento coletivo de memórias e identidades semelhantes, a partir do entrelaçamento de vidas que compartilham experiências e trajetórias que se identificam, o que leva a construir não somente companheiros de uma luta, mas uma comunidade em que o engajamento político desses jovens imprimem redes de solidariedade e de sociabilidade transversais, abarcando a relação com a família, com o trabalho, enfim, abarcando diversas relações cotidianas.

A MMM surge a partir de uma ação de mulheres realizada em 1995 em Quebec, no Canadá, com a presença de 850 mulheres na marcha que percorreu 200 quilômetros. O mote da marcha era “Pão e Rosas”. Resultou na conquista de diversos direitos para as mulheres, entre eles o aumento do salário mínimo e o apoio à economia solidária. Em seguida, as mulheres que participaram desta marcha buscaram contatos com outras organizações sociais em todo o mundo, visando expandir uma atuação internacional de luta

das mulheres. No Brasil, fizeram um primeiro contato com as mulheres da Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras (CTB).

Na ocasião, as brasileiras marcaram diversas reuniões em que foram discutidas as representantes para participarem do primeiro encontro internacional da MMM, realizado em 1998, em Quebec. Este encontro contou com a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Como resultado dos debates realizados agora, foram tiradas 17 reivindicações, que versavam entre temas ligados à eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. Também, foi decidido que durante os anos 2000, seria convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma campanha internacional.

As ações dos movimentos sociais, que romperam/rompem com a dependência institucional, favoreceram o nascimento de um campo conceitual autônomo, no sentido de que: “A área dos movimentos sociais é agora um setor ou subsistema do social”. (Melucci, 1996, citado por GOHN, 2014, p. 11), ou seja, os movimentos sociais revisitaram um campo vasto de investigação e nos fez repensar a análise social a partir dos seus sujeitos organizados, com seus objetivos e reivindicações diversas e pontuais, no sentido da contextualização histórica, e dinâmicos, no que se refere às suas múltiplas determinações (DUARTE, 2019).

O rompimento da exclusividade da análise a respeito da política, ou as questões que envolvem o debate acerca do poder centrado na referência do Estado como instância organizadora, passou a ser questionado no plano concreto, ou melhor, no cotidiano social. Enquanto os movimentos sociais surgem como esferas de questionamento da realidade, ou melhor, das desigualdades presentes nesta, o Estado passou a ser criticado e “perder a grande” atenção, ou exclusividade, enquanto objeto de análise das Ciências Sociais. Neste sentido, estudar os movimentos sociais significa, também, questionar a teoria social, enquanto aqueles propõem o questionamento da organização social, não só a questionam, como também propõem novas formas de pensá-la ao proporem mudanças estruturais em sua ordem.

Partindo desse resgate, ou seja, da influência dos movimentos sociais como um fator que favoreceu certa reorientação nas ciências sociais,

assinalamos que os estudos e pesquisas sobre a temática dos movimentos sociais, suas dinâmicas, projetos e sujeitos atuantes nas várias ações e aspectos que lhes dizem respeito, ancoram-se em debates e análises recentes e enfrentam desafios de reflexão ao passo que as constituições dos movimentos sociais, ou melhor, a definição conceitual/analítica acerca dos seus elementos integrantes se concretizam naquilo que Maria Glória Gohn vai chamar “movimentação histórica das coisas” e, neste sentido, restringi-lo num campo conceitual específico não é uma tarefa simples (2014, p. 19 – 20):

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanentes. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa primeira tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre.

Há assim, nos estudos que se voltam para compreender as dinâmicas, ações e constituições dos movimentos sociais e seus agentes, o desafio contínuo de pensar teorias capazes de dar conta de processos emergentes. No que toca ao nosso esforço de refletir acerca da vivência das mulheres lideranças de movimentos sociais na Paraíba, a partir de estudos de casos, se faz necessário apontar tais ressalvas acerca da constituição de movimentos sociais, enquanto nos ajudarão a pensar, também, as contradições internas presentes nas organizações no que toca a presença e atuação das mulheres enquanto liderança política.

Segundo Gohn (2014) a conformação dos movimentos sociais é um fenômeno histórico e sofre influência das estruturas e das conjunturas da sociedade civil e política, pode-se afirmar, ou refletir-se, também, em que medida as relações internas que se desenvolvem nos movimentos contribuem para a sua conformação, autocrítica e transformação.

Ou seja, se considera o aspecto macrodinâmico das conformações desses movimentos sociais, ao pensar a especificidade da atuação das mulheres, com o recorte para a sua atuação enquanto liderança política,

podemos refletir, também, sobre como a vivência em espaços contribui para o processo de transformação, da atuação, concepção e perspectiva política, teórica e organizativa, dos seus respectivos movimentos.

Podemos apresentar uma das reflexões que o nosso trabalho coloca (ou pode colocar, mesmo que não seja o foco principal de análise, vale a pena a reflexão) acerca da seguinte questão: em que medida a presença dessas mulheres, a partir de sua auto-organização, das análises da realidade e das ações que realizam em diversos Estados e nacionalmente, enquanto lideranças políticas, têm contribuído para que os movimentos sociais possam exercer um processo de reflexão interna acerca de suas contradições, principalmente no que toca às relações de gênero e a participação efetiva das mulheres na política? Enquanto esta atuação é permeada por diversas especificidades do ser mulher, que aponta para os desafios do debate de gênero em organizações sociais das quais elas fazem parte. Nesta via, para refletir sobre a presença das mulheres enquanto lideranças políticas, buscamos discorrer sobre a constituição dos movimentos sociais e os desafios de compreendê-los em sua dinamicidade.

Compreender a importância dos movimentos sociais, para as ciências sociais, é um grande desafio, pois esta precisa identificar “suas crenças, valores, diferenças internas, etc.; e as dimensões das ações e eventos ou, em nosso entendimento, as práticas sociopolíticas desenvolvidas” (GOHN, 2014, p, 243). Assim como Gohn (2014), partimos do esforço de pensar os movimentos sociais enquanto práticas sociopolíticas, buscando abordá-lo, ou considerar na análise, suas diversas dimensões sociais, culturais, políticas, entre outras.

Deste modo, recusamos a ideia de que uma única teoria, ou recorte teórico, consiga abarcar a diversidade empírica e conceitual que consiste em pesquisar e analisar os movimentos sociais. Para Gohn (2014) os sujeitos organizados em movimentos sociais compartilham de uma identidade comum, por exemplo: ser mulher, ser negro, ser jovem, etc. Assim, não é a existência de um grupo de interesse que configura a sua existência, mas uma realidade em comum anterior a qualquer interesse desses grupos, é o fato de tais sujeitos compartilharem as mesmas condições/situações sociais, de partilharem

determinado contexto social e cultural e de se organizarem socialmente a partir das mesmas bases. Tal processo contribui para a existência ou percepção de um elo social no sentido de uma identidade compartilhada. A aglutinação destes grupos em uma identidade social e coletiva de um movimento social depende assim, desta realidade social compartilhada previamente.

Entendidas enquanto espaços não-institucionalizados, que conformam e criam um campo político próprio, trata-se de ações que se articulam, fora do campo institucionalizado do Poder. No entanto, um movimento social pode transitar em esferas institucionalizadas, por meio das articulações institucionais e do acúmulo de forças sociais que podem provir desta reação. Assim, em síntese, segundo Gohn (2014, p. 247):

(...) movimento social refere-se à ação dos homens na história. esta ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de procedimentos - e um pensar - por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto.

Por serem uma 'práxis', são resultantes da dinâmica dos conflitos sociais existentes que o contornam. Assim as suas transformações, os fluxos e/ou refluxos organizativos e políticos, dialogam com os conflitos que enfrentam, com o momento histórico onde sua luta se situa: "Este fator confere às ações dos movimentos um caráter reativo, ativo ou passivo" a depender do contexto e das possibilidades concretas das atuações e dos desafios conjunturais enfrentados (GOHN, 2014). Os momentos de formação e os contextos que circundaram as ondas do movimento feminista brasileiro são exemplos concretos desta dinâmica ao apresentar um constante diálogo, no sentido dos avanços e retrocessos vivenciados no interior dos movimentos, com o contexto social, político e econômico que demarcava cada período (Holanda, 2019).

Pensando nesta dinamicidade, um dos elementos essenciais, apontados por Gohn (2014) para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas é o da luta social. Ela usa a categoria luta social para abranger a diversidade de movimentos sociais modernos que não são necessariamente amparados pela noção de luta de classes *stricto sensu*, pois esta "se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores

socioeconômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social” (GOHN, 2014, p. 248) assim como não abarca, isoladamente, a demanda do movimento de mulheres, do movimento negro, do movimento LGBTQI+, dentre outros. Assim, para Gohn, a categoria luta social seria mais abrangente, dando importância aos movimentos contemporâneos em sua diversidade constitutiva.

Esta caracterização enquanto movimentos sociais vêm para dar destaque às especificidades que abarcam, ao colocarem em cena as questões subjetivas das opressões que os seus sujeitos compartilham, opressões estas não compreendidas a partir de uma perspectiva que considere apenas do debate macroeconômico das desigualdades e/ou injustiças sociais. No caso das mulheres, se reverbera em suas vivências, que se configura num terreno onde a sua própria construção enquanto sujeito coletivo se efetiva e ganha sentido: há o compartilhamento dos constrangimentos sociais e políticos do ser mulher. E este “ser mulher” configura um mundo de realidades em que as oportunidades e possibilidades sociais são desiguais. Ao passo que compartilham estas condições, e se percebem enquanto um grupo político, no sentido da demanda social e política que abarcam, estes sujeitos e surgem pautando uma compreensão desta dimensão subjetiva, mas, ao mesmo tempo concreta, de suas vidas³. GOHN (2014, p. 249):

Destaca-se ainda que a apreensão da maioria dos fenômenos envolvidos nos chamados “novos” movimentos sociais abrange dimensões subjetivas da ação social, relativa ao sistema de valores dos grupos sociais - não compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macro objetiva, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outras ordens, morais, ou radicais, no dizer de Heller (1981). E a amálgama das ações que ocorrem neste plano é de ordem subjetiva, expressa pelo sentimento e situações de solidariedade.

³ Embora não escolhamos partir de uma análise subjetivista, como afirmamos no capítulo dois, quando trataremos do diálogo teórico do qual compartilhamos para pensar o Gênero enquanto um método e uma categoria de análise histórica, dialogando com um conceito que nos permita pensar como o gênero “(...) estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social”, articulando a distribuição de poder como “(...) um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos” (SCOTT, 2019, p. 70).

Se os movimentos sociais, e toda a diversidade de sujeitos e lutas que dele fazem parte, se conformam enquanto processos político-sociais, partir de uma reflexão que considera o contexto histórico em que suas ações políticas acontecem, nos abre uma brecha fértil para pensar a dinâmica de suas transformações (internas, externa)⁵. Gohn (2014, p. 251 – 252):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se configuram a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e conflitos vivenciados pelo grupo em sociedade. As ações desenvolvem um processo político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas

Assim, outras questões povoam o nosso imaginário de inquietações, quais sejam: quais eram as condições políticas estruturais para a conformação deste fenômeno? O que acontecia no contexto político-histórico de meados da década de 70 quando as mulheres emergiram enquanto sujeitos políticos? De que formas se constituía a distribuição de poder, agora? E, talvez a pergunta que este trabalho a ajude a formular e refletir: como os movimentos feministas, expressos na luta das mulheres pelo acesso à esfera pública/política da vida social, têm avançado? Em síntese: temos desafios atuais? Como pensamos o feminismo brasileiro na atualidade? Em um contexto em que a democracia está ameaçada, como é a atuação política das mulheres?

Queremos dizer que, ao pensar a vivência das mulheres enquanto lideranças em movimentos sociais da Paraíba, estaremos considerando uma perspectiva dos movimentos sociais, e das práticas sociais, constituídas a partir da relação entre agência e estrutura, portanto, se conformam a partir de condições sócio-históricas definidas. Neste sentido, as

⁵.Um dos exemplos que figuram nesta questão histórica das mudanças e transformações dos sujeitos políticos destes movimentos sociais é o processo pelo qual as mulheres passaram a conquistar espaço para incluir suas demandas no interior de suas organizações e espaços diversos ocupados por elas a partir da década de 1970.

narrativas das quais buscaremos compreender as vivências e atuação política dessas mulheres se assentam numa compreensão dos vínculos da prática social enquanto resultante das dimensões objetivas e subjetivas do mundo societário (Peters, 2006).

Voltemos às reflexões em torno das demandas internas referentes à atuação das mulheres enquanto lideranças, entendendo as suas ações e vivências enquanto um campo interno de atuação desses movimentos sociais que tem provocado e impulsionado o debate acerca da participação/protagonismo político das mulheres na esfera pública da sociedade, como agentes transformadores e importantes sujeitos políticos na articulação das lutas contra desigualdades e injustiças sociais que se estruturam a partir das desigualdades de classe raça e gênero.

Então apontamos este processo conceitual para, em seguida, percebermos como a presença de mulheres em espaços de direção proporcionou e tem proporcionado significativas transformações nas esferas internas dos seus respectivos movimentos, e das disputas políticas centrais. O apontamento conceitual acima serve, também, para compreendermos, adiante, o processo de surgimento do movimento de mulheres, principalmente no que toca a luta pela visibilidade e importância da participação de suas pautas, e de como este esforço proporcionou mudanças teóricas e estratégicas no campo interno das organizações populares, a partir da década de 1970.

1.2. Mulheres que se movimentam: um resgate de momentos históricos importantes



Ato alusivo ao oito de março em João Pessoa

(Fonte: Arquivo do Levante Popular da Juventude da Paraíba)

Ao refletirmos sobre a presença e atuação política de mulheres lideranças em movimentos sociais a partir da década de 1980, no caso do MST; e dos anos 2000, no caso da MMM e do LPJ, achamos importante apontar alguns elementos que caracterizam as especificidades entre eles. De modo geral, entende-se que o contexto dos anos 1970 adiante configura um período de acirramento das condições existenciais para grande parte da população brasileira, principalmente no que se refere à instabilidade econômica e política do período, considerando que o país caminhava, ainda debilmente, para sair de duas décadas de Ditadura Militar, que se altera em meados da década de 80 com a chamada

redemocratização. Neste contexto de instabilidade política, perseguições, e

avanços do processo de entrega das riquezas nacionais através, principalmente, da extensiva privatização de empresas estatais, gesta-se um terreno desfavorável para os mais pobres, ou para o que conceitualmente podemos definir como classe trabalhadora brasileira (Fernandes, 2007; ANDRADE, 1963).

Destacamos que ao pensar a vivência política das mulheres em movimentos sociais, assim como sobre os momentos do feminismo brasileiro, vale a pena pontuar que tivemos como terreno de surgimento de uma sociedade civil organizada em um contexto de exceção. Isso configura demandas e características para a atuação dos movimentos e também para um momento político-social específico e marcante para o feminismo brasileiro e as lutas das mulheres, sobretudo para a participação e atuação política dessas. (MIGUEL e BIROLI, 2014).

Assim, parte-se de condições conjunturais que contribuíram, e/ou permearam, o surgimento da organização de diversos setores de trabalhadores/as tanto no campo quanto na cidade. Em tal conjuntura do período, destacam-se: as precárias condições de trabalho, o acirramento das condições de vida no campo. Em meio a tudo isso, um crescente processo de organização popular, marcando um período de resistência e de luta pela redemocratização.

Temos, então, o surgimento de novos atores sociais que vinham de diversos setores, organizados em torno de questões sociais, pela redemocratização, pela reivindicação de direitos, pela defesa de uma nova constituição, entre outros. (GONÇALVES, 2009; OLIVEIRA, 2007).

Os movimentos sociais deste período configuram fenômenos distintos das insurreições que antecederam a história das lutas e resistências sociais no Brasil.

O que temos em formação a partir dos anos de 1970 – 1980, é a

organização popular centrada em movimentos sociais com organização e dinâmicas próprias de formação, mobilização e articulação político-popular pela defesa da democracia, por direitos sociais, contra as desigualdades de gênero e de raça. Temos aqui a conformação de sujeitos coletivizados em torno de pautas catalisadoras, pautas que reúnem interesses de segmentos desprotegidos, oprimidos e marginalizados, social, econômica e politicamente (GOHN, 2010).

Alguns estudos destacam que o processo de organização das mulheres nos movimentos sociais se deu paulatinamente, atravessando dificuldades quanto à centralidade da discussão da questão de gênero no campo da política, principalmente no processo de reivindicação nos partidos políticos e organizações de esquerda, o debate sobre a indissolubilidade ou consubstancialidade da relação entre classe e gênero ⁶ (OLIVEIRA, 2007; PAIVA, 1985, FERNANDES, 2007).

Atrelado a esta ascensão do debate teórico, que pode ser percebido nas consecutivas reformulações dos partidos e movimentos sociais da época sobre gênero, movimentam-se centenas e milhares de mulheres no Brasil, unindo a esfera teórica à base social das transformações em torno do processo organizativo das mulheres. Este movimento de ascensão do debate teórico e do crescimento da organização e participação das mulheres na esfera pública — não apenas como companheiras, secretárias do partido, mas também como protagonistas - demanda para dentro das organizações a inserção das mulheres,

⁶ Elizabeth Souza Lobo, em sua obra “A Classe Operária tem dois Sexos”, publicada em 1991, e Heleieth Saffioti, no livro “A Mulher na Sociedade de Classes”, publicada em 1967 são teóricas que colocaram e disputaram a indissociabilidade entre gênero, classe e raça na constituição da distribuição e organização do poder.

fazendo com que internamente se construa um campo de debates sobre as especificidades da luta feminista e, sobretudo, a sua importância, relação e centralidade enquanto vetor central da luta de classes e superação da ordem capitalista (GONÇALVES, 2009).

Ao afirmar que “sem feminismo não há socialismo”, as mulheres organizadas dentro desses movimentos sociais, sejam eles mistos ou auto-organizados, proclamam que compreendem e não abandonam seu lugar na luta e sustentam isso teoricamente, disputando a centralidade da discussão da disputa do poder centralizado nas análises macroeconômicas. Em linhas gerais, argumentam que uma nova sociedade que não se propõe a pensar a situação de suas mulheres, está fadada a repetir e propagar as mesmas contradições da sociedade atual, capitalista, racista, LGBTfóbica. Então a questão colocada pelo movimento feminista e de mulheres era simples: nós somos importantes para garantir a transformação social que almejamos, pensar a especificidade da composição da classe trabalhadora é um elemento central para entender como a conformação da realidade e das desigualdades sociais está fundada em uma imbricação desses sistemas.

Elas afirmam a sua equidade enquanto companheiras de luta. Mais do que isso, elas debatem que a realidade desigual não tem como causa apenas as condições econômicas, mas que existem sistemas de dominação que servem para garantir essa ordem, ou a reprodução da vida necessária para a composição de uma grande massa de trabalhadores. Libertar as mulheres, a quem o sistema incumbiu a tarefa de reproduzir e manter sua mão de obra através do controle de natalidade (liberando ou proibindo o aborto por conveniência econômica), e pelas produções de narrativas acerca da inferioridade da mulher, do seu talento, quase essencializado para o cuidado, a sua pretensa feminilidade frágil, entre outros, é

tarefa central para o processo revolucionário, pois, sem a libertação das mulheres, sem a compreensão de que suas capacidades são unânimes nas dos homens, garante-se ao sistema o seu sustento estrutural.

Assim, chega-se à questão central colocada pela ascensão das mulheres enquanto sujeitos políticos, sendo esta a seguinte: na verdade, “a questão da mulher” não é “a questão da mulher” no sentido isolado da frase, é uma questão de ordem social. Uma sociedade em que a mulher não é livre, não há condições para a existência da liberdade, da justiça, da paz, da felicidade, do bem viver. Afirma Miguel (2014, p. 29):

No Brasil, à parte pioneira como Nísia Floresta ou Bertha Lutz (1894-1976). A reflexão feminista também ganhou espaço a partir dos anos 1970 e 1980. Por muito tempo, seu objetivo era a inclusão do gênero como uma clivagem significativa, ao lado da classe social. Uma obra central foi a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, defendida em 1967 e publicada anos depois, a partir de uma referência exclusivamente marxista. O marxismo também informava o pensamento de Heloneida Studart, autora de um best-seller em linguagem acessível que introduziu o feminismo a milhares de jovens. Já os estudos de Elizabeth Souza-Lobo, publicados postumamente, configuram uma sociologia do trabalho com ênfase em gênero. Mesmo uma notória pesquisa sobre sexualidade da feminista católica Rose Marie Murano tinha como subtítulo “corpo e classe social no Brasil”.

Tais debates vão, gradativamente, configurando o terreno dentro do qual identificamos o aumento da participação, da visibilidade e da presença das mulheres dentro dessas organizações e em diversos outros setores da sociedade. Estes movimentos iniciais marcados na década de 1970 e 1980 se resvalam nos 2000, onde podemos observar os processos de lutas, debates e reivindicações cada vez mais voltadas para à questão de gênero e do feminismo, materializando-se na constituição de espaços como setores, coletivos, associações, colóquios e congressos, e encontros nacionais para debater a política a partir da ótica feminista.

Alguns eventos nos ajudam a demarcar essa emergência da organização massificada das mulheres em coletivos e/ou movimentos sociais diversos, entre tais, destacamos: a grande Marcha Mundial das Mulheres, com 20 mil participantes, em 2001, e com 40 mil, em 2002; a Marcha das Helenas, no Amapá, em 2008; e a tradicional Marcha das Margaridas a partir dos anos 2000. Outro dado importante é a criação do Coletivo Nacional de Mulheres pelo MST, em 1996, renomeado, em 1999, como Coletivo Nacional de Gênero, culminando para a criação, em 2000, do Setor de Gênero deste movimento.

É o caso, também, da presença massiva das mulheres em várias edições do Fórum Social Mundial, com destaque para a edição de 2009, quando lançam um manifesto onde Gohn (2010) reproduz a Declaración de la asamblea de los Movimientos Sociales para apontar um posicionamento político não mais delimitado em termos das demandas específicas das mulheres, mas que destaca o posicionamento dos grupos em torno do cenário político, da leitura que fazem das contradições econômicas, posicionando a opinião em relação aos desafios, avanços e retrocessos, da luta pela transformação social.

No trecho abaixo fica claro o posicionamento anticapitalista das mulheres (sobre o qual sofreram e sofrem críticas), por supostamente estarem setorizando a luta ao trazerem a questão feminista para o centro da luta de classes. Agora elas pontuam sua concepção em ser feminista e ser anticapitalista, destacando não haver uma oposição entre tais esferas, reafirmam, nesta carta histórica, suas propostas de atuação e de engajamento político:

Frente a estas crisis no nos interesan las respuestas paliativas basadas en la lógica de mercado que sólo pueden llevar a la sobrevivência del sistema. necesitamos avanzar en la construcción de alternativas. Para las crisis climáticas y energética, nos oponemos a soluciones por medio de agrocombustibles y de los mercados de créditos de carbón. Nosotras mujeres

feministas proponemos el cambio del modelo de producción y consumo, (...) Nuestra propuesta es la soberanía alimentaria y el desarrollo de la producción agroecológica. Frente las crisis financiera y económica, nos pronunciamos en contra de los millones retirados de los fondo públicos, para rescatar bancos y empresas. Nosotras feministas reivindicamos la protección de trabajo y el derecho a una renta digna. (Declaración de la Asamblea de Mujeres - FSM 2009 - Belém do Pará, 1 de febrero del 2009, apud, GOHN, 2010, p. 98).

Assim, as mulheres se constituíram, ao longo desses últimos 30 anos, marcadamente, como sujeitos relevantes no que toca à participação política nos movimentos sociais e têm contribuído para a construção de movimentos e espaços auto-organizados, no processo de inserção que vai desde as associações rurais e de bairros até espaços de articulação transnacionais, como no caso Fórum Social Mundial. Compartilhamos com a autora a reflexão sobre os efeitos dessa associação coletiva de mulheres como agente transformador importante e relevante no processo de transformação das estruturas que estabelecem relações desiguais entre os gêneros, e no importante e central papel que a atuação das mulheres têm desempenhado nos movimentos sociais.

No entanto, Maria Glória Gohn destaca que esse movimento de emergência do fenômeno de organização e participação política das mulheres atravessa um campo de fortes resistências: o de sua própria invisibilidade, que parece se verificar como sempre atual (2010 p. 93):

(..) quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais e cria sujeitos sociais coletivos que produzem movimentos sociais. Entretanto, apesar desta presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres em vários setores, inclusive nos movimentos sociais que se dedicam a outras causas. No início dos anos 90, a saudosa Beth Lobo já afirmava: “frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991: 247).

Afirmamos que se coloca enquanto uma invisibilidade sempre atual porque o silenciamento sobre as ações das mulheres ainda se faz presente em eventos

recentes, e nos foi narrado durante uma entrevista, colocando em cena os desafios atuais para o debate feminista na esquerda.

Para citar um caso, traremos uma situação que aparece na entrevista com a interlocutora da MMM, que também foi dirigente estadual do MST da Paraíba durante três anos. No meio de uma conversa nossa sobre os desafios da militância, ela me fala sobre os momentos que rodearam desde o início da articulação dos setores conservadores da política em torno do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, até a eleição de Bolsonaro em 2018, pontuando como em cada momento houve situações em que as mulheres, ao fazerem análises de conjuntura e da correlação de forças do período, foram desconsideradas; Num outro momento da entrevista, destacou as críticas ao ato Ele Não, ato nacional organizado exclusivamente por mulheres, no sentido em que houve concepções de que estes atos teriam contribuído para a eleição de Bolsonaro:

Agora uma segunda experiência muito negativa foi o golpe, para mim marcou minha história, o golpe de 2016 marcou porque o que a gente está vivendo agora. Foi uma experiência extremamente negativa. Acho que ficou provado, por exemplo, na eleição de Bolsonaro, que os homens se identificavam muito, né? Com ele... A maioria deles, os homens, foram eleitores de Bolsonaro. E o golpe, para mim, começou quando o Bolsonaro, ele referenciou o Ustra, e nada foi feito. Então, realmente ali tinha alguma coisa de errado, né? Então, eu digo que foi muito triste porque, na minha leitura, demonstrou que as organizações de esquerda não estavam atentas a plataforma feminista que já tinha denunciado que tinha algo de errado acontecendo, entendeu? Que tinha algo de muito errado estava acontecendo. Porque esse discurso misógino, que tinha se constituindo contra Dilma, dava conta de uma sociedade machista, né? De que o discurso de Bolsonaro não era performance, como muitos sujeitos/organizações de esquerda defendem. Defendem, inclusive, que ele não tinha potencial de ganhar as eleições - e para nós era uma ameaça. Então, para mim, o golpe tem elementos que apontam muita fragilidade da organização de esquerda na organização da sociedade brasileira, (...), demonstra que nós precisamos avançar muito, né? Até hoje tem muita gente que diz que essas "coisas" são cortinas de fumaça. A gente sabe que muitas coisas são, mas, por exemplo, nessa reunião que soltaram agora a pouco a gente percebe que não é cortina de fumaça, né? Que é um governo altamente ideológico! As pessoas então ali. Elas realmente defendem que as feministas têm que sair do Ministério da Saúde porque elas defendem o aborto, porque o lema do governo é família, é pró-vida, é pátria entendeu? Então,

assim, para mim esse momento organizativo na esquerda para as mulheres foi muito negativo, no golpe de 2016. Não só para as mulheres, mas para o Brasil todo. Mas especialmente para as mulheres, porque nós, enquanto mulheres, denunciemos essa frente. Para você ver que nem sempre as vanguardas resultam em saldo político, né? Saímos na frente, mas não conseguimos, assim, né, não somos ouvidas, entendeu? A gente não foi ouvida. Veja. A eleição de Bolsonaro é resultado de um processo antigo de desmoralização nacional da esquerda, do PT, é resultado também de um contexto macroeconômico de instabilidades e disputas internas no seio da Burguesia brasileira, né? Pois você acredita que eu ainda escutei companheiros dizerem que nós, com os atos que fizemos (referindo-se ao Ele Não), contribuimos para a eleição dele? Depois eles fizeram a autocrítica, mas eu ouvi e percebi, por muito tempo, que boa parte deles realmente acreditava nessa concepção. Isso me entristecia. Mas eu estava certa da importância histórica deste ato.”

Vê-se que as mulheres ainda enfrentam situações de descrédito e deslegitimação de suas análises e suas propostas, se é verdade que elas têm atuado e impulsionado movimento de transformação na nossa sociedade, também é verdade que ainda se mantém desafios para a sua atuação, que suas atuações políticas ainda são questionadas e colocadas à prova. E que, sobretudo, vivenciam um contexto específico de dominação e opressão que, atrelado à sua condição de classe, opera enquanto um denominador comum das suas vivências.

Neste sentido, a partir da análise da atuação que perpassa o seu cotidiano, mas que abarca universos externos/gerais, como o relatado acima a respeito do sentimento da nossa interlocutora sobre os acontecimentos do Golpe de 2016, nos têm interessado pensar essas vivências do ser mulher e ser liderança de um movimento social. Assim, ressalta-se que o nosso foco de análise, não parte apenas de uma vivência individual, mas considera que esta vivência particular e individual, é ligada ao contexto geral e/ou situacional da condição deste ser mulher. Queremos pensar sobre a sensível deste cotidiano o relacionando com as estruturas sociais o que o tornam sensível, com o enfoque na condição de gênero.

Maria Glória Gohn (2010) aponta que a maioria das análises ainda desconsiderava a incisão política e a participação das mulheres, subtraindo que

elas tenham sido as atrizes da maioria das mobilizações. Percebemos, também, que nas atividades desempenhadas pelas três lideranças, o tema da invisibilidade de suas atuações se torna atual também nos espaços internos de direção, ou seja, no que poderíamos considerar enquanto as instâncias de decisão. Quando das vezes em que elas colocam uma propositiva e ela é questionada, ou aprovada com extensa discussão e ressalvas; mas quando um homem a faz com o mesmo conteúdo, e às vezes com a mesma forma, a proposta é acatada por unanimidade. São, assim, essas dimensões da vivência e dos atuais desafios do movimento e pensamento feminista que despertou o interesse por essa análise e reflexão.

Parece latente que as vivências da atuação política das mulheres, enquanto lideranças, apresentam ainda um campo vasto de conflitos e resistências que se apresentam como uma saída para pensar os desafios, avanços e retrocessos da atuação política das mulheres, da experiência destas na arena pública da vida social. Ao revisar a literatura que trata da presença das mulheres em organizações políticas, vemos que esta vivência é recortada por diversos outros condicionantes, configurado para cada sujeito particular, uma experiência singular de sua atuação. Quando estas situações são recortadas pela especificidade dos contextos rurais, por exemplo. Para (SCOTT, 2010) a experiência da atuação política de mulheres que se organizam em diversos setores da sociedade civil, que enfrentam a esfera pública de relações políticas, nos ajuda a compreender como a questão de gênero perpassa essas atuações e nos rememora as especificidades desse processo.

Em relação aos contextos rurais, Paulilo e Silva (2010) afirmam que o preconceito em relação ao rural também é outro marcador das limitações que as mulheres camponesas encontram ao se disporem a participar da vida política, principalmente na ocupação de cargos públicos. A vivência política desta mulher, em um contexto em que poucas mulheres ousaram ou conseguiram ocupar um cargo político de envergadura, enfrentou situações de opressão e descredibilidade política. Para as autoras, a Vivência de Luci apresenta a

ressonância de uma sociedade estruturada em relações de gênero e classe desiguais, numa sociedade que se ergue em detrimento da participação das mulheres, e ao passo que uma ou outra adentra os espaços de decisão, questiona a organização da conduta dos mesmos, os sujeitos presentes e ausente desses contextos, passam a ser alvo da reação dos outros sujeitos políticos hegemônicos. Cabe perguntar, então, porque o fato de uma mulher ocupar um espaço de decisão/poder, incomoda tanto, e a “todos”? O que existe neste construto social da realidade que lê esta presença/atuação como destoante? Não pertencente? (PAULILO E SILVA, 2010, P. 48):

Luci precisou enfrentar preconceitos de classe e de gênero. Além disso, disputou poderes, foi à luta. Era uma mulher, camponesa, e que não se enquadra nos ideais e estéticas burguesas, características que abriram margem para comentários de seus companheiros deputados, inclusive seus companheiros de partido e militância, que a definiam como “indisciplinada”.

Gênero e raça aparecem como centrais para compreender a problemática da atuação das mulheres em espaços de poder, enquanto estas estruturas sociais operam de forma conjunta. As dificuldades que Luci enfrentou não se deram apenas por ela ser uma mulher da classe trabalhadora, mas também por ser, simplesmente, mulher. Não é por acaso que as autoras destacam que não era apenas dos companheiros deputados, que nutriam outro ideal de sociedade, que Luci sofria constrangimento, mas de seus próprios companheiros de luta, imprimindo aqui o recorte de Gênero como algo que lhe colocava o desafio de enfrentar o machismo no partido, ao passo em que Luci demonstrava suas opiniões e/ou ponderações políticas, a consideravam como indisciplinada.

Este comentário acerca da experiência de Luci Choinacki nos serve apenas para apresentar em que medida considera a correlação gênero raça e classe na conformação das vivências do ser mulher e participar ou disputar a participação em espaços públicos, de espaços de poder. Tais condições estruturais colocam condições e situações específicas para a atuação política dessas mulheres.

Assim, as condições de atuação política dessas mulheres, não estão isoladas do conjunto das determinações estruturais, pelo contrário, se apresentam enquanto reflexos delas. Relacionam e atualizam um conjunto de concepções do ser mulher que ainda configuram o terreno da política como um espaço que elas não devem ocupar, que "naturalmente" não têm condições de participar, de atuar nesses espaços, de tomar decisões. Acreditamos que embora se tenha avançado muito neste sentido, da disputa do público como uma arena de atuação desse corpo/sujeito mulher, ainda são presentes, e as nossas interlocutoras nos trazem isso, uma concepção da política como algo exclusivamente masculino.

Embora se fale da importância das mulheres nestes espaços, internamente, e isto não apenas nos limites dos movimentos sociais, mas também de partidos políticos e outras formas de associações coletivas, o modo de pensar o político é ainda masculino, e isso causa para as mulheres, sobretudo, o desafio, quase impossível, de adequarem as suas condições concretas de atuação, a uma perspectiva e norma de fazer política que só é possível para os homens, enquanto estes podem se abastecer de cuidar do lar, das crianças, dos doentes, dos mais velhos, ao mesmo tempo, em que também lutam para dar conta da esfera do trabalho.

Aqui se torna quase obrigatório lembrarmos da reflexão de Bourdieu (2007) a respeito da constituição da ordem social e a dominação masculina. Os espaços da política ainda se apresentam como o espaço do não-feminino, da quase total ausência de mulheres e da preponderância do masculino. Embora não se tenha dados exatos sobre a sub-representação e participação das mulheres na política que envolve os movimentos do campo, pode-se fazer uma reflexão ao buscar a quantidade de mulheres que ocupam cargos na política parlamentar. Na Paraíba, por exemplo, dos 36 Deputados/as Estaduais, somente 5 são mulheres: Cida Ramos (PSB). Dr^a Paula (PP), Poliana Dutra (PSB), Estela Bezerra (PSB) e Camila Toscano (PSDB). E dos 12 Deputados Federais, há apenas uma mulher: Edna Henrique (PSDB).

As estatísticas do eleitorado brasileiro (2018) revelam que 52 % do total do eleitorado brasileiro é composto por mulheres. Mesmo assim, nas eleições de 2018, o candidato Jair Bolsonaro (PSL à época, atual PL) foi eleito Presidente da

República, apesar de todos os seus comentários e comportamentos misóginos e sexistas acerca do “lugar da mulher”. Ele foi eleito com 57,7 Milhões de votos. A eleição de um homem que claramente declara seu ódio a tudo que era feminino, incluindo aí suas falas contra a comunidade LGBT, revela as características estruturais e culturais marcantes do patriarcado Brasileiro presentes na Política.

Assim, entendemos que no campo das disputas que envolvem as relações sociais, em geral, e neste caso, as de gênero, que estruturam as relações sociais em diversas esferas da nossa sociedade, se consolidam situações em que a atuação política dessas mulheres passa pelo crivo do machismo e da misoginia. Mesmo que se tenha alcançado avanços em relação à qualidade de suas atuações, a experiências históricas de suas lutas, essas questões persistem na atualidade e são questões levantadas por essas mulheres. Neste sentido, faz-se importante refletir sobre como o sujeito identifica e interage com esse fenômeno, no sentido de procurar compreender, também, como as outras esferas de suas vidas (família, amigos/às, trabalho, entre outros) se relacionam com a dimensão pública de sua atuação.

As questões como a invisibilidade da presença feminina, e dos debates que giram em torno da questão de gênero, ainda se encontram presentes, mas trazem situações específicas que não são as vivenciadas por todas as mulheres que fazem parte de uma organização política, mas somente pelas lideranças como, por exemplo, o elemento das disputas internas, em espaços de reuniões de direção:

Avançamos muito nas discussões sobre gênero e classe, mas, na prática, na direção, a coisa anda bem mais devagar. Se nós não estivermos lá, cotidianamente, construindo e se colocando nesses espaços, eles nem lembram que a gente, e que nossas pautas, existem. Você pode passar duas horas sem falar, não vão perceber. Para eles, o nosso silêncio não faz diferença. É muito difícil perceber isso, mas ainda é assim. (...) por exemplo: Se você se exalta, é porque você tá de TPM, se você grita, é porque tá nervosinha, se você chora, é porque um cara te deu um pé na bunda... Quer dizer, tudo o que é relacionado ao feminino é menosprezado, diminuído numa leitura da política que é uma leitura masculinizada. Mas os caras, não. Os caras podem gritar um com o outro, mandar tomar naquele canto, se exaltar, pegar na goela um do outro, que ainda é normal para a compreensão de Política deles. Agora as mulheres não podem fazer isso porque faz parte de uma histeria coletiva, que elas nasceram assim, e naturalmente fazem isso porque são

desequilibradas... Muitas das mulheres que colocam questões delicadas dentro dos movimentos mistos acabam sendo taxadas de loucas.

As questões delicadas de que fala Margarida serão discutidas com mais afinco no final do segundo capítulo, quando iremos trabalhar sobre o ser mulher e ser uma militante e liderança, buscando refletir como vivenciam suas atuações políticas nos espaços internos de suas organizações.

Capítulo II: "O poder e suas dinâmicas: sempre ali, circulando na mão e na voz dos homens"

Para Luís Felipe Miguel (2014) quando se pensa a questão da presença e participação das mulheres brasileiras na vida pública e política, algumas questões precisam ser revisitadas. Dentre elas, uma das primeiras afirmações se baseia nas relações assimétricas de gênero, responsáveis por constituírem espaços desiguais para o viver feminino. Assim, Miguel (2014) vai dizer que esta análise das assimetrias de gênero funciona para evidenciar os limites de diversas instituições quanto a emancipação e participação das mulheres, apontando, especificamente, para o debate sobre mulher e política ao destacar que se evidenciam limites das teorias políticas tradicionais que tomam a questão de gênero como um aspecto exclusivo para problematizar as questões das mulheres, mas não capaz de discutir Estado e/ou as dinâmicas do poder como uma esfera estrutural - entre outros temas caros às ciências sociais e humanas.

Miguel e Biroli (2014) criticam estas vertentes ao afirmarem que "toda teoria feminista é política", enquanto concorre para discutir as formas convencionais de refletir a vida social. Neste sentido, chama atenção para a centralidade das contribuições e influência do pensamento feminista na teoria social e política, principalmente no que se refere ao período pós 1980. Aponta que, a partir dos anos 80, podemos encontrar um terreno rico de formulação feministas no campo da teoria e das práticas.

No foco das questões teóricas, os anos 1980 revelam um esforço analítico em pensar os avanços e os limites das emancipações e participação política das mulheres em diversas arenas da sociedade. O que se tem nesse período, segundo Miguel (2014) é um processo de "redefinição de problemas de análise das democracias e nos debates contemporâneos." (__, p. 19). Ele ressalta que o feminismo não se debruça sobre uma questão localizada, enquanto as relações de gênero atravessam toda a sociedade, estruturando as instituições e as formas de compreensão sobre delas e dos espaços sociais, funcionando, assim, como um eixo central dentro do qual organizamos e experienciamos o mundo.

Nesta forma de organização social, aponta-se também a influência das dimensões de raça, classe e sexualidade. Alguns dados evidenciam como a constituição da realidade é perpassada pela indissociabilidade entre tais dimensões. Um olhar rápido sobre o acesso à educação e ao mercado de trabalho, apresentando as contradições existentes entre o nível da educação da

mulheres, cada vez mais elevado, e a ocupação de cargos e a sua remuneração, nos chama atenção para que a presença das mulheres na vida/esfera pública ainda se apresenta como uma condição subestimada (MIGUEL E BIROLI, 2014, P. 28)

Em 2001, 12,1% das mulheres tinham mais de dez anos de estudo, em comparação a 9,7% dos homens; em 2008 esses números chegavam a 17,3% no caso das mulheres e a 14,3% no dos homens[2]. Ou seja, a vantagem em favor das mulheres continuou se ampliando. Entre as matrículas no ensino superior, em 2009, quase 60% eram de pessoas do sexo feminino. Os mesmos dados, no entanto, revelam outros aspectos das desigualdades no Brasil. A taxa de escolarização no ensino superior entre as mulheres brancas era, então, de 23,8%, mas entre as mulheres negras permanecia abaixo dos 10%[3]. Em suma, há algumas mulheres que têm acesso ao ensino superior e a carreiras profissionais, mas essa é uma posição bastante distinta daquela da maioria delas. Quando se observa o rendimento de mulheres e homens, os filtros no acesso a esferas e oportunidades são expostos de modo semelhante – e as desigualdades específicas de gênero se tornam mais aparentes. O tempo de estudo não tem correspondido a posições melhores nem equânimes para as mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. A taxa de ocupação entre as mulheres, que era de 45,2% em 2002, chegou a 49,2% em 2013, mas permanece mais de quinze pontos abaixo da dos homens. O rendimento mensal médio"

Assim, a partir de suas lutas pelo acesso à Educação, na exigência por direitos iguais, na luta pela sua integridade física e pelo direito ao aborto legal e seguro, o feminismo propõe questionamentos às ordens vigentes, ordem tanto prática quanto teórica, inflamando as discussões acerca dos modos de organização social e de como as formas de sua estruturação influenciam a composição de espaços degradantes, ou limitantes, para a existência plena das mulheres.

Trazendo evidências sobre a subrepresentação das mulheres na política, Miguel e Biroli (2014) apontam que o percentual de mulheres ocupando cadeira na câmara dos deputados permanece a (10%), e esta realidade não difere nos contextos locais, nos quais as mulheres ocupam somente 12% das cadeiras nas câmaras de vereadores, e 10% na chefia de prefeituras. Em termos gerais, este cenário expressa uma corrente situação política no Brasil, ainda bastante atual, onde as decisões referentes às leis e às políticas são tomadas por homens, quando, contraditoriamente, as mulheres representam 50% da população.

Entre as questões suscitadas pelas teorias feministas modernas, encontram-se, centralmente, a preocupação de compreender de que modo o machismo, ou o patriarcado, entendido enquanto uma forma de organização das relações sociais, contribuem para essas relações desiguais e reduzem a oportunidades para as mulheres. Neste sentido, vale questionarmos como e quais

os mecanismos sociais que operam neste sentido? Por quê, mesmo depois de tantos avanços, a presença das mulheres na vida pública e política, em toda sua diversidade, ainda se dá de uma forma marginal e somos sub-representadas?

Tais questões são o bojo do pensamento feminista contemporâneo e nos colocam o desafio de refletir quais foram os avanços, os processos de estagnação e de transformação das relações sociais tomando a realidade social como um construto onde o poder é estruturado, também, pelas relações de gênero. Colocamos um gênero enquanto categoria analítica para refletirmos sobre a vida social, a participação das mulheres na vida pública e política do país e os desafios para pensar outra forma de fazer política. (SCOTT, 2019, MIGUEL E BIROLI, 2014)

Tanto o nosso objeto de estudo, quanto às questões que ele corrobora, nos coloca, um desafio principal: disputar novas formas de perceber o mundo e a constituição e validação de narrativas/discursos, pois nos inspirar questionamentos através da luta dessas mulheres e de seus respectivos movimentos sociais por novas formas de relações, e de uma realidade não mais estruturada em desigualdades. (ARRUDA, 2019, RAGO, 2019, Bandeira, 2019).

Scott (2019) aponta a atual negligência da ciência dominante quanto a consideração da dimensão do gênero enquanto central para se compreender as relações sociais. Para ela, enquanto categoria analítica, o gênero “dá sentido à organização e a percepção do conhecimento histórico” (Scott, 2019: p. 52), central para compreender aspectos importantes da constituição do poder enquanto uma dimensão central de manutenção/constituição de determinada ordem social.

Sobre essa força de constituição do público enquanto um espaço do masculino, e do privado enquanto o lócus do feminino, voltemos à Michelle Perrot quando fala que (1998, p. 8):/

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido em uma função social, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célere, participa do poder. Talvez lhe dêem um

enterro com honras nacionais. É creditado potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a pátria reconhecida homenageia. Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher (...) pública é uma criatura, mulher comum que pertence a todos. O homem público deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria. (...) O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão do poder. "Uma mulher em público está sempre deslocada", diz Pitágoras. Prende-se à percepção da mulher uma ideia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda e ameaça. A mulher noturna, mais ou menos feiticeira, desencadeia as forças irreprimíveis do desejo. Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo. (...) as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do século XVIII (...) nada resolvem. Ancoram as mulheres em seus corpos, incrustados pelos médicos. Estes a descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstrações, de criar e, acima de tudo, de governar. (...). Os psicólogos das multidões (...) atribuem a elas os excessos da revolução. (...). Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, cujo poder estruturante foi mostrado pelos antropólogos. Mas assumem formas variadas conforme as épocas, assim como as maneiras de geri-las.

No discurso da teoria política vigente, o centro da atenção está na concepção liberal do sujeito e das liberdades sociais, desconsiderando e passando ao largo das questões que envolvem a diversidade social dos sujeitos de uma sociedade, como no caso da histórica de exclusão das mulheres dos espaços públicos, do seu confinamento nos ambientes privados, do seu silenciamento parental e conjugal, além das outras tantas formas de tentativas de enclausuramento mental, emocional e física vivenciadas por elas em diferentes momentos da história (PERROT, 1988). Tal como a classe e a raça, e somente aliados a estas dimensões, o gênero permitiria perceber como operam a influência política de determinados sujeitos e a constituição de realidades específicas para determinados contextos sociais.

2.1 O Sujeito e a construção da subjetividade

Com intuito de dar atenção à dimensão das vivências da atuação política das mulheres, considerando que as entrevistas percorrem suas vivências políticas, atravessadas pelas experiências pessoais, nesta seção buscamos refletir a partir da perspectiva dos espaços sociais e como se conformam as relações de poder dentro deles. Assim, procuramos apresentar como se constituem diferentes contextos para as vivências de determinados sujeitos e

grupos, para, no capítulo III, discutir o conteúdo das entrevistas que apontaram para a centralidade da experiência enquanto esfera para pensar as especificidades da atuação dessas mulheres nos espaços de liderança que ocupam nos movimentos sociais nos quais atuam.

As ciências sociais se consolidam como campo de conhecimento ao estabelecer um universo próprio para sua atuação e investigação intelectual caracterizada, em princípio, por debates que priorizavam a dicotomia entre indivíduo e sociedade, destacando o papel desta construção dos comportamentos humanos — seus hábitos, gostos, crenças, costumes, valores, ideias, etc. Neste exercício de emergência, foi necessário diferenciar-se e fundamentar uma abordagem teórico-metodológica, traçando limites com outras ciências que também buscavam explicar a singularidade humana, mas por outros enfoques, como no caso da Filosofia, da Biologia e da Psicologia, por exemplo.

Assim, em seus primeiros passos, as ciências sociais buscaram refletir acerca da dimensão social e simbólica constituintes das interações humanas. Em síntese, foi possível evidenciar a existência de relações complexas e multideterminadas entre o indivíduo (ou o individual) e a sociedade (ou o social); bem como entre a agência e a estrutura, conforme a sociologia crítica de Pierre Bourdieu (1989; 1996), que estabelece uma crítica e superação das perspectivas analíticas dicotômicas.

Podemos ‘localizar’, já neste início, a emergência de debates que viriam, posteriormente, edificar o campo das teorias sociais que permitiram discutir as formas de significação e de percepção social como questões que encontrariam formas de ser nas dimensão intersubjetiva dos sujeitos, revelando a diversidade das formas de perceber, de expressar, de compreender o outro, a si mesmo e o mundo ao redor; ou seja, de como, socialmente, os agentes sociais e as estruturas são co-determinadas e estabelecerem, criam e recriam as disposições e relações desenvolvidas em determinados contextos sociais (BOURDIEU, 1996).

Esse campo das significações, agência e modos de percepção enquanto fenômenos sociais, apontam para a compreensão de que as percepções e ações dos sujeitos não resultam somente do acúmulo ou da singularidade de experiências individuais/individualizadas, tendo como lócus somente o privado, mas guardam uma relação, e o acesso e/ou acúmulo, de dimensões sociais, históricas, culturais,

econômicos e políticas de cada grupo social e de cada sociedade. Assim, as formas e possibilidades de agência e percepção são produtos sociais que, para Pierre Bourdieu (1989), se expressam nos capitais (econômico e cultural) que cada agente ou grupo dispõe.

Existe, assim, um processo de construção do espaço social onde sua própria organização, e a disposição dos sujeitos nele, tanto é resultado de uma objetividade social — que envolve as especificidades/recortes de classe, gênero, etnia — como de uma subjetividade social, entendida enquanto um conjunto de práticas sociais incorporadas, que funcionam como princípios geradores de ações — gostos, crenças, ideologias, religião, costumes, dentre outros. Conforme Pierre Bourdieu, esta formação complexa do espaço social, das subjetividades de agentes/sujeitos, dão forma e organizam as formas de relações sociais delas decorrentes.

Bourdieu, aponta como as condições objetivas (estruturas estruturadas) organizam as vivências de sujeitos/agentes e grupos, conferindo-lhes princípios geradores de práticas, valores, experiências (estruturas estruturantes) que funcionam enquanto esquemas para o agir, apreendidos em um constante processo de interiorização/incorporação; e de exteriorização consoante a dinamicidade dos capitais que cada agente dispõe. Segundo o autor, é nesta relação entre a objetividade (sociedade, cultura e economia) e a subjetividade (sujeito, vivência, práticas, valores) que se forma o Habitus, entendido enquanto:

(...) princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 1996: 22)

Assim, o Habitus pode ser compreendido enquanto uma trajetória social internalizada, que confere aos agentes modos de classificação, distinção social e de apreciação de si e de seu entorno. Funciona, assim, enquanto uma objetividade interiorizada/exteriorizada, enquanto um 'modus operandi', incorporado através das práticas sociais de agentes que se relacionam num determinado campo. O 'habitus' não é só um aprendizado social, mas a incorporação de características sociais e

culturais resultantes do processo de socialização, tais como: arte, música, educação, etc.

Assim, o autor vai compreender a tessitura social enquanto um campo (político, econômico, cultural) que conformam condições objetivas, entendidos enquanto espaços sociais onde os agentes desenvolvem suas relações. Conforme essas condições objetivas não são disponibilizadas por todos os agentes de forma igualitária — aqui referimos às diferenças e desigualdades de classe, raça e gênero, por exemplo —, Bourdieu destaca a constituição, nestes espaços sociais, do poder simbólico e, por consequência, da violência simbólica.

O poder simbólico é entendido pelo autor enquanto uma espécie de poder que, muitas vezes, pode passar despercebido e, até mesmo, invisível à percepção dos agentes que o detém ou que são, de certa forma, dominados por ele: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). O seu caráter sutil se ancora naquilo que caracteriza a sua essência: o fato de não precisar se afirmar, pois, seus mecanismos de sustentação se ancoram em sistemas simbólicos - arte, política, cultura e economia, para citar alguns.

É por meio dos sistemas simbólicos que o poder simbólico se confirma e se revela. Enquanto sistemas simbólicos, Bourdieu caracteriza serem espécies de entidades mediadoras da ordem social que fornecem códigos e condutas para interpretação e percepção de situações, coisas e eventos do mundo social. Estes sistemas simbólicos são invisíveis/sutis, pois, validam-se na própria ordem social da qual é produto:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’(BOURDIEU, 1989: 11).

Este poder exercido não se apresenta de forma clara ou direta para aqueles sendo dominados ou para os agentes que exercem a dominação, e tende a funcionar como uma lógica dominante invisível, de regra sutil. Bourdieu (1996) evidencia, assim, a dimensão social dos sistemas de valores, crenças e percepções, e apresenta como as formas de percepção social dos agentes, assim como as relações que compartilham em determinado campo, estão relacionadas

ao volume de capital econômico e cultural acumulados. Esses capitais operam, então, como elementos de distinção social e, por consequência, de disposição dos agentes em determinado espaço social.

A concepção teórica e metodológica de Bourdieu, que buscou superar a dicotomia entre objetividade (primazia das estruturas sociais sobre as ações do sujeito) e subjetividade (predomínio da ação do sujeito em relação às determinações sociais) propõe uma sociologia que toma os agentes, seus modos de subjetivação e suas relações sociais como elementos que ganham vida mantendo relação com o campo social que lhes é, ao mesmo tempo, externo e interno. Em síntese: o contexto ou as situações nas quais essas formas de subjetivação, de percepção, dos sentimentos, valores, crenças e ideias existem enquanto dimensões resultantes de uma dialética entre a existência social e as condições sociais objetivas de existência.

Entendemos que os espaços de atuação política de direção ocupados por nossas interlocutoras, refletem um campo de relações simbólicas assentado num âmbito das atuações políticas que se dão em um espaço-campo social determinado (Bourdieu, 1989). No cenário desta pesquisa, essas formas de organização e disposição dos agentes nos espaços sociais contorna as dinâmicas e possibilidades de atuação e experiência políticas vivenciadas pelas mulheres; ou seja: a presença das mulheres em espaços de direção e referência política, se sustenta por meio de um constante processo de disputa, necessária para ocupar os espaços da política estruturado numa ordem social predominantemente masculina/androcêntrica, reforçada pelos sistemas simbólicos que a contornam.

Como esta ordem social androcêntrica funciona enquanto uma “imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 1999, P. 8), constitui o cenário da política enquanto um contexto dentro do qual as formas de dominação e violência simbólica se estabelecem contra a presença e atuação política das mulheres. No entanto, essa dominação se estabelece numa relação conflituosa, pois, este jogo entre os que

podem ditar ou direcionar regras e os que a “obedecem” ou as aceitam, não se conforma de um modo mecanizado, mas apresenta elementos diversos que torna tais relações complexas, pois, não acontecem somente enquanto resultado imediato de um poder ou de uma estrutura de dominação, pelo contrário, resguarda o espectro relacional entre os sujeitos; envolve a articulação de influências e forças (políticas, no nosso caso), o interesse coletivo ou o contragosto coletivo acerca de algo, assim como a possibilidade de impor ou não determinada questão a outrem num dado espaço, ou num contexto específico (BECKER, 1977).

Na fala de uma de nossas interlocutoras, H, sobre o seu entendimento do ser mulher nos espaços de atuação política, percebemos essa questão de que trata Bourdieu (1989), principalmente no que diz respeito a composição da ordem social como algo dado, suas simbologias, e do modo como os sujeitos se agrupam e percebem-se dentro deles, a partir de uma percepção complexa que articula elementos particulares de sua formação e, também, de sua experiência. Abaixo, no trecho da entrevista com H, o sujeito mulher-liderança vivência e atua dentro de um ambiente político estruturado na esfera da dominação masculina, como afirmamos anteriormente, onde se estabelece uma lógica de percepções e de regras que dialogam e/ou que permitem a atuação dos homens, a ponto de dificultar, alienar, e invisibilizar a presença e atuação das mulheres, entre outros fatores:

Quando os companheiros apontam, por exemplo: “não aqui só tem uma coordenação de homens porque nenhuma mulher se colocou”. Eles estão sendo injustos quando afirmam isto? Muitas vezes não estão. É verdade. Muitas vezes as mulheres não se colocam, muitas vezes as mulheres não participam, muitas vezes as mulheres não estão ali para fazer parte daquela coordenação, mas existem muitas questões por trás, né? Elas estão sobrecarregadas, né, em suas casas, com seu tempo, por isso que elas não participam. Elas estão inseguras, né, por várias questões que eu já coloquei aqui, e por isso não se colocam, e por conta dessas questões acabam ficando preteridas, porque sabem que quando se colocam não são ouvidas mesmo, não são escutadas, acham melhor ficarem na sua. Então muitas vezes, os espaços de construção, a gente vai se dando conta de que nós somos mulheres por conta dessas questões aí, questões sutis que muitas vezes recaem sobre nós mesmas, né? A história da culpa, a história de que são as mulheres que não se organizam, são as mulheres que não colocam...Muitas vezes por essas questões que a gente vai se dando conta de que nós somos mulheres né, que nós somos mulheres e que para fazer política é preciso

enfrentar tudo isso e ter consciência disso. E a gente só vai conseguir enfrentar e mudar isso se for de uma forma coletiva, de uma forma organizada.

Esta percepção de H das contradições enfrentadas pelas mulheres para exercer a sua liderança, indicam que o processo de dominação é complexo e se dá também envolto de tensionamentos, conferindo o caráter de dinamicidade às relações de poder exercidas ou existentes em determinados cenários, com os sujeitos em relação. Assim, entende-se que esses processos vivenciados nos ambientes de direção e nas atividades de ações coletivas, também requerem a compreensão dessa esfera relacional do poder, em que a ordem social também é percebida e questionada pelo agente, demonstrando as possibilidades de disputas de espaços e ideias.

A ordem social enquanto resultante de sistemas simbólicos constituintes dos espaços sociais e do poder simbólico proposto por Bourdieu (1989) e a teoria das ações coletivas de Becker (1977) ancoram a nossa compreensão de que as mulheres lideranças do LPJ, do MST e da MMM existem num campo de relações sociais que se estabelece de forma desigual para homens e mulheres, concorrendo para a necessidade contínua de disputa política dos espaços que ocupam. Estas mulheres líderes de movimentos sociais, em contraponto aos contextos postos, reivindicam outras formas e modos de fazer política e de organização social, questionando regras e sistemas simbólicos estabelecidos nos ambientes da política nos quais atuam.

Saffioti (2013) também aponta a dimensão estrutural desse fenômeno ao discutir sobre a condição da mulher na sociedade de classe e defender a existência de limitações impostas a plena emancipação da mulher sobre a qual recai uma dupla lógica de exploração em que, num extremo, subvaloriza as capacidades femininas e, no outro, concorre para uma inserção periférica no modo de produção fazendo com que, dentre outros efeitos, seu trabalho apareça com menor prestígio social, político e/ou recebendo baixa remuneração (SAFFIOTI, 2013).

Estes elementos estruturais, enquanto se apresentam de modo específico em cada contexto (político, econômico, cultural, entre outros), configuram o modo como nós, mulheres lideranças, articulamos e nos inserimos nos espaços públicos e políticos. Percebe-se, assim, as condições estruturais e historicamente situadas incidem e localizam as condições sociais específicas para a atuação política de mulheres, mesmo que nas últimas décadas tenhamos avançado na conquista de diversos direitos sociais e civis, persistem o processo de estruturação e confirmação de uma ordem social desigual para os gêneros (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2007; SAFFIOTI, 2013).

A partir de tais questões, podemos afirmar que as relações de poder traçadas os espaços de atuação política se relacionam a elementos estruturantes. Entendendo, sobretudo, que essas estruturas conformam condições específicas a cada momento histórico. Assim, faz-se necessário, considerarmos o contexto social no qual as relações e modos de percepção social acontecem, enquanto a realidade, entendida enquanto uma forma de organização social, delinea as possibilidades e potencialidades das relações entre os agentes sociais. Wolf (2003) aponta essa questão da existência de distintos poderes e os agrupa nos seguintes tipos (WOLF, 2003, P. 326):

“Um é o poder como atributo da pessoa, como potência ou capacidade (...) O segundo tipo (...) a capacidade de um ego impor sua vontade a um alter, em ação social, nas relações interpessoais. (...) [o] terceiro modo do poder, aquele que controla os cenários em que as pessoas podem mostrar suas potencialidades e interagir com as outras. (...). Mas há um quarto modo de poder, que não funciona somente dentro de cenários ou domínios, mas também organiza e orquestra os próprios cenários e especifica a distribuição e direção dos fluxos de energias. (...) Vou chamar esse tipo de poder estrutural.

Nossa proposta, então, é a de considerar que no campo das relações de gênero as questões referentes ao poder, em suas diversas esferas, não se limitam ao nível das interações sociais, mas se constituem como coisa que “molda o campo social de ação, para tornar possível alguns comportamento, enquanto dificulta ou impossibilita outros” (WOLF: 2003, p. 326) — como reflete o comentário de H sobre as dificuldades das mulheres em ocupar cargos de coordenação. Deste modo, entender a dimensão estrutural do poder não é, afirma o autor, fazer uma análise econômica das relações sociais, mas considerar que estas não acontecem além e aquém de uma dimensão estrutural, e estruturante, que toca às ações individuais, modela e rearranja as possibilidades de ação dos agentes, enquanto são

“possibilitados e/ou impossibilitados” de realizar certas ações, de agir de certo modo ou de ocupar determinados espaços, etc.

Consideramos, portanto, que perceber o entorno e a delicadeza dessas relações é considerar não somente o racionalmente perceptível ou dizível, mas também o que é silenciado, sendo delicado demais para ser dito ou detalhado, mas que se tornam perceptíveis no emaranhado das dinâmicas de suas trajetórias, a partir da consideração dos contextos, dos cenários e das fronteiras nas quais essas vivências ocorrem (AGIER, 2015).

Há, como vimos, uma série de disposições que permeiam estas percepções de si e do outro e que também orientam determinadas práticas (BOURDIEU, 1996) como nas situações em que as mulheres, muitas vezes, precisam associar-se a um modo de fazer política que se estrutura numa organização dos espaços configurada dentro de uma lógica masculina ou masculinizada (BOURDIEU, 2007), e como a trajetória individual e coletiva de cada sujeito influencia no modo como este percebe e significa os acontecimentos, os momentos narrados, atribuindo-lhes emoções e sentidos conforme estes encontrem “razão” em suas trajetórias de vida, na dinâmica de suas atuações.

Capítulo III: “Nós chegamos aqui e o nosso objetivo é avançar”: trajetória das entrevistadas



Ato Ele Não em Campina Grande
(Fonte: Arquivo do Levante Popular da Paraíba)

Neste capítulo, vamos apresentar as nossas interlocutoras. Assim, respectivamente, traremos alguns dos momentos das trajetórias de R (Levante), H (MST e MMM) e B (Levante), percorrendo o contexto da realização das entrevistas e, na análise das entrevistas, os primeiros momentos de suas atuações enquanto militantes de movimentos sociais até chegar ao período em que passaram a exercer funções e ocupar lugares de lideranças, buscando refletir sobre os ditos e os não ditos de suas experiências.

Conforme explicitado no percurso metodológico, durante a condução das entrevistas, nosso foco era o de alcançar quais e como são as percepções de sobre as suas constituições e vivências enquanto mulheres e lideranças em movimentos sociais? Assim, pensar suas trajetórias de vida se relaciona ao objetivo desta dissertação, compreender os percursos feitos por elas na busca por se tornar dirigente de uma organização social, e de como são percebidas e auto percebem as experiências e sensações de ser mulher nesses contextos. Ao partirmos desse processo, como numa investigação que toma como fio condutor os momentos narrados por cada uma delas, achamos oportuno apresentarmos suas trajetórias de modo que as dimensões sociais e, ao mesmo passo,

particulares sejam refletidas. Para tanto, e tomando como referência alguns recortes das entrevistas que apresentam elementos de generalização, objetivamos apresentar nossas reflexões acerca das vivências do ser mulher militante em movimentos sociais na Paraíba.

Na nossa escrita, a linha dos acontecimentos segue um eixo de narrativa colocada por cada uma delas, mas, também, por recortes nossos, enquanto determinados trechos/relatos nos ajudaram mais a refletir sobre o nosso objeto. Como eixos centrais dessas trajetórias, buscamos apresentar os relatos de cada uma abstraído e relacionando, do conteúdo geral das entrevistas elementos da vida pessoal e as percepções narradas acerca das suas experiências políticas.

A apresentação de cada entrevista está organizada em 3 (três) sessões, sendo: 3.1. Entrevista com R do Levante Popular da Juventude (LPJ); 3.2. Entrevista com H da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Ex-direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e 3.3. Entrevista com B do Levante Popular da Juventude (LPJ). Em seguida, organizamos a análise do conteúdo em quatro sessões, sendo: 3.4. Mulheres lideranças de movimentos sociais: vivências compartilhadas; 3.5. A vida pública e a vida privada; 3.6. Desconsideração da fala e o processo de silenciamento político; e 3.7. Desafios para o debate da agenda feminista nas organizações. Neste momento, relacionamos questões gerais que caracterizam e reúnem um conjunto de especificidades referentes à atuação política dessas mulheres enquanto lideranças e dirigentes de suas organizações.

3.1 Entrevista com R do Levante Popular da Juventude (LPJ)

Por exemplo, pensar panfletos, pensar... arrecadar alimentos, né, os homens já se colocaram de prontidão, sabe? Pensar a rotina da ocupação... Só sobrava pra gente o banheiro, a cozinha e limpar os cômodos e tal.

A realização da entrevista com R do LPJ se deu no formato virtual, por meio da plataforma Zoom Meetings, em 2 (dois) de abril de 2020, tendo a duração de 44 (quarenta e quatro) minutos. No início da entrevista, conversamos sobre o

objetivo da pesquisa e sobre a ideia de percorrer a trajetória militante atrelada à trajetória de vida pessoal de cada interlocutora. Conversamos, também, sobre os objetivos deste estudo. Após esse diálogo inicial, pedi a R para falar sobre sua história de vida. Depois, conversamos sobre o seu processo de organização política junto aos movimentos sociais e, gradativamente, passamos a refletir sua experiência com ênfase em sua atuação enquanto liderança e dirigente política.

A nossa interlocutora R tem 24 (vinte e quatro) anos. Ela e sua família, pai, mãe e irmã, viviam em São Paulo. Em 2014, após ser aprovada para o curso de Enfermagem, se mudou para João Pessoa para estudar na UFPB. Inicialmente, veio morar sozinha, se instalando no bairro dos Bancários. Após alguns anos, seus pais se separaram. Com o tempo, o pai de R também foi morar em João Pessoa e, com a chegada dele, passaram a dividir a mesma moradia, desta vez residindo no bairro Castelo Branco, localizado ao lado da UFPB 'campus' central. Na dinâmica de morar com o pai, relembrou as alterações ocorridas em seu cotidiano, em especial as mudanças em relação a sua rotina, que antes dependia de sua própria organização e, depois, passou a ser monitorada e dialogada com as exigências de seu pai.

Desde adolescente, percebia as desigualdades de gênero e, antes de se organizar no LPJ, tentou participar de outros grupos/coletivos organizados, mas não havia se identificado com a forma organizativa dos mesmos, destacando perceber a dificuldade de diálogo em relação às questões de gênero. Sobretudo porque, para ela, esses outros grupos priorizavam somente o debate da questão de classe. Ao entrar em contato com o LPJ, em 2015, disse que se identificou com as lutas, e achou interessante ver a atuação das mulheres na política.

Sobre as questões que chamaram a sua atenção para se tornar integrante do LPJ, destacou presenciar, quando integrante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) alguns casos de LGBTfobia ocorridos na Universidade Federal da Paraíba. Na época do ocorrido, organizou diversas atividades/debates sobre diferentes temas relacionados, assim como contribuiu no processo de planejamento, condução e disputa de eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e de Centro Acadêmico (CA). Durante esse período, notou a atuação de integrantes do LPJ, chamando-lhe a atenção, especialmente, a presença e atuação política das mulheres. Ao falar sobre o seu processo de aproximação com o LPJ, destaca como relevante a percepção de que a organização se voltava para debater as opressões de gênero, orientação sexual e raça junto a perspectiva de luta de classes.

O processo de tornar-se uma referência política dentro do LPJ se deu de forma gradual, quando passou a desempenhar tarefas nas instâncias de coordenação e do coletivo de saúde estadual. Ao passo que se insere mais no contexto de ser uma liderança, narra as percepções acerca das “contradições que existem”. Para R, uma das questões que ganha destaque são as condições distintas de atuação para as mulheres, seja em organizações mistas, como no caso do LPJ, ou em de caráter auto organizado⁴:

Isso estava muito presente quando eu entrei no movimento, porque aqui no Estado ele era dirigido mais por homens, principalmente na área da saúde, (...) Eles eram coordenadores da célula e estavam na secretaria operativa e tal, eram as pessoas mais antigas daquela parte do CCS⁵ da universidade. Então, eu entrei nesse contexto, tipo: meus dirigentes eram eles, né, três homens. E tinha muita coisa nesse sentido de não valorizar o que a pessoa fala, ou de você ter que falar mais alto, ou pedir “presta atenção no que eu tô falando”, coisas nesse sentido assim.

Ela aponta que nesse contexto onde a maioria da direção era composta por homens, era comum experienciar momentos de silenciamento, desconsideração de fala, que gerava timidez de sua parte para se posicionar, entre outras questões. Neste período, se sentia insegura para falar durante a realização de alguma atividade/ação pública, ou mesmo internamente, nas questões que envolviam o planejamento metodológico de atividades, diálogos sobre reflexões teóricas e demais questões da rotina interna da organização.

Naquela época, não relacionava esses sentimentos de insegurança ao fato da direção do movimento ser composta majoritariamente por homens. Hoje, aponta ser um contexto desfavorável para as mulheres e defende que seja garantido, e colocado como um *exercício constante*⁶ para qualquer organização política, a paridade de gênero na formação de todas as instâncias de organizativas. Ao falar sobre situações em que percebeu as especificidades de ser mulher e atuar politicamente destaca que, em diversas situações, a voz/palavra dos homens tem mais força que a voz/palavra das mulheres. Como

⁴ Nos movimentos de composição mista, como o nome refere-se, há a presença de homens e mulheres na condução e decisão diretiva interna. Ao contrário, nos movimentos auto-organizados, tem-se o protagonismo de determinados sujeitos. No caso dos movimentos auto-organizados de mulheres, somente há a presença de mulheres em todos os espaços de condução e direção da organização, como é o caso da MMM e do MMC.

⁵ Centro de Ciências da Saúde da UFPB.

⁶ Este “exercício” teria um caráter constante, na medida em que a paridade, por si, não geraria mecanicamente (Durkheim, 1979) a efetividade orgânica da divisão do compartilhamento do poder relacionado às tomadas de decisão.

exemplo, R cita a respeito da construção de atividades e debates junto a outras organizações de esquerda, na ocasião de uma ocupação estudantil na UFPB, ocorrida em 2016:

(...) foi na ocupação da UFPB. Não era uma atividade só do Levante, eram vários movimentos. Era metade homem e metade mulher, mas estava bem evidente que eram os homens que estavam dirigindo ali a parada pela questão do DCE. Na época era muito assim, e aí a gente, enquanto movimento social, chegou. Na época, o levante já tinha muitas mulheres, então a gente teve muita dificuldade nesse sentido. A gente começou a perceber essas coisas e foi falando umas com as outras, tipo: “que que tá acontecendo?” Mas foi, nessa reunião, eu percebi que tudo que vinha das mulheres era interrompido, era desvalorizado. E foi nesse mesmo sentido. Acabou que a galera da ocupação conseguiu debater isso, através das mulheres se organizando e pensando juntas como colocar, porque eu acho que sozinha a gente era um pouco isolada. Aí se agrava mais, quando você levantava a voz sozinha, parecia que as coisas pioravam mas, quando a gente começou a se organizar dentro da ocupação para falar juntas o que a gente estava pensando, aí a gente conseguiu superar algumas coisas.

Após esse processo de percepção sobre o silenciamento das mulheres em espaços mistos, as mulheres se uniram, e providenciaram uma reunião auto organizada. Ao se reunirem, questões que antes estavam sendo percebidas a níveis individuais, passaram a ser percebidas numa esfera coletiva. Ao ouvir as outras companheiras, percebeu que as situações que elas vivenciavam eram semelhantes. Nesse momento só de mulheres, foi essencial a percepção coletiva da reprodução dos comportamentos machistas por parte dos companheiros das diversas organizações presentes, sendo possível partilhar experiências individuais/coletivas. Neste encontro, as mulheres formularam questões importantes e pensaram estratégias para superá-las:

Lembro que elas falaram muito isso de ser interrompida, que era uma coisa geral. (...) pensei que eu estava ficando meio doida, mas depois todo mundo socializou a mesma coisa, né, de interromper as falas e não escutar. Teve algumas falas sobre assédio também, porque a gente estava num ambiente que era muito pequeno, e estava todo mundo se trocando no mesmo ambiente e tal. E algumas estavam percebendo alguns olhares, algumas coisas assim, né... nas culturais⁷. Tinha a questão do trabalho intelectual e do trabalho manual. Era assim: tudo o que era limpar banheiro, limpar cozinha da ocupação, cozinhar... Tudo isso você percebia que os homens não se colocavam para fazer. Aí as mulheres, nessa reunião, falaram que estavam muito incomodadas com isso, porque pensar panfletos, pensar... a arrecadação de alimentos... Os meninos já se colocavam de prontidão, sabe? Pensar a rotina da ocupação... Só sobrava para a gente, o banheiro, a cozinha e limpar os cômodos. Claro que tinham exceções né, mas poucas. E você percebia que era gritante a diferença das mulheres na limpeza e o número de homens.

7 As culturais são espaços de festejo e confraternização geralmente organizados para socialização dos/as militantes após encontros, assembleia, cursos de formação política, entre outros momentos.

Há a constante necessidade de as questões de gênero serem colocadas sob avaliação coletiva antes de serem apresentadas para os demais. Há a necessidade de um trato prévio, de um debate, para se chegar a conclusão na coletividade e da necessidade dos debates acerca das situações enfrentadas pelas mulheres. Neste exercício de exposição dos casos/problemas vivenciados interna e externamente, existe o medo e receio por gerar algum constrangimento coletivo. A auto organização e debate junto a outras mulheres exerce uma dimensão de validação e preparação para exposição e tratativa dos casos com os outros companheiros:

Aí se agrava mais! Quando você levanta a voz sozinha, parece que as coisas pioraram. Porque sempre tem coisa mais importante para resolver, como a questão do R.U, naquele contexto. É normal também que eles sempre trazem a questão material, das lutas cotidianas, para deixar alguns debates de gênero para depois.

Ao compartilharem as vivências de constrangimento, cada mulher talvez tenha sentido o mesmo que R e julgado que “estava ficando doida”. Nestes espaços mistos, ela conta que presenciou a dificuldade para desempenhar qualitativamente tarefas de direção e, assim, conseguir incidir no curso da ocupação. As mulheres compunham a maioria nos espaços da cozinha, de limpeza de cômodos; e os homens a maioria na construção das narrativas, na idealização das atividades e na relação com o âmbito público da ocupação.

Em relação ao processo de tornar-se liderança e direção do movimento, destaca que a prática política também contribuiu para o aumento da autoconfiança para falar em público e propor suas ideias. Para ela, essa autoconfiança se alicerçou no aumento das mulheres enquanto referência política dentro do LPJ. Pouco a pouco, superou-se o cenário inicial, da maioria de integrantes da instância diretiva ser composta por homens, com o aumento das mulheres conquistando e ocupando esses espaços. Neste cenário modificado, percebeu que suas ideias eram ouvidas, que sua voz era importante. Mais que isso, começou a ver que o debate sobre as questões de gênero, ao contrário de tirar o foco da luta de classe, trazia ao debate orgânico do movimento questões que contribuem para o avanço nas suas formulações e possibilidades de

superação das contradições interna dos movimentos:

(...) quando eu me vi nesse processo de começar a ser a direção me veio muito desses bloqueios, do tipo: não vou dar conta. E até muita auto cobrança assim, e nessa época de transição e mudanças tinha um super atarefamento das mulheres, não só eu, mas outras companheiras também se sentiam muito sobrecarregadas com alguns assuntos do movimento. E nessa percepção do gênero enquanto dirigente de um movimento social, acho que teve esses percalços no começo, que foi logo quando eu comecei a me perceber. Aí, depois quando você passa um tempo, você também percebe como é essencial porque é só nessa movimentação de você se inserir, de você falar, de você não baixar a voz e construir, é que acontece de fato alguma mudança. Então, é até engraçado porque, quando eu entrei no Levante, eu não conseguia falar direito, assim... Eu até apresentava, mas eu odiava, eu ficava dias ansiosa, e aí o movimento me deu essa coisa da voz, eu acho. Porque eu comentei, né, de que quando eu entrei no Levante, eu me sentia mais oprimida naquele cenário do que no cenário de agora, no sentido de ser mulher, mas era mais na saúde que tinha esse cenário, se você fosse para o movimento em geral, nas plenárias, em outras reuniões, já era mais diferente. Acho que já pela auto-organização de mulheres ser maior nos cursos de humanas - mas eu to dizendo dentro da UFPB, cada território vai ter sua especificidade —, então já eram as mulheres que eram as dirigentes, e aí você já vê a coisa como ela muda. Você já é ouvida numa reunião das mulheres, você já é ouvida numa plenária. Quando você coloca alguma coisa, você se sente mais confortável. E aí foi sendo construído uma confiança dentro de mim, uma segurança para falar. Hoje em dia eu percebo que eu não tenho mais nenhuma dificuldade assim. (...) porque eu acho que nosso cérebro de mulher fica o tempo todo dizendo que a gente é ruim nas coisas, que a gente não vai conseguir, que não é capaz, e aí você analisar isso numa perspectiva realista, percebendo como a sociedade é machista, o sistema patriarcal entranhado na gente, (...) consegue perceber (...) quais são as coisas que são só construções sociais na sua cabeça.

Num momento que não foi no contexto de uma entrevista, em que estávamos em uma atividade de construção do Ele Não, ela se sentiu insegura para realizar uma fala pública, durante o ato. Na ocasião, eu estava coordenando o ato e puxando a batucada, não observei o que aconteceu na hora. Mas, logo após o ato, me relatou como se sentiu e, na entrevista, pedi que ela comentasse novamente:

(...) porque nessa época da vida, eu acho que todo mundo, mas eu estava doída. Eu estava assim, no olho do furacão, eu estava num dos momentos mais difíceis do curso, que era o estágio no Hospital Universitário até tarde da noite e, no resto do tempo, (...) ficava para a campanha de Haddad, no comitê o tempo todo. Porque é o desespero que a gente se viu perante a possibilidade de Bolsonaro vencer as eleições. (...) Eu pensei que o ato não ia dar tanta gente, que ia ser mais um ato como estava sendo, aí começou a pipocar nos outros Estados. Se não me engano, os outros estados saíram antes da gente. Em São Paulo foi enorme. Aí a gente foi construindo um ato majoritariamente constituído por mulheres, e aí diversas mulheres se somaram, algumas mulheres não organizadas chegaram nas organizações. Aí, no dia, eu pensei: caraca! Muita gente! Não dava para ver o final do ato Foi num bairro periférico daqui, né, o Mangabeira, e eu fiz uma fala também, no carro de som, e isso ficou muito marcante para mim, estava abraçada com outra companheira do MST.

Insisti que detalhasse como foi a experiência de fazer uma fala política num ato tão expressivo:

Ela fez primeiro. Quando chegou a minha vez, pensei: meu Deus! Eu não vou conseguir. E aí eu lembro de outra companheira me entregando o microfone. Dizendo assim: “você que vai fazer a fala!” Era outra companheira do LPJ e eu, muito nervosa. E aí eu sentia que ela me dava força, ela me segurava assim, de baixo para cima, parecia que queria me deixar de pé. (...) nesse ato foi lindo porque eu pensei: ve! Se isso acontecer, se ele ganhar, vai ser mais uma fase ruim da História, mas a gente sempre vai resistir. Sempre resistiu: nosso povo sempre resistiu! E aí foi um momento em que eu me senti abraçada,

Ao ser alicerçada por outras duas companheiras, uma que confiou-lhe fazer a fala política representando a organização, em seguida, pela segunda, que segurou e a colocou para cima, sentiu-se forte e conseguiu falar e se colocar publicamente. O Ele Não, representou a capacidade de articulação nacional das mulheres, no sentido das experiências vividas pelas mulheres que estavam em seu planejamento, organização e execução. Ainda, foi um momento em que muitas se percebem enquanto força política importante não só ao nível local, mas nacional também.

Outra esfera que não se separa da atuação das mulheres enquanto liderança política de um movimento é a dimensão da vida pessoal. Enquanto militante, percebi que as mulheres precisam não somente dar conta das demandas da organização, mas, também, da casa, da mãe/pai, dos irmãos, do cuidado com diversas outras pessoas com quem convivem para além daquilo que se reserva ao fato de serem uma liderança política. Os homens, ao contrário, dedicam-se integralmente à organização, por diversas vezes eu senti culpa por não participar de uma reunião, encontro, por não poder ter concluído uma tarefa ou não ter comparecido em uma reunião, ou curso de formação política.

Só depois, percebi ser uma questão coletiva. E, principalmente através das falas de nossas entrevistadas, notei haver uma agenda do movimento pensada para os homens darem conta, porque a lógica das ações políticas é rápida e urgente, não esperam, ou melhor, não reconhecem, que tenhamos famílias, filhos e casa para dar conta, ou relacionamento que exigem atenção. Muitas vezes, a celeridade das demandas, colocadas na agenda política, fazem com que as mulheres sejam vistas como lentas, preguiçosas. Ou, quando elas se forçam a dar conta de todas as atividades, se esgotam mental, física e emocionalmente. R também nos relata sobre a relação entre dimensão da vida pessoal e a vida militante:

Você ser dirigente de um movimento é inegável que toma muito tempo das coisas, e você não vai ter mais o mesmo comportamento que tinha. Rolou muito comigo de chegar muito tarde em casa, porque eu estava fazendo algumas tarefas, e o meu pai reclamar porque eu não estava fazendo as coisas, as tarefas domésticas, e isso entra em vários pontos da vida das mulheres.

A responsabilidade/cobrança com o cuidado de atividades domésticas destina outras tarefas para além das executadas no âmbito da militância. Na citação acima, nossa interlocutora nos conta sobre o processo de cobrança familiar, e a rotina da atuação política, ambas presentes em seu cotidiano. Além de participar de reuniões que acabam tarde da noite, ao chegar em casa, ela se vê cobrada para exercer as tarefas domésticas. Em outro momento das entrevistas, perguntei a R, como ela se sentia em algumas dessas situações vivenciadas dentro e fora do movimento, acerca dessas cobranças, me diz:

Muita culpa. Eu acho que muita culpa, assim, porque você acha que tem que dar conta de tudo mesmo. E a expectativa é muito alta sobre as mulheres de modo geral, você tem que ser uma mulher 10 (dez) vezes boa para ser igual a um cara mediano. Na militância tem um pouco disso.

Esse ser uma mulher “dez vezes boa” aparece, também, na fala de outras entrevistadas. Como afirma B, que disse que, para fazer qualquer comentário, ou propor qualquer ação para o movimento, se questiona diversas vezes, repensa o que vai falar e, só após ter certeza de sua proposição, a expõem em público. A experiência do sentimento de culpa é uma das percepções mais relatadas.

Outra dimensão importante é a conformação de situações específicas em espaços, ou organizações mistas ou auto organizadas. Nos espaços mistos, os relatos acerca das cobranças e culpas são mais frequentes que nos espaços auto organizados, onde as mulheres afirmam encontrar um espaço de acolhimento, sobretudo de segurança para discutirem questões políticas de modo geral, mas, mais especificamente as questões das opressões vivenciadas a partir das relações de gênero. Para R, a questão central é a possibilidade de existir o debate acerca destas situações de violência vivenciadas pelas mulheres em espaços mistos, e não somente em espaços auto organizados:

No começo eu achava que esse era o problema. Porque eu sentia muito mais vontade de falar num espaço com as mulheres dirigentes do que com os homens dirigentes. Depois, você também vai adquirindo uma maturidade e vai percebendo que o problema não é esse, não é o homem ser maioria em determinado espaço de direção, e sim a falta do debate, porque quando a gente falava, nesse espaço que era composto por homens, quando a gente falava sobre “isso” você percebia o desconforto. Assim, a galera já fica se

mexendo, tentando mudar de assunto. E no espaço que tinha mulheres como dirigentes, não. Tipo, topava o debate, né?! De dizer que, sim, existem essas contradições. E que a gente precisa lidar com isso juntas, de uma forma conjunta vencer elas, de não individualizar o debate e aí, né, as coisas foram sendo tratadas de uma forma muito mais realista do que simplesmente ignorar que as coisas aconteciam. No começo, eu pensava que o problema era eles, mas depois eu vi que o problema é ignorar o debate das opressões dentro desses espaços.

Há outra situação comum: as mulheres sentem medo e receio de expor as questões/problemas ou violências vivenciadas dentro do campo da política devido ao processo de perseguição e criminalização política que os movimentos sociais enfrentam. Visando esse cuidado e ao se sentirem responsáveis pelas consequências políticas, elas articulam formas de tratar as demandas, e pensam métodos para lidar com essas contradições, evitando ou esforçando-se para contornar a exposição pública, na maioria das vezes:

O problema é de ter cuidado de como vai colocar isso para o movimento, porque isso pode gerar uma outra cadeia de opressão, né. Porque você não senta com outras mulheres para pensar, para saber se elas também se sentiram assim ou se é uma coisa que é um processo seu. Eu não gosto de ignorar nada. Eu acho que não existe isso de: ah! é coisa da minha cabeça. Só que existem coisas que são da minha psique e tem coisas que são sociais, né.

Esse esforço contribui para o sentimento de culpa. Mesmo quando avaliam coletivamente, e compreendem que em nenhuma circunstância a vítima tem culpa, sentem-se responsáveis pela exposição. Ainda, muitas vezes são somente as mulheres as responsáveis por pontuar a necessidade de atenção às questões de opressões e contradições existentes, não exclusivamente em suas organizações mas, também, em outros espaços onde circulam por intermédio de sua atuação política, como no diálogo com outros grupos políticos, sejam eles de esquerda, do centrão ou de esquerda.

Quando ocorre o contrário, como num caso em que foi discutido e tratado uma situação de violência vivenciada por uma militante, e o movimento do qual ela faz parte decidiu pelo processo de afastamento do agressor, a postura com a qual o caso foi encaminhado, é destacada por R como fator determinante para a permanência das mulheres nas organizações:

Já aconteceu também de afastar os militantes. (...) teve uma vez que isso aconteceu, eu tinha acabado de entrar na organização, eu nem participei da conversa, mas a gente acabava ouvindo as histórias que o pessoal falava nas mesas de bar, as focas mesmo. Mas, eu já achei muito correto isso. Porque, assim, a galera do Levante decidiu se sentar e pensar o que ia fazer. Aí eu me

senti feliz por saber que dentro de um movimento você tá de uma forma segura. Que as pessoas não vão abafar os casos que acontecem...

Ao final da entrevista, pedi para que comentasse sobre algumas situações e experiências negativas e/ou positivas vivenciadas enquanto liderança e dirigente. Após um intervalo de reflexão, falou:

É. Acho que a primeira coisa que vem na cabeça é a coragem. Porque todos esses anos eu me senti muito corajosa por fazer parte de um movimento e dando conta das tarefas que, para mim, antes de participar do levante, eram muito desafiadoras. Pode parecer besteira, mas, falar em público, ter que peitar alguém numa reunião, ter que discordar e colocar seu ponto de vista, todas essas coisas exigiram muita coragem, e até hoje vem exigindo. Alegria também foi um sentimento muito frequente porque eu acho que a alegria não é uma coisa que é individual, sabe? Ela é muito coletiva. E era muito legal sentir de uma forma coletiva assim, organizada no Levante. Olhando para o lado e percebendo meus companheiros lado a lado, é muito legal isso. A esperança, também. As negativas foram raiva, passei tanta raiva! — intervalo e suspiro — mas é mentira: a raiva em mim se converte em tristeza; eu fico muito triste quando acontece alguma coisa. Culpa... culpa também. Já falei da culpa, né? Mas ainda acho que esses sentimentos ruins não superam os bons. Acho que só.

As experiências de R revelam a complexidade das rotinas de atuação política das mulheres. De modo geral, é latente a dinamicidade com que as dimensões da vida pessoal e da vida política se entrelaçam, reveladas, em seu relato, na dificuldade em articular a cobrança familiar de manutenção da vida doméstica e o cotidiano da militância, com as diversas atividades que tomam quase a integralidade de seu tempo. Na ânsia de dar conta das demandas, é que desenvolve a auto cobrança acentuada e o sentimento de culpa. Ademais, outra questão latente, diz respeito às dificuldades encontradas para debater as questões de gênero, como nos casos de violência doméstica, ou as de caráter sutil, como nas situações de desconsideração das falas, na necessidade de reafirmação constante de sua atuação, entre outras demandas.

3.2. Entrevista com H da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Ex-direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Se cada homem dá sua energia e dá o seu gás, as mulheres dão energia e dão o gás que esse cara dá, e dão um gás a mais, que é por toda essa sobrecarga que se coloca nas costas das mulheres e também para superar toda essa

torcida pelo fracasso dessa mulher. Então, ela sempre se doa mais, se dá mais nesses processos e sempre tem que enfrentar muitas forças contrárias ao que ela defende.

A realização da entrevista com H, militante da MMM e ex-direção estadual do MST, se deu no formato virtual, por meio da plataforma Zoom Meetings, em 26 (vinte e seis) de maio de 2020, tendo a duração de 1 (uma) hora 44 (quarenta e quatro) minutos. No início da entrevista, dialogamos sobre o objetivo da pesquisa e sobre a ideia de percorrer a trajetória militante atrelada à trajetória de vida pessoal. Após este momento, conduzimos o diálogo de modo a percorrer os diversos momentos vivenciados por ela em sua trajetória militante, buscando recordar como se deu o seu processo de organização política junto aos movimentos sociais para, em seguida, darmos ênfase nas experiências políticas vivenciadas enquanto liderança e dirigente.

H é jornalista e trabalha como editora de um jornal, é casada, tem 36 (trinta e seis) anos. É natural de João Pessoa. Seu pai é contador e a mãe, dona de casa. Enquanto militante organizada, ela integrou a direção estadual do MST durante três anos, e atualmente é militante da MMM. Ao falar sobre sua infância, conta que desde cedo vivenciou a divisão sexual do trabalho. Notava que enquanto o pai saía para trabalhar, a mãe ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos e das crianças. Recorda que sua mãe sempre lhe dizia para serem mulheres independentes, para não depender de homem.

A aproximação com a política se deu em casa, pois sua família participou dos protestos na época da ditadura de 1964 e, desde pequena, vivenciou um ambiente de debates e discussões políticas. Devido o processo de perseguição durante a ditadura militar, por muito tempo o seu pai permaneceu “neutro”, não afirmando ser nem de direita, nem de esquerda, mas recorda que na infância, na época das eleições de Lula para presidente, sua casa praticamente se tornava um comitê. Em casa, então, conversavam sobre os atos e o cenário político do país.

O convívio com a questão da luta dos trabalhadores era, assim, algo cotidiano; primeiro em debates e conversas no âmbito familiar, depois no seu

contato com o MST, em ambos ela destaca a marca forte da questão da classe. Em outro ponto, sua trajetória também esteve ligada à percepção dos debates feministas, que hoje se relaciona diretamente ao entendimento das relações de gênero, vivenciadas em casa, como na divisão desigual das tarefas e a separação entre o público e o privado:

Lá em casa meu pai é contador, minha mãe é dona de casa, né, eles são casados até hoje. (...) eu lembro de observar muito a relação dos dois, e dessa divisão de tarefas que existia entre eles, de painho fora, de Mainha ficar mais em casa, mas sempre numa posição muito forte de crítica, de colocar algumas questões para ele na relação e no casamento. E também trazer umas questões feminista para nós. Mesmo não se colocando como feminista nem nada, mas até pela visão dela de mundo, por ela ter passado por algumas para que a gente não repetisse(...): “olha vocês têm que estudar, tem que trabalhar primeiro, porque isso deve ser o foco, o que virá depois, virar... Mas vocês precisam ter uma independência financeira, porque veja como para mim, é difícil.

Ao adentrar o ambiente universitário, percebeu ser distinto ao feminismo que ela estava acostumada: “Se isso é ser feminista, então eu não vou nem abrir minha boca, se não essas mulheres vão me expulsar daqui” dizia ela, sobre as rodas feministas que presenciava. O seu receio encontrava-se na sua perspectiva de feminismo, desde cedo atrelada à luta de classes, diferente de muitos debates feministas que circundam o espaço da universidade, com os quais não tinha identificação.

H conheceu o MST por um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir daí passou a atuar junto aos movimentos sociais, se familiarizando com a forma organizativa do movimento. Tempos depois, assumiu a direção estadual:

(...) já no primeiro ano de universidade surgiu um estágio para fazer no Incra, e como eu era estudante pobre (...) eu precisava estagiar. Na minha pegada, eu me interessei mais pelo estágio por uma questão financeira também, porque é isso, é aquela coisa do trabalho. Aí surgiu essa história lá do Incra e eu fui lá para ver o que era. (...). Fui aprovada no estágio e o meu primeiro contato de organização política foi com o MST, através de um estágio institucional, tá entendendo? Então foi a partir desse contato que despertou a minha militância engajada. Porque, até então, fazia coisas sozinha. Participava de encontro

estudantil, construía uma coisa ou outra dentro da Universidade, fazia palestra, mas não uma militância engajada.

Ao passo que se tornava referência política dentro do MST, começou a perceber algumas das contradições relacionadas às questões de gênero:

Para mim, no primeiro contato que eu tive com o MST, era que ele era perfeito, que eu acho que é uma coisa que muito militante tem, quando ele descobre a militância, que é essa coisa, essa paixão acalorada de achar que os processos são perfeitos, e não são. São cheios de contradições. Então, eu digo que o MST foi a minha escola de formação política. Até hoje é a minha base de organização, de formação política, de respeito e fez isso com muito custo, né? Como eu falei, eu era uma pessoa nova, urbana, morando em João Pessoa, em contato com pessoas simples, né, pessoas do campo. Tinha realidade que eu não compreendia. E aí você vai aprendendo e vai se desfazendo de alguns preconceitos, que você tem também e vai observando algumas estruturas que são difíceis também serem mudadas. A questão do machismo é uma coisa muito complicada. Não só no MST, mas em qualquer estrutura de organização política mista a gente vai ter isso. E aí em algum momento eu precisei me distanciar do MST, porque é um mergulho integral, entendeu? De corpo e alma, de tempo de vida, você tem que abrir mão das suas coisas. Passa a ser sua identidade e sua vida também passa a ser do MST.

Nesse contexto em que precisou se afastar do MST para dar continuidade a questões profissionais da vida, aproximou-se da Marcha Mundial de Mulheres, onde se identificou com a leitura de classe e de gênero, em simultâneo, também, encontrou espaço para debater questões que dizia terem sido acumuladas em sua experiência com a atuação dentro do MST. H faz questão de destacar o papel central que o MST teve em sua formação enquanto militante. Para ela, no entanto, havia uma constante insatisfação acerca das relações de gênero nos movimentos sociais mistos: enquanto eles conseguem avançar no campo formativo/teórico da questão, mas possuem dificuldade para efetuar esses avanços na dimensão prática a atuação e na organicidade, onde se fazem presentes a dificuldade do diálogo sobre questões que envolvem as desigualdades de gênero.

Assim, o afastamento do MST também se deu pelo que ela chama de uma “consciência feminista muito forte”, e da necessidade de formular sobre as questões de gênero em um ambiente onde isso seria possível:

Mas também quando eu me afastei do MST, eu me afastei com uma consciência muito feminista, né? Eu comecei a me dar conta de algumas coisas que eram muito difíceis de mudar. Não só de mudar, porque de mudar a gente já tá falando em outro nível, mas de dialogar, de debater. As desigualdades de gênero eram muito difíceis de serem enfrentadas. E aí

essas questões me levaram a perceber que era preciso refletir melhor. (...) por isso que eu me afastei da militância orgânica: pela necessidade dos debates que chegavam a mim como, por exemplo, esses das desigualdades de gênero, e também da diferença da pessoa que eu era, da formação de onde eu vim, de ser uma pessoa da cidade... Tinha minhas necessidades. E isso me formou muito, porque não tem como você vir com verdades (...) porque o debate feminista como surge e da forma como eu tive acesso nos livros, é um debate impositivo para aquela estrutura do MST que tem uma base familiar e heterossexual. Hoje já tem até o setor LGBT do MST, mas naquela época era assim. Mas o meu afastamento do MST se deu também muito por essa consistência, né, de que eu era uma mulher urbana, com uma consciência feminista muito forte e que gostaria de atuar também nessa realidade da cidade e no MST não conseguia ser o instrumento para fazer esse debate. Aí eu me afastei para pensar isso.

Na marcha conta que teve um espaço maior para debater a questão política a partir do recorte de gênero. Como relata abaixo, percebeu que a MMM fazia uma leitura da transformação política que considerava, também, a superação de uma ordem patriarcal. No seu período de atuação junto à MMM, diz que passou a compreender que classe e gênero são categorias indissociáveis:

Aí eu conheci a Marcha, na verdade, eu já conhecia a marcha, daí para mim a questão de classe era mais forte do que a questão de gênero, tá entendendo? A questão da classe era muito importante, resolvendo a classe a gente resolvia muita coisa, sabe? Mas quando eu me afastei e me aproximei da marcha foi onde eu me compreendi mais enquanto mulher, tive que compreender muita coisa. Foi o lugar onde eu mais consegui me aproximar do que eu sou, né. e do que eu acredito. Nesse movimento de identidade, me senti confortável. Eu já tinha feito uma aproximação com movimentos feminista, e me achei muito deslocada. Eu pensava nessas mulheres, bicho eu não vou nem falar o que eu penso porque senão elas vão comer meu fígado. Até duvidei se eu era ou não feminista. Era um feminismo diferente! Foram contatos rápidos, em oficinas, mas eu não me identifiquei, porque só tinha a questão do gênero. Mas com a marcha eu vi que parecia muito com o MST. Daí foi... E o que mais me aproximou na Marcha foi essa capacidade de construção das mulheres, de abertura, das mulheres se colocarem, e ir crescendo. Eu acho isso uma coisa muito importante. Alguns fazem parte de outras organizações e sabem colocar seus posicionamentos, e de crescerem com sua opinião, de ter coragem de tocar em alguns posicionamentos.

Nos seus anos de atuação enquanto liderança, não somente nas organizações das quais fazia parte, mas também na construção com outros grupos políticos, foi percebendo as especificidades da atuação política das mulheres dirigentes. Ela nos fala sobre o “mecanismo das relações”, as situações em que percebeu a desconsideração da fala das mulheres, a divisão sexual de trabalho, e o uso de situações que aconteceram no âmbito da vida privada das mulheres para desconsiderar a sua força política:

(..) A primeira é que alguns militantes acham que podem ensinar algo ficando com você, tá entendendo? Assim, tipo, lhe paquerando, lhe namorando. Algo nesse sentido do afeto, de como controlar, de como seduzir, de como formar politicamente você a partir desse mecanismo das relações. (...). Outra coisa que existe é que a história da vida privada das mulheres, ela é rifada, ela é usada para desconstruir a atuação política delas. (...) A mulher que fica com homem casado, ou que engravidou e ninguém sabe quem é o pai, esse tipo de coisa.... Isso é usado contra ela para diminuir a construção política que ela vem fazendo dentro do movimento. Ou seja, a história dela, de mulher, é moralmente utilizada para desconstruir a sua atuação política. Outra coisa que eu via muito, pelo fato de ser mulher é a... Como eu posso falar? a desconsideração da fala das mulheres, né? Da opinião das mulheres. Da leitura política das mulheres, da análise da conjuntura das mulheres, tanto com relação à conjuntura geral quanto com relação à conjuntura que pega a própria vida das mulheres(...). De forma geral, é muito difícil que os homens deem ouvidos ao que as mulheres falam. (...) eu já tive minha fala desconsiderada várias vezes de tipo assim, eu falar uma coisa... Um exemplo: "eu acho que a gente tem que denunciar o fora Bolsonaro nos meios de comunicação, colocar bandeira na rua de casa e tal" E as pessoas: "Não, a gente tem que propor alguma outra coisa". e de vir um homem em seguida, e dizer: "Olha, eu acho que a gente tem que fazer uma agitação, colocar bandeiras nas janelas e tal" Ou seja, o mesmo conteúdo. Eu falei, ninguém levou em consideração. O cara falou e, não só levaram em consideração, como debateram e acataram. É tipo assim: você está na liderança é um negócio muito troncho mesmo porque os caras sempre botam você para fazer relatoria, por exemplo. Agora tão sutil, sabe? Mas é sempre assim: "Não porque ela tem a letra mais bonita, não é porque ela sabe fazer um negócio assim". E, às vezes, as mulheres, elas trabalham muito mais do que os caras na construção das coisas, e não exercem a função de direção. Não exerce função de direção política. Então, isso é uma coisa que eu esqueci de falar.

Para ela ainda existe outro desafio, que diz respeito a ausência do trato de algumas organizações em relação a casos de violência e/ou assédio efetuados por seus militantes, sejam eles da base ou da instância de direção:

Já vi também de reunião em que foi colocado caso de violência doméstica de uma companheira, de falar isso (da mulher relatar o caso à direção) porque acha que um dos companheiros não pode fazer parte da instância (de direção), ou devia ser punido. Ou de chamar atenção porque é um homem violento em casa, né? De colocar isso para a direção e da maioria discordar porque acha que isso é um problema privado, sabe? Que vai falar com companheiro e isso vai resolver. Tipo assim, de não politizar esse problema. (...). Ou seja, ainda há aquele debate, né? Da luta geral e da luta específica, ele ainda existe, apesar de no movimento feminista ele está superado, mas nos mistos ele ainda existe. Esse negócio do que vem antes e do que vem depois. Pode até ter sido superado no discurso, mas não na forma organizativa. (...). Existe passada de mão na cabeça que não pode acontecer, não pode acontecer porque quando o problema acontecer de novo, e mais sério, a gente não terá a referência ética para enfrentar. (Grifo nosso).

Neste momento da entrevista, chamou atenção as expressões de H. Mesmo no formato virtual, foi perceptível o seu desconforto para falar sobre as

situações que produziam algum “constrangimento”, tais como: momentos de silenciamento, seja pela elevação da voz do outro interlocutor, por gritos e xingamentos, ou de maneira indireta, com comentários depreciativos, a exposição e utilização da vida pessoal. Ao falar sobre algumas dessas questões, H se coloca numa situação de incômodo. E o terreno da entrevista se tornava bastante cauteloso.

Ao pedir-lhe para comentar mais sobre uma situação de constrangimento que tinha citado, sua fala mudou de tom, ficando mais pausada, como quem procura as palavras para dizer ou não dizer o indizível. A voz engasgava, a narrativa encontrava mais pausas e reflexão. Essas pausas e os silêncios revelam mais que uma preocupação, mas nos indica a existência de situações sensíveis, no que se expressa a necessidade de “captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível” apontados por (Queiroz, 1988) do que ela comunicava. Assim, ao relembrar a situação de constrangimento, com desconforto, H relata:

Mulher... foram várias coisas, né. Mas eu lembro de um caso de violência doméstica, em que uma das companheiras colocou isso numa reunião, defendendo que o agressor não deveria fazer parte de determinadas instâncias, ou que deveria ser punido e chamado a atenção, e da maioria ter discordado, né? De ter levado como assunto pessoal e privado do casal, e defender que uma conversa já resolvia o problema. Como já vi, também, caso de uma companheira que, enfim, se relacionou com alguém e isso ser usado para afastar essa companheira de uma instância, sabe? Teve um outro problema... enfim, eu não gosto de esmiuçar isso não, por questão ética. E teve um outro caso de traição. O foda é que os homens traem muito as mulheres, né? E eles não são punidos de maneira nenhuma, em lugar nenhum. E já aconteceu de uma mulher, que ocupava a mesma instância com o marido/companheiro dela, dela ser afastada porque tinha traído ele, e aí ela era uma “escrota”, enfim, coisas desse tipo. Aí, assim, querendo ou não, isso desanima muito a gente.

A questão citada refere-se a um caso de violência doméstica praticado por um dos integrantes de uma organização. Como vemos na fala de H, quando a situação foi exposta, em forma de denúncia interna, numa instância de direção, o caso fora desconsiderado pela maioria, sendo esta constituída por homens, os quais não só eram companheiros como também amigos do agressor. A forma de tratativa empreendida fora “uma conversa” que, em tese,

resolveria a questão já que a mesma se tratava de um assunto “pessoal e privado do casal”. Entretanto, ao acontecer outra situação, onde uma mulher traiu o companheiro com quem mantinha uma relação amorosa, o caso não foi considerado como um assunto da esfera privada do casal. Pelo contrário, a questão tornou-se pública e passível de “punição”, com descredibilidade política da companheira e um processo sutil afastamento da sua posição dirigente:

(...) a história das mulheres na vida privada é rifada e usada para desconstruir a atuação política delas, Eu já vi muito isso acontecer, por exemplo: A mulher que fica com homem casado, a mulher que, sabe, engravidou e ninguém sabe quem é o pai, esse tipo de coisa... Isso é usado contra ela em praça pública para diminuir a construção política que ela vêm fazendo movimento. Ou seja, a história dela, de mulher, é moralmente utilizada para desconstruir a atuação política dela.

H fala, ainda, sobre como o cotidiano das mulheres também coloca possibilidades distintas para a sua atuação política. Destaca, principalmente, as questões que se referem à divisão sexual do trabalho, que impõe a responsabilidades para as mulheres acerca do trabalho reprodutivo no ambiente doméstico.

O horário das reuniões, que muitas vezes é marcado à noite, acaba por privilegiar, também, quem é liberado, quem tem mais tempo, né, quem só faz isso, vamos dizer assim... E nem sempre as mulheres estão nessa condição. A gente faz um debate de que a condição material também é importante, que ela é fundamental para a gente ir avançando na política. E ao dizer isso, o que eu quero dizer com a condição material... É que se, no mundo todo, as mulheres são as mais empobrecidas, são as que mais desempenham o trabalho doméstico. E aí trabalho doméstico não é só para quem tem filho, não, muita mulher não tem filhos, mas tem muito mais compromissos diários de trabalho não remunerado e que é fundamental para que a vida exista, né? É a vida da família ou de um grupo, que seja... (...) isso significa dizer que elas vão ter menos tempo para a política, né? (...). Então muitas vezes as mulheres faltam muito naqueles espaços de organização, de debate porque estão tão cansadas, porque ficaram de madrugada acordadas para dar conta de sobrecarga, aí não acordaram a tempo. Porque não tem dinheiro; porque tem que cuidar do pai que adoeceu. Porque o marido ou o ex-marido não pegou a filha no horário que disse que ia pegar... enfim, tem milhões de questões aí que perpassam, e que acabam interferindo. E que muitas vezes é duramente criticado e avaliado com muita dureza nas reuniões, e que não levam em consideração esses fatores.

Em situações de debate político, relembra os momentos que presenciou os homens levantarem a voz para impor sua leitura ou propostas, gritos geralmente direcionados às mulheres. Nesses casos, cria-se uma situação de pressão, e a disputa se dá mais no âmbito da imposição da força do que pela defesa e diálogo respeitoso das diferentes propostas/perspectivas. Esse modo agressivo de agir durante a discordância em relação a algum ponto

colocado pelas mulheres, revela o desrespeito à presença e força política delas. Ao invés deles colocarem as discordâncias com argumentos, eles aumentam a voz, na tentativa de obter sucesso mediante pressão. Tais contextos, caracterizam o exercício de elementos de dominação:

(...) o poder ainda masculino e a dinâmica do poder sempre está ali circulando na mão e na voz dos homens. Eles têm dificuldade de dividir isso. As mulheres são solidárias umas com as outras, mas, na política, os homens sabem se juntar quando necessário, eles se juntam porque é a história do poder, né? Eles se juntam quando é necessário para continuar com poder, a hegemonia. Eles têm o jogo ali, dominam esse jogo com mais habilidade e isso interfere nas relações. Eu já vivenciei, em reunião da frente, por exemplo, de ver homens gritando com mulheres, não das organizações que a gente faz parte, não... Mas dá grito, sabe? Uma relação de poder muito grande, né? De dar grito. E isso é com companheiras que a gente não tem muitas proximidades, que a gente tem crítica, mas não é assim que a gente resolve, as questões de diferença... Dando gritos?! É muito constrangedor isso!

O caso narrado diz respeito a uma companheira de outra organização política. Em situações diversas, H presenciou alguns de seus companheiros agindo de forma desrespeitosa com essas mulheres. Em contrapartida, quando discordavam com algum ponto ou proposta realizado por outro homem, não empreendiam gritos, mas tratavam-nos com respeito e até mesmo condescendência, como se estivessem falando “entre irmãos”. Diante deste cenário, a necessidade da auto-organização das mulheres, aponta como demanda essencial garantir as discussões sobre essas violências de gênero:

E é por isso que é preciso. E eu defendo, que todas as mulheres, sejam no Levante, na Consulta, no MST, no PT, no PC do B, no Psol, enfim; qualquer organização mista, que as mulheres tentem se organizar e se auto organizar, dentro das suas instâncias, ou fora, para que elas consigam se colocar. É uma forma de se "irmanarem" e, nesse alinhamento, você cria forças de sobreviver e de superar. E aí você vê que há um desgaste muito grande: ou elas desistem, ou as que ficam, elas ficam e dominam na parada. Aí você vai ver muitas lideranças. Principalmente aqui, na Paraíba, você vai ter muitas lideranças femininas, né, que conseguiram se sobressair, enfrentar e dominaram esse processo. Temos muitos problemas sim, viu? Na organização das mulheres porque a gente se afasta, muitas vezes nós somos poucas, acho que essa é a outra questão importante: nós somos poucas. As que se colocam como direção mesmo, entendeu? (...) E aí, quando a gente adocece, ou quando a gente precisa se afastar, muitas vezes não tem quem se coloca naquele lugar e era importante porque o espaço vazio eles adoram, os caras adoram. Quando eu falo “os caras” não é porque eles são nossos inimigos, não, entendeu? Mas é porque não existe Irmandade entre homem e mulher na política! Não existe!

Este “poder ainda masculino” configura uma lógica de política excludente, desrespeitosa e violenta para as mulheres. As situações narradas por H indicam como essa lógica da política masculina opera nas condições

práticas para o exercício de suas atividades políticas. Buscando reunir e comparar alguns desses momentos, entendendo como nossa interlocutora, os percebe e os sente, perguntei, já nos momentos finais das entrevistas, se ela podia falar para sobre os pontos positivos e negativos vivenciando em sua trajetória enquanto mulher e liderança em movimentos sociais.

Em relação às experiências negativas de sua atuação política, H deu ênfase ao golpe de 2016 e à perseguição política de Dilma Vana Rousseff, destacando que este processo já indicava a emergência do neofascismo no Brasil e o retrocesso dos avanços conquistados pela luta de diversos setores populares, em especial às mulheres. Ainda, lembrou que ouviu alguns companheiros culparem as mulheres pela eleição de Jair Bolsonaro. Segundo eles, o ato Ele Não teria contribuído e dado forças para o bolsonarismo, tendo sido uma estratégia falha das mulheres. Sobre essa questão, H é enfática:

A eleição de Bolsonaro é resultado de um processo antigo de desmoralização nacional da esquerda, do PT. É resultado, também, de um contexto macroeconômico de instabilidades e disputas internas no seio da burguesia brasileira, né? Pois você acredita que eu ainda escutei companheiros dizerem que nós, com os atos que fizemos (referindo-se ao Ele Não), contribuimos para a eleição dele? Depois eles fizeram a autocrítica, mas eu ouvi e percebi, por muito tempo, que boa parte deles realmente acreditava nessa concepção. Isso me entristecia. Mas eu estava certa da importância histórica deste ato.

A narrativa crítica que as mulheres seriam responsáveis pela eleição de Bolsonaro demonstra uma percepção, por parte dos companheiros, de que as mulheres não teriam maturidade política aguçada ou crítica suficientes para elaborar uma estratégia capaz de deter o bolsonarismo. No entanto, como cita H, o contexto social e político de criminalização que a esquerda vivenciava desde os anos do Partido dos Trabalhadores (PT), já indicavam um quadro muito difícil de ser revertido. Mais uma vez, podemos refletir sobre como é exercida esse processo de desconsideração política: ele não se dá somente na não escuta, no grito, mas através dos questionamentos e nas dúvidas colocadas sobre a leitura e prática política das mulheres. Esse contexto de questionamento, aliado às demais dificuldades estruturais enfrentadas para o exercício da liderança pelas mulheres, acentuam o processo de adoecimento e afastamento das mulheres das organizações.

Apesar desses percalços, ao final da entrevista, H destaca que a

organização das mulheres tem avançado e se fortalecido:

Uma experiência positiva de perceber é o encontro (...) de quando as mulheres se encontram, olhe! É uma coisa muito forte porque, às vezes, a gente tem vidas muito diferentes, é a mulher que tá lá na comunidade Barra de Antas, que nunca saiu daquele lugar e que ela é igual a você. Isso é uma experiência altamente renovadora. A questão de que ela é igual a você, que ela defende as mesmas coisas que você, não com as mesmas palavras, mas na luta, quando a luta traz isso, né? A luta! A luta faz essa irmandade, esse alinhamento político. Isso é uma experiência extremamente positiva, de pautas que até são muito difíceis de serem defendida, como a questão do aborto, por exemplo. (...). Outra coisa, é quando a solidariedade acontece: é uma experiência muito forte. Porque, fora, tem toda uma desconstrução do conjunto das mulheres, né? Da insuficiência do coletivo de mulheres, que as mulheres são fofoqueiras e invejosas, se dá essa falácia toda... Então, quando as mulheres praticam essa solidariedade, elas conseguem identificar essa variedade entre elas (...) é algo altamente revolucionário.

Existe, assim, redes de solidariedade entre as mulheres, pois, independente do partido ou da organização de esquerda de que fazem parte, criam formas de acompanhamento e solidariedade. Essa rede, além de impulsionar e fortalecer a participação e presença das mulheres em espaços de disputa política, provocam as organizações populares, e a sociedade civil, acerca das questões de gênero, além de colocar em questão a perspectiva política estruturada sob uma ordem androcêntrica.

3.3 Entrevista com B do Levante Popular da Juventude (LPJ)

Eu sempre via isso, mas não sabia como reagir. E não fazíamos nada distante e diferente do que os homens estavam fazendo, mas a régua que nos mede é maior.

A entrevista com B se deu presencialmente, em 5 (fevereiro) de abril de 2020, tendo a duração de 1 (uma) hora. Conforme feito com as interlocutoras (R e H), inicialmente, conversamos sobre o objetivo da pesquisa e discutimos a ideia de percorrer a trajetória de sua experiência militante atrelada a aspectos da vida pessoal. Após este momento inicial, conduzimos o diálogo visando compreender como B percebe sua atuação política junto ao LPJ, com ênfase às especificidades para o desenvolvimento da atuação política enquanto liderança e dirigente.

B tem 24 anos, é solteira, formada em comunicação social, é natural de Patos, onde hoje residem, também, em seu pai e mãe. No LPJ, é responsável pelo coletivo de comunicação e compõem as instâncias de direção estadual. Se organizou no Levante logo que entrou na universidade, em 2015, principalmente

através das atividades de ocupação que ocorreram no final do ano de 2016. Desde então, vem desenvolvendo atividades a níveis estaduais e, também, nacionais, esteve na linha de frente da construção da presença da organização em diversos atos, encontros, formação de plenárias estudantis, entre outros espaços. Compôs, por certo período, o coletivo de formação, desenvolvendo cursos sobre a realidade brasileira, e sobre comunicação e educação popular, a partir da perspectiva freiriana.

Para B, o processo de se reconhecer mulher e militante se deu no estranhamento com o outro, enquanto ia percebendo as dificuldades desde a execução das tarefas, a participação na diversidade de atividades que a vida política exige, até o processo de interlocução com diversos atores, no diálogo com companheiros e companheiras de sindicatos, associações, igreja, escolas, entre outra. Ao se apresentar, destaca as tarefas que desempenha na organização e a experiência de comandá-las:

Foi tarefa com força, viu! Já fiquei em tarefa do movimento estudantil, mobilizando CAs/DAs e estudantes no geral para as lutas por melhorias na assistência estudantil e na vida universitária... E fora dela. Já fiquei em tarefa de trabalho de base, acompanhando pessoas que chegaram na Organização, e que hoje fazem também. Minha tarefa prioritária segue sendo a comunicação da Organização. Amo de paixão! E, também, a secretaria estadual do movimento, e isso incorpora articulação política com parceiros e acompanhamento do movimento. Todas muito boas, umas com sobrecarga, mas estamos avançando. São muitas expectativas pelas tarefas e o aprendizado vai sendo na prática mesmo. Em se tratando de ser mulher com essas responsabilidades, me duvidei do início ao fim. Fiquei insegura, mas sempre tive outras mulheres comigo, sobretudo as duas que até hoje conduzem a organização ao meu lado. Grandes mulheres!

A sensação de caminhar na organização e atuar politicamente tendo como referência outras mulheres fizeram com que ela criasse confiança em suas propostas, contribuindo significativamente no desenvolvimento de suas atividades políticas. Assim, aos poucos, se sentia mais confiante em relação à possibilidade de propor ações, apresentar suas ideias, críticas e sugerir atividades nos espaços coletivos. Relembra um dos momentos marcantes, onde percebeu a força organizativa das mulheres:

Um dos primeiros que marcou demais foi o EME - Encontro de Mulheres Estudantes, realizado pela UNE em 2017, em Minas Gerais. Mulheres reunidas para encaminhar questões estudantis sobre a vida das mulheres. Foi marcante! Atividades no Centro de Formação do MST, seja na Paraíba, Pernambuco e São Paulo marcaram minha trajetória de formação e mística.

A cobrança para dar conta das tarefas da vida pessoal e política também foi algo que apareceu em sua narrativa. O fato das mulheres serem cobradas para dar conta de demandas de cuidado que envolvem o ambiente doméstico, em especial o destino da responsabilidade com familiares e parentes, diminui o tempo despendido para a sua atuação política, ou a torna menos qualitativa. Em contrapartida, os homens possuem mais tempo livre para as atividades públicas e são pouco ou nunca cobrados em relação a essas demandas. Isso concorre para que as mulheres tenham menos tempo para leituras, dificuldade para realizar viagens e se esforçam em criar estratégias para dar conta da dinamicidade das atividades de militância.

Tem certas características.... Mais tato político, por exemplo. Não sei se isso pode ser interpretado como uma resposta que damos a violência que sofremos, mas temos mais malícia na política. Quanto às violências, seguem existindo, ainda que em menor grau. Mas nós nos agrupamos com mais facilidade para refletir sobre, então acaba que traçamos mais facilmente as respostas. Normalmente os homens se permitem abdicar das tarefas de casa com mais facilidade, portanto, acabam sendo mais ociosos, o que lhes permite "leituras e reflexões" sempre mais individualizadas... O porquê nós sabemos: tudo um "mói" de reprodução. Por isso são sempre os que citam autores e tudo mais. Mas nós mulheres somos mais habilidosas porque escancaramos essas reproduções e contradições na cara dura!

Algo que aparece como uma questão importante é também esse "tempo ocioso" que permite aos homens, tempo para as leituras, para o estudo individual e, conseqüentemente, para a construção de argumentações políticas mais fundamentadas, por assim dizer. Vivenciei diversos momentos em que algumas mulheres não se permitiram fazer uma colocação importante porque achavam não estar fundamentadas o suficiente. Em momentos posteriores, no entanto, as suas colocações acabam se verificando como as mais acertadas. E, por vezes, também, acabam mesmo sendo utilizadas pelos homens, como se eles a tivessem pensado ou produzido, sem que nenhum crédito lhes tenha sido dado.

Nas atividades que construiu quando estava responsável pela comunicação da ocupação estudantil na UFCG, ocorrida em 2016, narra que passou por momentos de constrangimento. Geralmente, as formas de violência tendem a se acentuar quando as mulheres estão num contexto de disputa política com homens de outras organizações. No contexto da ocupação, B relembra a dificuldade que teve para conduzir e se impor nas tarefas de

comunicação das atividades desenvolvidas pelos estudantes durante os 30 (trinta) dias de manutenção de um acampamento localizado no térreo do prédio de aulas:

Já passei por diversas situações constrangedoras. Geralmente, quando estamos em processos de disputa, os homens descredibilizam a nossa capacidade de atuação. No tempo da ocupação da UFCG nas universidades, fui descridibilizada e ameaçada porque decidi sobre uma demanda referente a comunicação da ocupação. Um cara queria que publicasse algo, mas o que eu publicaria tinha sido debatido em plenária. Era algo que já tinha passado por um debate coletivo, nem era uma opinião só minha. Ele surtou quando não foi ouvido e disse que, na próxima plenária, colocaria o meu nome “na roda”. Me senti péssima. Na época, não tive tempo de conversar com ninguém. Era muita correria. Outras companheiras foram desrespeitadas também. Eu sempre via isso, mas não sabia como reagir. E não fazíamos nada distante e diferente do que os homens estavam fazendo, mas a régua que nos mede é maior... Só senti raiva, e com razão. (...) No começo percebia que não era escutada, e que minha opinião não era levada a sério, e que muitas vezes a opinião dos homens era válida, foi uma situação bem difícil, que só depois de muita conversa com alguns companheiros/as, que as coisas melhoraram. Hoje me coloco com segurança, mas sei que isto não é uma regra: precisamos, sempre, construir nossos espaços de atuação. Eles nunca serão dados. Por estarmos sendo violadas e desacreditadas com frequência, um passo para fazer algo demanda muita reflexão e medo. É triste se ver desconfiada de si, mesmo sabendo qual a razão de ser desse sentimento.

A segurança relatada por ela emerge da possibilidade de ser ouvida e se debater sobre tais situações de opressão vivenciadas. Quando as mulheres encontram, pela própria construção delas ou por espaços construídos com os companheiros de organização, um momento de escuta dessas demandas de silenciamento e descridibilização, a confiança para atuar politicamente se reforça.. No entanto, a dificuldade se encontra mesmo na possibilidade do debate, visto a celeridade das atividades políticas. Pelo constrangimento ou dificuldade que é colocar essas questões em público, também:

(...) porque a forma de violência contra nós, ainda que escancarada em dados e estatística, é implícita. Isso forma nossa consciência. Achar que homens, ainda que da classe trabalhadora, seriam capazes de enxergar o patriarcado de uma maneira tão sensível como a nossa, é inocência. A transformação da realidade não tem só necessidade de participação das mulheres, ela tem que ser encabeçada pelas mulheres. Nós, mulheres, instruídas sobre nossas experiências, acumulando conhecimento, libertando outras mulheres, estaremos mais perto da sociedade que nos caiba. Segundo, ser mulher no instrumento político é ver o patriarcado em suas formas mais sutis, e também ver a transformação de consciência, na prática. Não toleramos violência por parte de nossos companheiros homens. E não é só repugnar, é atribuir à repugnância uma reflexão crítica. Um dos nossos principais desafios é fazer com que os homens possam perceber isso e refletir sobre suas ações.

B B nos relatou, também, que passou por um processo de sobrecarga e início de adoecimento emocional, as dimensões desse desgaste são diversas e articulam níveis individuais e sociais. Como já percebido no decorrer das trajetórias de R e H, o espaço da política, sobretudo os espaços mistos, demandam das mulheres diversas preparações, suporte emocional, acompanhamento político de outras mulheres e, talvez um dos elementos mais centrais, o da firmeza na organização, enquanto a vontade de desorganização é constante, seja pela percepção das violências vivenciadas por outras mulheres ou por si mesmas.

Quando falamos dessa firmeza na organização, ou certeza ideológica, entendemos sobre o compromisso assumido pela liderança com a luta que ela considera importante e maior que as violências sofridas e, inclusive, como fator determinante para estas cessarem:

Eu vou te falar uma coisa, eu já pensei várias vezes em me desorganizar. O que me segurou, e ainda me segura, é a certeza que eu tenho em um projeto popular para o país e o compromisso em construir uma sociedade onde mulheres e homens possam se desenvolver em todos os seus sentidos, onde a violência não seja uma constante. Mas no nível prático, eu só não me desorganizei mesmo porque eu vi que outras mulheres, que passaram por situações de violência semelhantes, continuam na luta. E não só continuam, disputam os espaços e o modo de fazer política. Nós não queremos compactuar com esse modo de fazer política, masculino, que é agressivo, desrespeitoso e violento. Nós fazemos diferente, e acredito que temos conseguido dar a linha em diversas organizações, colocando os homens para se avaliar. Porque, ou eles andam junto com a gente nessa nossa empreitada, ou não haverá avanços. Chegamos a um ponto onde não dá mais pra voltar. Aqui no Estado, as mulheres já são a maioria das direções de diversas organizações populares, não só dos movimentos sociais, mas nas organizações de bairros e rurais, também. Então não tem como voltar. Nós chegamos aqui e o nosso objetivo é avançar.

Comprometidas com a transformação da sociedade, as mulheres se firmam e juntas desafiam as formas tradicionais de fazer política. Ao chegarmos ao fim da entrevista com B, foi possível perceber como as vivências individuais se encontram e apontam características semelhantes acerca das especificidades da experiência política das mulheres lideranças. As situações de silenciamento e desconsideração da fala, as dúvidas, os gritos; mas também o sentimento de esperança, a força, a auto organização e o compromisso com a luta se mostram enquanto experiências sensíveis e percebidas na dimensão da coletividade da atuação política dessas mulheres.

3.4 Mulheres lideranças de movimentos sociais: vivências compartilhadas

Ao percorrermos as trajetórias de cada uma das entrevistadas, percebemos algumas questões semelhantes, e que nos fornecem pontos de encontro entre essas vivências revelando, assim, universos característicos da atuação política de mulheres líderes de movimento sociais na Paraíba. Resolvemos focar, então, onde as narrativas se encontram, visando refletir acerca da problemática que propomos neste trabalho de dissertação, a saber: quais são as percepções dessas mulheres sobre as suas constituições e vivências sendo mulher e liderança de um movimento social? Objetivando alcançar como essas mulheres percebem a sua atuação dentro desses espaços coletivos, refletindo acerca das especificidades das questões de gênero que engloba tais vivências.

Nossas interlocutoras destacam que não só o constrangimento verbal, mas também as insinuações que existem nos espaços e das situações que envolvem a sua atuação enquanto liderança, expressa as formas sutis de como os constrangimentos e hierarquização operam, por vezes, exercendo de forma cirúrgica a violência simbólica, seja por expressões como: “Se acalme que você tá muito exaltada”, ou das “Insinuações também, sabe? Indiretas” seja pela presença de elementos e situações não verbalizadas, ou não direcionadas às mulheres, mas que aparece de modo tangencial, como risadas no momento em que elas falam, falta de atenção nos momentos em que apresentam ou fazem defesas do programa político; insinuações e comentários indiretos percebidos por elas, e que acabam passando despercebidos no contexto das discussões políticas ordinárias.

Algumas dessas situações, nos revelam as particularidades das experiências das mulheres lideranças, no sentido em que percebem que não só os seus corpos sofrem sanções, mas as suas falas, gestos, roupas, e comportamentos no sentido mais amplo, abrangendo, inclusive, elementos ou situações que aconteceram na esfera privada de suas vidas, como dilemas de relacionamentos afetivos, por vezes mobilizados nas instâncias em que atuam

para desqualificar a sua atuação política, mesmo que de forma indireta.

Estas situações de constrangimento, descredibilização e/ou silenciamento político, desenvolvem-se em cenários invisíveis ao público externo, seja pela própria sutilidade que resguarda a sua essência, ou por não serem problematizadas e discutidas quando vem a público. Ainda, mesmo quando há a tratativa ou discussão acerca de algum tipo de violência, ou situações de constrangimento elencado por elas, essa discussão é feita de forma superficial, às vezes minimizando, ou mesmo negando, o acontecido.

O destaque que se dá em relação aos modos distintos de análise dos assuntos quando são protagonizados por mulheres ou por homens, revela a percepção das contradições que as mulheres vivenciam em seu cotidiano enquanto dirigente. De forma distinta, uma situação de violência enfrentada e dialogada na instância diretiva do LPJ, trouxe para R a sensação de segurança, e operou como fator importante de sua organização. A forma como a organização/coletivo lidou com a questão apresentada por uma das companheiras operou significativamente para a continuação de R de forma organizada junto ao LPJ. Este, no entanto, não é um cenário comum, pois, o caso vivenciado por H onde a violência não foi discutida e devidamente acompanhada, tende a ser a norma, seja em instâncias internas das organizações, ou mesmo nas atividades e interações de articulação política junto a outros grupos políticos. Na prática, o peso da questão de classe ou o debate econômico sobressaem-se.

Embora os elementos negativos não sejam os únicos que aparecem nas narrativas, eles são expressivos e, às vezes, emergem em tons/falas de desabafo, como quando as mulheres expõem as situações de violência e/ou constrangimento, e demais contradições existentes e não são ouvidas ou tem pouca atenção. Para lidar com esses contextos que exercem forças contrárias ao desenvolvimento das suas práticas políticas, elas encontram caminhos por meio da auto organização, elencada enquanto fator de encorajamento, e construção política emancipatória, sobretudo no encorajamento para a permanência nesses espaços.

Outra questão, diz respeito às situações em que se veem pressionadas a disfarçar os comportamentos tidos como femininos para que seus atos não

sejam julgados pelo argumento da instabilidade emocional e/ou fragilidade “inerentes” ao gênero feminino. Em determinados momentos, precisam gritar para assegurar que sua voz seja ouvida, visando se impor em determinado debate político. Isso foi apontado por H, ao falar das situações em que, por diversas vezes, as mulheres “precisam fazer alianças com os homens”, no sentido de agirem de acordo com um ‘modus operandi’ de fazer política masculinizado, ou melhor, com uma postura masculina própria de operar na política, sendo esta também predominante nas instâncias de direção:

Uma outra questão é que, justamente por conta disso, as mulheres, para serem ouvidas, precisam fazer alianças com os homens. E aí, como é que significa isso fazer aliança com os homens dentro de uma organização política mista? Significa conceder algumas coisas, né, algumas visões de mundo e algumas vezes é uma prática política de conceder também na postura, né? Muitas mulheres acabam tendo que adotar uma postura muito parecida com a forma de fazer política masculina para poder ser respeitada. E aí, quando eu falo isso, não tô desmerecendo, diminuindo isso não, ao contrário; tem sido um mecanismo de defesa e um mecanismo de disputa que as mulheres adotam e que tem dado certo.

Estas são questões que também se colocam para R do LPJ quando narra um dos momentos em que se encontra num impasse por estar prestes a participar de uma reunião e não encontrava uma “roupa adequada” para o encontro:

Quando você é militante e mulher, por exemplo, e tem que ir numa reunião, num acampamento, em qualquer lugar, você tem que pensar na “roupa certa para ir”. Uma vez me atrasei para uma reunião porque passei horas procurando uma roupa comportada para ir. Eu não encontrava. Fiquei estressada... mas arrumei uma blusa folgada, bem velha e fui. Mas, por exemplo, numa reunião do oito de março eu vou do jeito que eu quiser. É diferente. Lá eu sou ouvida independente da minha roupa. Nos espaços mistos, não. É outra coisa. Você precisa se comportar de uma outra forma, precisa ter muito tato, né? Às vezes isso é cansativo porque a gente sabe que isso é uma reprodução também, mas, na prática, na urgência das demandas, às vezes você precisa ceder.

Esta fala se deu em diálogo com R numa viagem para Brasília, para

participarmos da Marcha das Margaridas, realizada em 2019. Assim como H, foi perceptível no comportamento de R, o seu desconforto ao falar sobre a roupa que usaria nos espaços mistos: o seu corpo retraía, ficava como que posto sob aviso: ao dizer que “precisava de uma roupa mais comportada, ela fechava o decote, movimentando-se para dentro, como quem se fecha, e adotava uma postura retraída. Ao relatar a ida às reuniões do oito de Março, o contrário acontecia: lançava os braços para o teto do ônibus, balançava os cabelos e sorria.

Para além de apresentarem desconfortos, as ressalvas e o modo como essas mulheres narram as suas experiências, indicam diversas nuances de suas atuações políticas. Existe o não dito porque não há um terreno propício para que as questões sejam discutidas e/ou tratadas. Ou mesmo, no contexto de suas atuações, a lógica política, que objetiva mudanças estruturais, não abarca tais especificidades. Uma das estratégias utilizadas para lidar com esses casos, tem sido a criação dos coletivos e setores de mulheres. No entanto, esses espaços, embora sejam importantes, não dão conta de imprimir mudanças na estrutura orgânica dos movimentos. O que a experiência política dessas mulheres aponta é a necessidade das organizações pensarem as particularidades para a atuação das mulheres em sua estrutura orgânica de forma qualitativa e contínua.

3.5. A vida pública e a vida privada

A divisão entre a vida privada e a vida pública aparece como um dos elementos definidores das possibilidades existentes para homens e mulheres. Às mulheres, muitas vezes, como aparece nos relatos de R, H e B, para além das demandas de liderança e direção, ficam destinadas à limpeza, escrita de relatórios, e à alimentação (seja nas atividades políticas ou mesmo no ambiente doméstico). Essa destinação das tarefas não ocorre de maneira explícita, mas se desenvolve no processo de divisão quase que mecânica, e como os homens tendem a não se colocar para essas tarefas, acabam ficando a cargo das mulheres.

Nessas situações, os homens se destacam mais que as mulheres nas tarefas de direção. Estas esferas do público e do privado não significam uma

mera disputa por espaços, mas há toda uma narrativa simbólica que desqualifica as mulheres, reduzindo-as a tarefas, embora importantes, mas lidas e tidas como “ajudas”. Essa dimensão leva às mulheres a reafirmar a luta pela ocupação de cargos e atividades de direção, assim como a dialogar com os companheiros sobre a necessidade de perceberem o quanto o campo da política, fundamentado também nas relações assimétricas de gênero, conforme condições diferentes para ambos.

Os homens se voltam para o exercício intelectual e, por consequência, de direção dos acontecimentos e decisões, como no exemplo das dificuldades vivenciadas pelas mulheres para exercerem de fato a direção política da ocupação na UFPB e UFCG, o que reflete a lógica estruturada/internalizada de uma cultura política machista e patriarcal que invisibiliza, a partir da configuração de um poder simbólico, conforme discutido por Pierre Bourdieu (1989), as especificidades para a atuação das mulheres. Desta forma, o contexto da atuação política de liderança exercido pelas mulheres se relaciona a esse processo de vivência de opressões e o silenciamento de falas, da vivência das dificuldades das mulheres se colocarem e exercerem sua força política. A partir dessa compreensão da política, iniciamos a nossa próxima sessão.

3.6. Desconsideração da fala e o processo de silenciamento político

Em diversos espaços e de maneiras distintas, se conformam violências simbólicas, seja a de não ter sido ouvida, o sentimento de culpa, a insegurança para falar e os casos de violência que não são encaminhados ou tratados com atenção. Todas essas ações indicam para uma não legitimidade (ou recusa) das especificidades da atuação das mulheres enquanto liderança.

Neste campo político hostil, elas levantam dúvidas de suas próprias ações, questionam-se quanto à validade dos conteúdos de suas propostas, defesas, narrativas e/ou colocações. Neste sentido, ser mulher e liderança de movimentos sociais é ser objeto de análise, dúvida, suspeita, descrédito e desconfiança. Ainda, o conjunto dessas questões contribuem, direta ou indiretamente, para o processo de

afastamento das militantes. Esse processo de afastamento não é abrupto, mas se dá de forma gradual, em reuniões que deixam de participar, em falas ou considerações que deixam de pontuar, e, principalmente, na perda da confiança e sensação de insegurança.

Levando-se em consideração que estas mulheres constituem suas visões de mundo a partir de uma perspectiva de esquerda, revolucionária, feminista, os processos de adoecimento relatados podem encontrar pouso no "gás a mais" de que dispõem para exercerem suas atividades. Em contrapartida, aos homens esse espaço e atenção, sobretudo a abertura para a atuação e a vida política/pública é legitimada na ordem social, não precisando ser justificada.

Ainda, não existe a separação da dimensão da vida pessoal e da vida pública. Pelo contrário, a atuação dessas mulheres envolver o conjunto de três dimensões: a vida pessoal (família, amores, amigos, trabalho, etc.); a vida movimento (o cotidiano, as reuniões, as visões, a relação com os companheiros e companheiras); e a intersubjetiva (o corpo, o cuidado consigo, a experiência no nível mais pessoal, etc.).

3.7. Desafios para o debate da agenda feminista dentro das organizações

A política hegemônica funciona, assim, enquanto um campo que deslegitima o avanço da agenda feminista, visto que sua lógica, tanto macro, como micro, dispõem barreiras para as mulheres. Como vimos nos relatos das entrevistadas, a própria possibilidade de debate para questões apontadas por elas é prerrogativa essencial para o avanço e o diálogo sobre questões que se colocam como centrais na vida das mulheres, e deve contribuir para que as organizações avancem em suas *contradições operacionais*⁸ Quando falamos em contradições operacionais, nos referimos aos atos comportamentais de companheiros e organizações que tendem a reproduzir atitudes que deslegitimam as opiniões, ações, presença, análise, e condição social da atuação política das mulheres.

O problema se encontra não na contradição, mas na falta de diálogo e

⁸ Contradições operacionais no sentido de se ter avanços no debate teórico, mas entraves na atuação prática.

autocrítica quando a questão emerge. A perpetuação da política enquanto um campo privilegiado para os homens⁹ contribui para a centralização do poder, e inviabiliza a inserção dos debates das questões feministas. No entanto, percebe-se que o processo de auto-organização tem contribuído para elas construírem espaços de acúmulo político e retornem as críticas às suas organizações, como nos indica esta fala de B (Levante):

Não toleramos violência por parte de nossos companheiros homens. E não é só repugnar, é atribuir à repugnância uma reflexão crítica. Um dos nossos principais desafios é fazer com que os homens possam perceber isso e refletir sobre suas ações.

Assim, entendemos que em debates e concepções teóricas, podemos concordar acerca dos avanços alcançados, mas, na prática, as mulheres dirigentes enfrentam desafios para pautar um campo político de fato feminista. Percebemos que nos espaços ocupados pelas mulheres a atenção precisa ser sempre requisitada. Quando uma mulher está falando, o público ao seu redor dá menos importância ao momento. Muitas vezes, o que elas falam é, ainda, foco de dúvida, esquecimento, questões e levantamento de críticas ou avaliações diversas. Vivendo nesse campo das relações desiguais, à mulher cabe sempre o papel da disputa, de precisar se impor. E talvez por isso, e sem perceberem, repetiram a frase: "Presta atenção no que eu to falando" em diversos momentos das entrevistas e encontros vivenciados durante o decorrer desta pesquisa.

⁹ Entendida a partir de Pierre Bourdieu enquanto conformação de uma ordem estabelecida para a dominação masculina: "A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificativa: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça" (1999, p.8.)

Considerações finais

“Nós não queremos compactuar com esse modo de fazer política masculino, que é agressivo, desrespeitoso e violento. Nós fazemos diferente!”
B (Levante)

Em termo de debates e concepções teóricas, podemos concordar acerca dos avanços alcançados mas, na prática, enfrentamos desafios para pautar um campo político de fato feminista. Percebemos que nos espaços ocupados pelas mulheres a atenção precisa ser requisitada. Quando uma mulher está falando, o público ao seu redor dá menos importância ao momento. Muitas das vezes, o que elas falam é, ainda, foco de dúvida, esquecimento, questões e levantamento de críticas ou avaliações diversas. Vivendo nesse campo das relações desiguais, à mulher cabe sempre o papel da disputa, de precisar se impor. Emblemático sobre essa questão é aparecer repetidas vezes a frase: "Presta atenção no que eu to falando".

Nota-se que há exercícios de silenciamento político em torno do lugar das mulheres como lideranças em movimentos sociais. Embora este silenciamento não implique, necessariamente, o afastamento das mulheres destes espaços, contudo, ele cria e se configura em contextos desfavoráveis às suas atividades de liderança e referência política. Como vimos, esse silenciamento opera de forma sutil, às vezes até não verbalizado, mas percebido em insinuações, risos, olhares, ou mesmo questionamentos e nas diversas situações em que as mulheres tiveram suas questões e falas desconsideradas. Ainda, tais momentos não acontecem exclusivamente nos espaços internos das organizações que fazem parte, mas se forma no contexto total da atuação política, como na ocasião de reuniões e atividades compartilhadas com outras organizações populares, partidos políticos, associações, entre outros grupos organizados.

Para ocuparem esses lugares, muitas vezes as mulheres precisam fazer movimentos de desconstrução e reconstrução de si mesmas, como nos momentos em que precisam se associar ao modo de fazer política, considerado

masculinizado. São situações em que precisam aumentar o tom da voz para serem ouvidas, que precisam repensar a roupa que usarão em determinada atividade e/ou reunião, ou mesmo, nos momentos em que deixam de pontuar demandas importantes referente às questões de gênero, seja para evitar maiores constrangimentos, ou por falta de abertura para tais discussões devido à celeridade das atividades políticas. Geralmente, os debates que envolvem as questões de gênero acabam acontecendo de forma qualificada nos espaços auto-organizados, e carecem de trato e devida atenção nos espaços mistos.

Apesar desses desafios atuais, os movimentos sociais, a partir da pressão exercida pela auto-organização das mulheres, têm se esforçado para superar, em sua organicidade, as questões relacionadas às desigualdades de gênero. Assim, ao refletirem sobre essas relações e identificarem a existência de condições distintas de atuação para homens e mulheres, buscam estratégias de superação, como a constituição de espaços de escuta e encaminhamento dos casos de violência e constrangimento relatados, assim como na defesa da equidade na composição de instâncias internas de direção, visando impulsionar de forma qualitativa a atuação das mulheres enquanto direção política.

A atuação enquanto dirigente apresenta diversas esferas e pontos que, a 'priori', podem parecer excludentes. De um lado, temos a coragem, alegria e esperança, do outro, raiva, tristeza e culpa, mas eles são complementares e resultam numa análise da realidade que dispõem possibilidades específicas para elas. São sentimentos de uma vivência específica e situada, que busca superar os desafios a partir da transformação de uma ordem e do poder político masculinizados.

O tornar-se liderança vem enredado de uma construção de referência política, de momentos de insegurança, mas, também, se constitui enquanto um processo emancipador, enquanto estas mulheres afirmam que, ao passo que desempenham atividades na execução de tarefas enquanto lideranças e dirigentes, se veem mais fortes, mais confiantes e habilidosas politicamente.

As mulheres de esquerda, sobretudo as lideranças e dirigentes, lutam por um país mais justo, por uma nova sociedade, mas também precisam lutar por questões que ultrapassam e contribuem para as desigualdades da exploração econômica: pela legitimidade de sua presença nos debates políticos. Um dos desafios da

atuação das mulheres nesses espaços de liderança é a masculinização do poder. Essas questões são desafios para pensarmos, sobretudo problemas para pensar a organização de mulheres e o avanço da luta contra as estruturas patriarcais da nossa sociedade atrelada a superação das desigualdades de classe. O método de direção política feminista que combata o hegemônico, o macho dirigente, o presidente do sindicato, será possível um dia?

No mais, fazemos coro, à importância da auto-organização das mulheres: se elas estão ficando, isso diz respeito a alguma estrutura organizativa do movimento que tem dado certo, como afirmaram nas entrevistas com nossas interlocutoras (R) (Levante), H (MST e MMM), B(Levante). Hoje, se não são as mulheres, o Estado não anda, e na maioria dos espaços coletivos de luta a base é constituída por mulheres. Apontamos, ao final, para um avanço qualitativo da leitura e atuação política das mulheres, todavia ainda invisível no que diz respeito ao reconhecimento. No cenário geral, as mulheres, assim como o movimento negro e LGBTQI+, apontam novas formas de atuação política, e as organizações, entidades e partidos que não consideram, especialmente na formulação de organicidade, o feminismo como uma parte estratégica, tendem a estagnação política e a corroborarem com a ordem dominante.

Por tudo que foi narrado, podemos fazer um movimento de retorno ao título dessa dissertação: “Não existe irmandade entre homem e mulher na política”. De fato, quando refletimos acerca das vivências e experiências vividas no mundo real percebemos que elas conformam um campo político para os homens e, que as consequências de tudo isso, é uma esteira de luta para criar possibilidades e viabilidades de atuação política para as mulheres. Portanto, não podemos afirmar que existe irmandade entre homem e mulher na política. No entanto, a partir de uma compreensão e prática política respaldadas numa pedagogia feminista socialista, desejamos que algum dia essa irmandade possa existir.

Referências Bibliográficas

Agier, Michel. **Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo: Uma analogia das fronteiras**. Maceió/AL: São Paulo/SP: EDUFAL: Editora Unesp, 2015, pp. 19-32/261-291.

ARAÚJO, Joane dos Santos. **Juventude, participação e projeto popular: a experiência político-organizativa do Movimento "Levante Popular da Juventude"**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ANDRADE, M.C. **As tentativas de organização das massas rurais – As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo**. 1963.

ALVES, Branca Moreira. **A luta das sufragistas**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 49-52.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide, GODOY, Rosa (Orgs). **Eu Marcharei na tua luta: a vida de Elisabeth Teixeira**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2012.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro. Zahar Editores, s.d. 1977, pp. 53-67.

BOURDIEU, P. **O Espaço Social e o Espaço Simbólico**. In: Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996a.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius Editora, 1996b.

CASTRO, M. G. **Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 213-232.

CRUZ, E.F. **Mulheres rurais: Identidade e militância**. Fazendo Gênero, 2010.

DURKHEIM. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987 (Texto originalmente publicado em 1895).

DUARTE, Constância Lima, **Feminismo: Uma história a ser contada**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp, 25-47.

FERNANDES, I. F. G. **Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários**. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology - 2007, Vol. 41, N. 3 pp. 359-370 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Editora Loyola, 2014a.

_____, **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ED. São Paulo, Edições Loyola, 2014b.

_____, **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Gonzalez Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GONÇALVES, Renata. **(Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres do MST**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009.

_____, **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

HELEIETH, Iara Bongiovani Saffioti. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

LIMA, Déborah Maria da Cunha. **Dos Afetos às Práticas Políticas: O Levante Popular da Juventude em Campina Grande/CG**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2019.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARCUS, G. E. **O intercâmbio entre Arte e Antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 Nº 1.

MATOS, A. A. LOPES, M.F. **Corpo e Gênero: uma análise da revista TRIP para Mulher**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

OLIVEIRA, O. **Da invisibilidade na memória das lutas sociais ao protagonismo histórico das mulheres no campo**. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p. 99 – 120, fev / 2007.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PAULILO, M. I. SILVA, C.B. **Memórias de Luci Choinaski: história e lutas pelos direitos das mulheres camponesas**. In: Gênero e Geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina; Ed. Mulheres. 2010, P. 39-62.

PETERS, Gabriel Moura. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu**. 2006.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____, **Os excluídos das histórias**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

RAGO, M. **Epistemologia feministas, Gênero e história**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp, 25-47.

REZENDE, Claudia Barcellos. COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória**. Estudos sobre condições e mecanismos

de engajamento nas Tribos nas Tribos da cidadania e no Levante Popular da Juventude. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SCOTT, P. CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero em Contexto Rural.** Santa Catarina;Ed. Mulheres. 2010

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe.** São Paulo, Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana* vol.11 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2005.

SCOTT, JOAN. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** In: *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais.* Organização Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. 440.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.**In: *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na tradição paradigmática.* São Paulo: Cortez, 2000.

SCHMIDT, R. T. **Na literatura, mulheres que escreveram a nação.** In: *Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp, 65-79.

VICTORIA, Ceres. COELHO, Maria Claudia. **A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão.** *Horiz. Antropol.* vol.25 no.54 Porto Alegre May/Aug. 2019 Epub Aug 05, 2019

WOLF, Eric. **"Encarando o poder: velhos insights, novas questões".** In: G. L. Ribeiro & B. Feldman-Bianco (org.), *Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf.* Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo/ Editora Unicamp, 2003.

Anexo I - Roteiro de entrevistas - Questões norteadoras

1. Conta-me um pouco da sua história de vida: de onde você é, sobre sua família...
2. Fala-me sobre o início de sua trajetória política: quando se organizou? Quais momentos você destaca como mais importantes?
3. Como você conheceu a organização da qual faz parte?
4. Como você vivencia a relação entre a militância e as outras esferas da sua vida (trabalho, família, casa, religião, relações).
5. Em sua opinião, o que é ser uma liderança de um movimento social?
6. Na condição de mulher e militante, existe algum momento que marcou sua trajetória?
7. No cotidiano e na vida nos movimentos sociais, como é a relação com os diferentes autores? (Diversas organizações, partidos, associações e a relação com as pessoas, homens e mulheres diversos), como você descreveria essa relação? Como ela acontece?
8. Para você, quais os principais desafios de ser mulher e liderança?
9. Você pensa que é importante ter uma organização das mulheres nos movimentos sociais? Se sim, por quê?
10. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta para desempenhar suas atividades políticas?
11. No cotidiano de suas atividades ligadas à atuação política (na construção coletiva de atos, por exemplo) Já passou por algum constrangimento ou presenciou um constrangimento passado por outra militante que você identificaria como machismo?